

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**NICOLE PINHEIRO BEZERRA**

**“PATRIMÔNIO VIVO, TOMBADO, MAS NÃO CAÍDO”:**  
Uma etnografia sobre casa, política e cuidado no Centro  
Histórico de São Luís/MA

São Luís – MA  
2023

**NICOLE PINHEIRO BEZERRA**

**“PATRIMÔNIO VIVO, TOMBADO, MAS NÃO CAÍDO”:**

Uma etnografia sobre Casa, Política e Cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Dra. Martina Ahlert

São Luís – MA  
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Pinheiro Bezerra, Nicole.

PATRIMÔNIO VIVO, TOMBADO, MAS NÃO CAÍDO : Uma etnografia sobre Casa, Política e Cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA / Nicole Pinheiro Bezerra. - 2023.

133 p.

Orientador(a): Martina Ahlert.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Casa. 2. Centro Histórico. 3. Política. 4. Redes de ajuda mútua. I. Ahlert, Martina. II. Título.

NICOLE PINHEIRO BEZERRA

**“PATRIMÔNIO VIVO, TOMBADO, MAS NÃO CAÍDO”:**

Uma etnografia sobre Casa, Política e Cuidado no Centro Histórico de São Luís/MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado por:

---

Profa. Dra. Martina Ahlert (UFMA - orientadora)

---

Profa. Dra. Antonádia Monteiro Borges (UFRRJ)

---

Profa. Dra. Karina Biondi (UEMA)

---

Profa. Dra. Camila Alves Machado Sampaio (UFMA - suplente)

São Luís – MA  
2023

## AGRADECIMENTOS

Este é um trabalho coletivo, fruto de um processo de construção contínua de mim e das pessoas que vivem nos meandros da chamada Ilha Magnética, que me acolheram nos últimos anos em seu cotidiano e comigo compartilharam suas experiências e percepções sobre o mundo. Sem essas personagens não seria possível grafar nenhuma das frases que se sucedem, por isso, agradeço, antes de tudo, a todos os que habitam, de formas diversas, essa parte da cidade denominada Centro Histórico de São Luís, reivindicando casa e tornando a vida possível, resistindo as dominações que anulam a vida e suas formas de criatividade.

Agradeço especialmente àqueles que suportaram minha presença curiosa desde que decidi transitar por aqui, seja me tornando parte da família, cuidando de mim e me recebendo em suas casas, como fizeram Ellen, Elza, Bigorna e aqueles que os acompanham. Seja me reconhecendo como parceira e integrante da luta por moradia social nessa parte da cidade, como fizeram Denis e Dona Dijé, que me confiaram suas vontades, tristezas, alegrias e estratégias. Agradeço ainda aos personagens que trilham esse lugar e me permitem pensar sobre seus modos de vida: os gatos, os transeuntes, as entidades e os casarões. Obrigada por me reconhecerem como parte da comunidade!

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoC - UFMA) e aos professores que me acompanharam no decorrer desse ciclo, expresso minha gratidão e admiração pela sensibilização e paciência sobre as dificuldades que a turma de mestrado de 2020 tem enfrentado, especialmente pelos impactos provocados pela chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil. Agradeço ao Wilame pela prontidão em resolver problemas e comunicar questões e aos professores Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Juarez Lopes de Carvalho Filho, Elizabeth Maria Beserra Coelho, Eliana Tavares dos Reis e Martina Ahlert pelo esforço máximo e compromisso com a produção científica, mesmo a distância e em meio a um cenário desolador.

Especialmente, agradeço a oportunidade de ter Martina como minha orientadora mais uma vez. Sou grata pela trajetória que ela me possibilitou ainda na graduação em Ciências Sociais, durante minha Iniciação Científica, me apresentando a maravilha que é fazer antropologia no Centro Histórico de São Luís, pelos diálogos atentos que me permitiram perceber modos de vida com responsabilidade, entendendo a maleabilidade das coisas. Ainda, sou imensamente agradecida pela insistência em me trazer até aqui e confiar na minha capacidade quando perdi minhas forças para escrever esta dissertação.

E se eu puder ainda falar sobre minhas forças, devo nobilitar aqueles que percorreram esse caminho comigo, meus amigos que pouco encontrei presencialmente durante esse período, mas tornaram agradável e empático esses anos de mestrado. À Turma de Mestrado de 2020, agradeço pelas aulas alegres, os encontros noturnos de discussão de textos e ideias, os escritos conjuntos (mesmo que virtualmente) e os choros compartilhados. Tenho certeza que deste processo saem grandes Cientistas Sociais. À Juliana Carvalho, José Rebouças Segundo, Karine Cristina Costa, Lara Matos, Rodrigo Martins, Valquíria Sousa Canuto, Ana Luiza Romeiro, Juliana Ketlen Machado, Marcela Orozco e Ricardo Cutrim, meu muito obrigada!

Da mesma forma, agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP) da UFMA e UEMA, coordenado pelas professoras doutoras Martina Ahlert e Karina Biondi. Como integrante desse grupo de pesquisa, pude discutir conceitos, apresentar meus projetos e escritos, fazer campo conjunto e receber conselhos acadêmicos. Agradeço a oportunidade de participar deste coletivo desde seu início, me formando a partir dele. Aos amigos Abigail Vale, Gabriela Lages Gonçalves, Raphaela Cunha, Rosangela Pinheiro, Alex Rodrigues, Cayo Cruz, Lara Matos, Adson Carvalho, Alexandra Avelar Tavares, Ciro Campos, Conceição Lima, Glauco Barbosa, Maynara Costa, Julia Moita, Lior Zisman Zalis, Antônio Olavio da Rocha Neto e tantos outros, minha gratidão!

Agradeço ainda aos amigos amantes do Centro Histórico que permitiram discutir e construir ideias sobre essa parte da cidade em diversas áreas do conhecimento. São pesquisas distintas que transitam pela temática da habitação e nos permitem apoiar a luta por moradia social nessa parte da cidade, a partir delas me fiz empolgada e, por vezes, irritada. Permito-me confessar que foram várias as vezes que discordei dos meus amigos, mas que a partir dessas discordâncias me permiti descobrir formas de pensar o mundo por óticas diferentes (arquitetura, história, geografia, turismo, políticas públicas, direito...) que, apesar de não serem iguais as minhas, defendem os mesmos caminhos.

Agradeço a César Chaves pelas conversas e campos de pesquisa conjuntos, entrevistas e documentos compartilhados; ao Reylton Rosa pela paixão em falar da história da cidade e seu trabalho incrível de documentos e fotografias históricas; à Helena Galiza por toda experiência compartilhada sobre as políticas de intervenção no Centro Histórico de São Luís; ao Inaldo Aguiar pelas produções audiovisuais feitas sob contratemplos, mas maravilhosas; à Jessica Carvalho pela discussão tão responsável sobre os programas de revitalização do Centro Histórico e seus impactos no modo de vida local; à Isilainy Cristiny pela construção conjunta de demandas urgentes do coletivo por "Mais Moradia no Centro Antigo de São Luís", mesmo estando longe em suas empreitadas acadêmicas. Agradeço especialmente ao Luiz Phelipe

Andrès (*In Memoriam*) por me apresentar esse universo, ainda em 2015, e à Stephany Rodrigues por me possibilitar esse encontro.

Agradeço também a oportunidade de fazer parte, desde outubro de 2022, de um time profissional que inclui o desenvolvimento social na construção de políticas públicas e valoriza o trabalho do cientista social. Agradeço a equipe do Inova Maranhão, política da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-MA), por acreditar naquilo que chamam de minha "expertise" sobre o Centro Histórico de São Luís, me possibilitando trabalhar na escuta ativa da população que ocupa esse território, seus saberes e soluções cotidianas. Agradeço especialmente a Gabriela Barros Rodrigues e Thybério Garcez por me liderarem nesse processo e àqueles que me acompanharam nessa empreitada.

Agradeço ainda aos apoios que me permitiram chegar até aqui. Especialmente aos meus pais, Josemar e Raquel, que permaneceram do meu lado quando insisti em me mudar de cidade impulsivamente, e continuaram a me apoiar quando decidi seguir na Ilha Magnética quase dez anos depois. E também, claro, à minha irmã, Karen Pinheiro, pelos apoios racionais e práticos, até mesmo na escrita deste trabalho. Mas sou imensamente grata também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo à produção científica que me permitiu o apoio financeiro essencial nesses anos em que a ciência foi tão importante na preservação da vida.

Agradeço à rede de ajuda que permitiu a escrita deste trabalho quando o bloqueio se fazia presente: Juliana Carvalho, José Segundo, Julyana Ketlen e Ricardo Cutrim por me ajudarem na escrita, emprestando suas casas, tempo de leitura, produções conjuntas e questionamentos do que pareciam certezas. Lara Matos e Alex Rodrigues por me acompanharem desde a graduação, nas discussões e ânsias sobre meu campo, por serem meus confidentes, editores de texto e imagem, psicólogos de plantão e simplesmente amigos. Agradeço também à Gabriela Lages por lembrar a frase que intitula este trabalho.

Agradeço às possibilidades de participar de alguns congressos, apresentando trabalhos e ideias que integram a construção desta pesquisa. As discussões, comentários e escutas possibilitadas nos Grupos de Trabalho que integrei foram essenciais nesse processo. Além disso, agradeço a Gustavo Belisário por aceitar conversar comigo sobre os rumos da minha escrita pós-qualificação, pelas indicações bibliográficas e escuta ativa. Por fim, e especialmente relevante, sou felizmente grata a Stella Paterniani, Karina Biondi e Antonádia Borges que, em diferentes momentos, leram e debateram comigo esta pesquisa, dando sugestões assertivas e sensíveis sobre minha escrita. O privilégio de uma banca formada por mulheres como essas é todo meu. Sou grata ao magnetismo desta ilha que, espero, seja parte deste trabalho!

*Patrimônio de quem?*

*Patrimônio do que?*

*Pra que dizer Patrimônio se não se pode manter?*

*Casas, prédios, guaridas, onde eu me escondo do estrondo dos poderosos, que me caçam, que me enxotam como bicho, do meu covil em ruínas, sobrados da existência de uma vida sofrida.*

*Sempre a procura de abrigo, decente, mesmo que não seja rico, mas que é luxo pra gente que não tem onde morar.*

*Qualquer lugar, qualquer canto, mesmo um cortiço acabado, mas que tenha a nossa cara, nossa dignidade, nossa vida e a nossa identidade, pra poder chamar de casa, e sentir-se qual fidalgo desfrutando do conforto do que ousamos chamar palácios improvisados.*

*Cá estou eu emparedado pelo acervo de pedra, que sustento com meus braços, abraçado a esperança de um dia fazer parte da história do lugar, na vida que construí, na experiência que vivi, no quase morto retrato de um cenário acabado, mas onde não tenho espaço pra habitar sossegado.*

*Lá vou eu nessa desdita, quem me acossa é o Estado, mas resiliência e fé, é a marca registrada de quem resiste ao tempo, se livrando da porrada, ocupando o espaço que a elite desprezou, regando de vida a pedra, e enchendo de humanidade o Patrimônio que um dia a história preservou.*

(Denis Cutrim, morador do Desterro)



## RESUMO

Esta dissertação trata de concepções e práticas relacionadas à moradia no Centro Histórico de São Luís (Maranhão), especialmente nos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho, área reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO desde 1997. No decorrer desta pesquisa científica percebeu-se como estão mobilizadas relações pelas pessoas que habitam a área central, e as conexões entre a luta por moradia e políticas de revitalização que impactam as dinâmicas de ocupação do espaço. Essas conexões indicam, desta forma, os sentidos de casa, as inseguranças relativas à moradia e as perspectivas sobre as experiências de vida no contexto urbano. Evidenciam, ainda, a multiplicidade dos sujeitos, a circulação de objetos e saberes, e os conflitos. Igualmente, ajudam a perceber como as pessoas mobilizam a política a partir do cotidiano nas relações com o Estado. Por fim, conclui-se que o patrimônio é mantido e atualizado nas atividades práticas realizadas pelos moradores do espaço.

Palavras-chave: Centro Histórico. Casa. Política. Redes de ajuda mútua.

## **ABSTRACT**

This dissertation deals with conceptions and practices related to housing in the Historic Center of São Luís (Maranhão), especially in the neighborhoods of Praia Grande, Desterro, and Portinho, an area recognized as a World Heritage Site by UNESCO since 1997. Throughout this scientific research, it was observed how relationships are mobilized by the people who inhabit the central area, as well as the connections between the struggle for housing and revitalization policies that impact the dynamics of space occupation. These connections, therefore, indicate the meanings of home, housing insecurities, and perspectives on life experiences in the urban context. They also highlight the multiplicity of individuals, the circulation of objects and knowledge, and conflicts. Additionally, they help understand how people mobilize politics from their everyday lives in their relationships with the state. Finally, it is concluded that heritage is maintained and updated through practical activities carried out by the residents of the area.

**Keywords:** Historic Center. House. Politics. Mutual help networks.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pessoas andando nas ruas do Desterro	14
Figura 2 - Mapa do Centro Histórico expandido e limites de tombamento	16
Figura 3 - Ilustração Rua do Giz	26
Figura 4 - Mapa do entorno da minha casa	28
Figura 5 - Mapa da antiga ZBM	29
Figura 6 - Fachada do Hostel	32
Figura 7 - Fachada DAC, antigo LURAGB	33
Figura 8 - Requerimento de Audiência Pública sobre Direito à Moradia no CHSL	36
Figura 9 - Ocupação Maria Aragão em agosto de 2018	38
Figura 10 - Ocupação Maria Aragão (Ed. Governador Archer) quando inaugurado	40
Figura 11 - Recepção do hostel com acesso à rua	42
Figura 12 - Planta baixado hostel	44
Figura 13 - Vista do estacionamento a partir do hostel	45
Figura 14 - Planta baixa do prédio da família de Benedito	54
Figura 15 - Rua do Giz 445: Intervenção em obra parada	56
Figura 16 - Capa do Subprograma de Promoção Social e Habitação no CHSL/MA	66
Figura 17 - Comparação fachada Rua do Giz, 405 em 2021 e 1985	67
Figura 18 - Rua do Giz, 445 em 1978	68
Figura 19 - Comparação fachada Rua do Giz, 445 em 2021 e 1985	69
Figura 20 - Organização de sala superior hostel	72
Figura 21 -Acervo casarão adotado IESTI	74
Figura 22 - Gato no Largo do Desterro	81

## LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

**AMDES** - Agência Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social  
**APROSMA** - Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão  
**BATI/UEMA** – Bolsista de Apoio Técnico da UEMA  
**BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento  
**CHSL** – Centro Histórico de São Luís  
**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**DAC** - Departamento de Assuntos Culturais  
**DPE** – Defensoria Pública do Estado  
**DPU** -Defensoria Pública da União  
**FAPEMA** - Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão  
**FAU** - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
**FUMPH** - Fundação do Patrimônio Histórico  
**HIS** - Habitações de Interesse Social  
**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
**LEAP** - Laboratório de Estudos em Antropologia Política  
**LURAGB** - Lar Universitário Amélia Bogéa  
**PAC** - Programa de Aceleração do Crescimento  
**PAR** - Programa de Arrendamento Residencial  
**PCTs** - Povos e Comunidades Tradicionais  
**PIBIC** - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica  
**PPGCSoc/UFMA** - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA  
**SECID** – Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano  
**SEDIHPOP** – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular  
**SEMISPE** - Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais  
**SEMURH** - Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação  
**TCC** - Trabalho de Conclusão de curso  
**UFMA** – Universidade Federal do Maranhão  
**UMCHSL** - União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís  
**ZBM** – Zona do Baixo Meretrício

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Aproximação com o campo de pesquisa	18
1.2 Apresentação dos capítulos	23
2 CAPÍTULO 1: ETNOGRAFAR NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS	26
2.1 Etnografar, construir e conectar sentidos	31
2.2 Morar e etnografar	41
2.3 O pós-pandemia, transformações e novos rumos de pesquisa	49
2.3.1 Cuidados metodológicos e responsabilidade ética	51
3 CAPÍTULO 2: MORAR É SER PATRIMÔNIO	54
3.1 Casa e modalidades de moradia	56
3.2 <i>Morar</i> no centro histórico de são luís	61
3.3 Moradores e casas: biografias que se encontram	64
3.4 <i>Patrimônio humano</i>	74
4 CAPITULO 3: A POLÍTICA E AS REDES DE AJUDA MÚTUA	80
4.1 A política feita por meio da habitação	87
4.1.1 A primeira tentativa 20 anos depois: o Projeto Piloto	91
4.1.2 A espera da prefeitura: o casarão da Humberto de Campos	93
4.1.3 Novas unidades e diálogos entre Estado e <i>comunidade</i> : os casos Maria Aragão, Rua do Giz n. 445 e Rua da Palma n.195/205	94
4.1.4 Desalinhos entre políticas habitacionais e o cotidiano do morar	96
4.2 Uma <i>comunidade</i> sim, mas com diversidade	98
4.2.1 Documento que anda e sente	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE A - Quadro de programas e políticas que versam sobre o Centro Histórico de São Luís entre 1927 e 2018	113
APÊNDICE B - Atualização de informações de uso e do registro fotográfico do Subprograma de Promoção Social e Habitação (SPSH) nas versões de 1985 e de 1993	121

## 1 INTRODUÇÃO

*“Documento que anda e sente”.*  
(Regina, moradora)

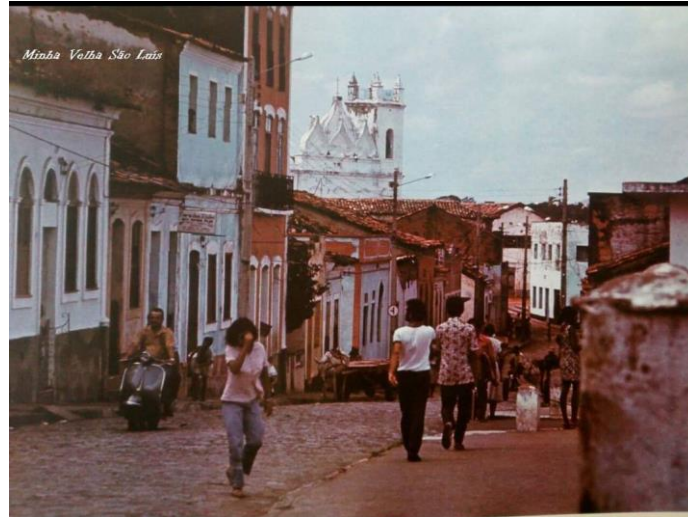
Esta pesquisa etnográfica trata da política na vida das pessoas que habitam o Centro Histórico de São Luís, capital maranhense, ou, mais especificamente, discorre sobre como as pessoas se organizam e reivindicam *casa* à medida que constroem seus modos de vida e se relacionam. No decorrer desta pesquisa, pude perceber como estão mobilizadas as conexões entre a luta por moradia e novas políticas de revitalização que impactam as dinâmicas de ocupação do espaço. Desta forma, esses entrecruzamentos indicam os sentidos de *casa*, as inseguranças relativas à moradia e as perspectivas sobre as experiências de vida no contexto urbano. Essas realidades evidenciam a multiplicidade dos sujeitos, a circulação de objetos e saberes, e os conflitos nessa área da cidade, mas também apontam para mobilizações e percepções diferentes sobre “preservação”, “casa”, “tempo” e outras categorias que circulam entre o Estado e os sujeitos que habitam um local Patrimônio da Humanidade.

A discussão proposta aqui se torna relevante à medida que evidencia o caráter dinâmico da política do cotidiano. Contrariando a noção de um Estado racional, transcendental e ordenado, que objetiva garantir a individualidade dos sujeitos a ele submetidos, operando pela essencialização e coletivização dos mesmos e pelo enquadramento de práticas sob a produção simbólica de percepções e categorias de pensamento comuns (WEBER, 2004; BOURDIEU, 1996), o foco deste trabalho está na vida das pessoas. São elas que resistem às dominações que anulam a vida e as formas de criatividade. A dissertação então enfatiza como conceitos e categorias mudam e se transformam no processo de envolvimento mútuo entre o Estado e os sujeitos (BORGES, 2005), como eles são acionados na prática, como seus sentidos se estendem e se alteram em realidades distintas.

O cenário do que aqui trato é o Centro Histórico de São Luís, um lugar reconhecido como um dos maiores acervos tombados da América Latina. O distrito Centro tem uma extensão de 11 bairros (Praia Grande, Desterro e Portinho, Camboa, Diamante, Fabril, Lira, Apicum, Madre Deus, Coreia, Goiabal, Vila Passos) ainda que meus interlocutores acusem um aumento no número deles nos últimos anos. Essa pesquisa, no entanto, não compreende todo esse território, tendo como foco os bairros da Praia Grande, o Desterro e Portinho, área que compreende o eixo inicial da cidade, desenvolvido no século XVII, momento marcado por

grande relevância nos âmbitos comerciais, habitacionais e setor portuário (SÃO LUÍS, 2005).

Figura 1- Pessoas andando nas ruas do Desterro



Fonte: Reprodução Minha Velha São Luís, por Reylton Rosa

No século XVIII a criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão contribuiu para o desenvolvimento econômico baseado na exportação de produtos agrícolas. A administração local valorizou o solo urbano na Praia Grande, onde se concentrava a zona comercial e residiam a elite econômica. Com a chegada das fábricas têxteis, a cidade cresceu e sua população aumentou, incluindo o bairro do Desterro, que era visto como um “apêndice” da Praia Grande (SÃO LUÍS, 2005). Silva (2005) supõe que seus primeiros habitantes se dedicassem a atividades ligadas ao porto, já que entre os séculos XVIII e XIX surgiram muitos profissionais ligados à fabricação de embarcações. A autora também aponta a existência de “quitandeiros, caixeiros, alfaiates, ourives e chapeleiros” (p.52) que também residiam naquele espaço.

Apesar de originalmente abrigar uma população de menor renda, a proximidade com a Praia Grande causou uma valorização imobiliária no bairro do Desterro já no século XIX. Na parte norte do bairro, próxima à Praia Grande, foram construídos alguns sobrados que abrigavam famílias de maior renda e que possuíam negócios na área, conferindo um “caráter de nobreza” às edificações que se assemelhavam às da Praia Grande. Na parte sul do bairro, adjacente ao Portinho, as casas são substantivamente menores em relação ao norte, com padrões de porta-e-janelas e meias-moradas predominantes.

Em meados de 1950 se inicia um processo de ‘modernização’ urbana com a criação do Plano Rodoviário da Ilha de São Luís. Na década de 1970 a construção da Barragem do Bacanga e a Ponte José Sarney (Ponte do São Francisco) marcam a expansão da cidade para além do

centro antigo, intensificado com a construção da Ponte Bandeira Tribuzzi em 1980 sobre o Rio Anil, que liga o bairro do Jaracaty à Camboa e facilita o acesso às praias. Com a ampliação territorial essa região perde importância,<sup>1</sup> modificando seus polos, circulação e edificações (ANDRÈS, 2012; MARQUES, 2002).

A partir da década de 1970, há um crescimento das perspectivas preservacionistas que culminaram no reconhecimento da área como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1997<sup>2</sup>. Atualmente São Luís possui cerca de 1400 imóveis tombados em âmbito federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN - 1974) e 3000 ao nível estadual (1986) e, desde então, é foco de proposições de políticas de revitalização e ocupação do perímetro (CARDOSO, 2012).

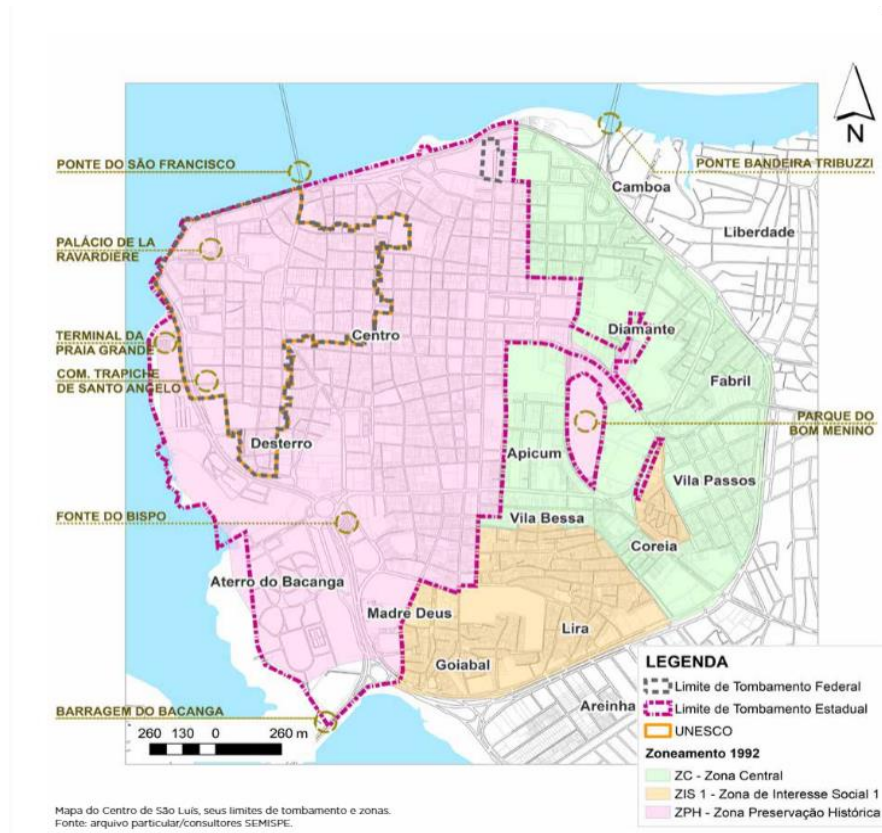
---

<sup>1</sup> “Segundo Marques (2002), durante a história de São Luís, alguns momentos foram exemplares para pensar o declínio dessa região – como a expansão da área residencial em decorrência da percepção do centro como ameaça à higiene e saúde pública no início do século XX; a construção da barragem do Bacanga e a ponte sobre o Rio Anil, levando ao crescimento da área urbana na margem contrária do rio (na década de 1970); e a construção de conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda em locais distantes do centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, 2005a). Esse processo foi acentuado quando, em 1974, o Plano Diretor permitiu a verticalização das edificações” (AHLERT, 2017, p. 07).

<sup>2</sup> UNESCO. Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 1997. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34>>. Acesso em maio de 2018.



Figura 2 - Mapa do Centro Histórico expandido e limites de tombamento



Fonte: SEMISPE (2022)

Com a passagem do tempo dessa dinâmica, encontramos hoje uma área turística mais valorizada e de interesses econômicos no bairro da Praia Grande, onde o comércio se instala, especificamente na área popularmente chamada de *Reviver*, parte do bairro que é hoje referência boêmia na cidade. Esse nome faz referência ao Projeto Reviver que buscou revitalizar e recuperar o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de São Luís entre os anos de 1987 e 1991, se concentrando no bairro da Praia Grande. O Projeto tomou grande visibilidade por possibilitar a restauração de importantes construções históricas como a Igreja da Sé e o Palácio Episcopal. (ANDRÊS, 2006)

Apesar de contíguo à Praia Grande, o bairro do Desterro é menos conhecido ou visitado turisticamente. É neste espaço que a maioria dos personagens sobre os quais essa pesquisa trata se dizem *criados*, sendo percebido como uma das principais áreas residenciais do conjunto de bairros desse distrito. Um estudo realizado pela Prefeitura de São Luís (2006) indicou que, em 2004, 54,74% de seus imóveis eram de uso residencial. Na época, 56% dos moradores da região trabalhavam informalmente. Além disso, a mesma pesquisa mencionou uma quantidade extensa

(48,67%) de moradores antigos, isto é, que viviam ali há pelo menos 25 anos, de famílias provenientes da Baixada Maranhense.<sup>3</sup>

A luta por moradia social é a principal pauta desta dissertação, tanto nos espaços da reivindicação politicamente organizada, quanto nos modos de vida daqueles que habitam essa parte da cidade, sugerindo uma forma de *morar* e significar a casa que se desencontram dos padrões do Estado racional. Um dos grupos importantes para estabelecimento desse debate é a União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís, fundada em 1995, que atua nos bairros da Praia Grande, Portinho e Desterro, área que coincide com o perímetro de tombamento federal.

O surgimento desta associação teve a habitação como temática central e, segundo meus interlocutores, se desenvolve a partir de um diálogo com o governo do estado, no âmbito do desenvolvimento do então Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL)<sup>4</sup>, uma política de revitalização inaugural do governo do estado nessa parte da cidade que perdurou entre 1979 e 2006 em seis etapas e onze subprogramas que versavam sobre comércio, restauração, habitação, entre outros.

Após três anos desativada, a União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís retomou suas atividades em fevereiro de 2019 sob nova gestão, com mandato de quatro anos e possibilidade de reeleição. Atualmente, sua diretoria é composta por 12 membros, dentre os quais integrantes mais jovens, moradores que já haviam participado de outras gestões e lideranças da comunidade<sup>5</sup>. Em seu banco de associados estão aproximadamente 500 pessoas e ela contabiliza 329 famílias em sua região de atuação.

Neste mesmo período é lançado pelo Governo do Maranhão o Programa Nosso Centro, em 24 de junho de 2019 (Decreto n. 34.959-2019), a política mais atual de revitalização da área ao nível de estado, tendo por objetivo “Tornar o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural, ao mesmo tempo que promove o Centro da cidade como um **espaço democrático**” (Jornal O

---

<sup>3</sup> “A microrregião da Baixada Maranhense é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Norte Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 518.241 habitantes e está dividida em 21 municípios. Possui uma área total de 17.579,366 Km<sup>2</sup>. A baixada maranhense, conhecida também como região dos Lagos e Campos se localizando próximo ao Golfão Maranhense, tendo como característica geográfica a vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos daquela região, região essa da qual diversos moradores migraram para São Luís e formaram inclusive o bairro do Desterro”. (CHAVES, 2012, p. 87)

<sup>4</sup> Em 2021 o Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP) produziu um quadro mapeando as políticas e programas que versavam sobre o Centro Histórico de São Luís entre os anos de 1927 e 2018. Entre os participantes do Laboratório que construíram o quadro, estavam Martina Ahlert, Gabriela Lages Gonçalves, Conceição de Maria Teixeira Lima, Antônio Olávio da Rocha Neto, Abigail Vale e eu (Nicole Pinheiro Bezerra). O material está anexado no Apêndice A deste trabalho.

<sup>5</sup> Informações fornecidas por membros da atual gestão.

Imparcial, em 06/11/2019)<sup>6</sup>. Sua implementação fez parte do plano de governo do segundo mandato de Flávio Dino<sup>7</sup> e recebeu bastante atenção nesse âmbito, com forte investimento, divulgação e discussão com a população, sendo inclusive, mantido na gestão atual (Carlos Brandão - PSB).

No que tange à prefeitura, a política mais atual nessa perspectiva é o Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís - MA, executado através da Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais (SEMISPE), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desde o ano de 2016. Apesar de pouco conhecido e discutido pelos meus interlocutores, na prática, o Programa é responsável por uma diversidade de obras urbanas nessa parte da cidade, como a reforma de praças, ruas e edifícios para Habitação de Interesse Social a partir do Subprograma Vem pro Centro. Algumas dessas ações, tanto ao nível do estado quanto do município são mencionadas no decorrer deste trabalho, pois impactam o modo de vida das pessoas que vivem neste espaço.

### **1.1 Aproximação com o campo de pesquisa**

A problemática de pesquisa desta dissertação, que tem como base a luta por moradia social no Centro Histórico de São Luís, toma como ponto de partida, não apenas minhas vivências como moradora e, por vezes, vendedora ambulante no bairro da Praia Grande, mas também minha trajetória de formação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) onde tive meu primeiro contato com a pesquisa antropológica a partir do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC). Naquele momento, a pesquisa no Centro iniciou na sistematização dos trabalhos desenvolvidos nos períodos entre 2016 e 2017, relativos à duração da bolsa de pesquisa PIBIC-Enxoval<sup>8</sup> (AHLERT, 2017) e me levou ao meu Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais na UFMA (BEZERRA, 2018).

O processo de aproximação do campo e construção de uma pesquisa etnográfica neste contexto perpassa a própria temática deste trabalho, nas várias percepções sobre casa e redes de ajuda mútua, pois em 2023 completo dez anos desde que passei a habitar essa parte da cidade

---

<sup>6</sup> São apresentadas informações sobre os objetivos do Programa e seu lançamento em: Junho, 2019. Flávio Dino apresenta o Programa Nosso Centro, que ampliará ações do Centro Histórico. Disponível em: < <https://oimparcial.com.br/politica/2019/06/flavio-dino-apresenta-programa-nosso-centro-que-ampliara-acoedocentro-historico/>>. Acesso em 06 de novembro de 2019.

<sup>7</sup> Eleito pela primeira vez em 2014 pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), seu segundo mandato teve início em janeiro de 2019.

<sup>8</sup> Projeto “Sentidos e práticas do habitar no Centro Histórico de São Luís” (2015-2017), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPEMA).

e cursar o ensino superior. Por essa razão, o primeiro capítulo deste trabalho traz uma discussão metodológica mais concisa. Agora, é plausível dividir com as leitoras e leitores que a construção desta pesquisa etnográfica perpassa minha relação com essa parte da cidade no decorrer destes anos, seja como *moradora*, visitante, amiga, pesquisadora (em níveis diferentes de formação acadêmica) e, por vezes, integrante da luta por moradia social. Neste desenvolver, existem pessoas focais que constituem o processo e a ótica pela qual percebo e apresento esse universo.

Nas experiências anteriores de pesquisa, que integrei a partir do PIBIC, percebermos que a ocupação do Centro Histórico tem se tornado uma discussão frequente entre os moradores, especialmente no que concerne ao uso dos espaços, a luta por moradia e as chamadas *ocupações*<sup>9</sup>, isto é, espaços ocupados informalmente por pessoas que não detêm a propriedade nem dispõem de qualquer documento que comprove uma forma legal de posse ou uso consentido. Observamos também que muitos dos moradores dessa área ocupam (informalmente) prédios considerados abandonados ou alugam quartos em casarões onde vivem diversas famílias, demonstrando também grande mobilidade entre casas (AHLERT, 2017).

Alguns desses moradores, percebidos como *lideranças* nos bairros do Centro que delimitam minha pesquisa, reclamavam sobre o que eles consideravam *abandono do Estado*. Para eles, a desordem, a criminalidade e a condição arquitetônica precária, resultaram da invisibilidade deste espaço aos olhos de diferentes gestões de governo após a expansão da cidade. Argumentavam sobre a necessidade de se preservar a área considerada Patrimônio da Humanidade, sob o discurso de que só é possível preservar o patrimônio arquitetônico se houver moradias dignas para aqueles que vivem há décadas na área ou que são dela oriundos.

Das diversas pessoas que habitam de maneiras variadas essa parte da cidade, me aproximei de algumas delas que se denominam *Patrimônio Humano* ou, ainda, *Patrimônio Vivo*, por se considerarem parte da identidade de um lugar reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, o que será mais bem apresentado no decorrer das páginas que se seguem (BEZERRA, 2018; ver ainda capítulo 2). No momento, basta dizer que aqueles que aqui qualifico como ‘meus amigos’ e ‘amigas’ são personagens distintos, com trajetórias de vida diversas que indicam para a multiplicidade do que é ser *morador* do Centro Histórico. São, em sua maioria, pessoas que reivindicam moradia social nessa parte da cidade, seja nas formas de *morar*, nas relações vicinais ou nos discursos organizados. Tendo histórias de vida distintas

---

<sup>9</sup> Em 2018 acompanhei o processo de ocupação informal de pelo menos quatro casarões, a reativação da União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís em fevereiro de 2019, e a criação de grupos que discutam a habitação e difusão de atividades culturais nos bairros.

e múltiplas, eles, por vezes, têm posicionamentos ambíguos no que concerne às pautas de luta e às formas de reivindicação de direitos.

A seguir apresento quatro amigos interlocutores com os quais mais tive proximidade no processo de construção desta pesquisa, seja no meu cotidiano pessoal, nos meus incômodos acadêmicos, ou no fazer da luta. Optei por apresentá-los em ordem cronológica e maior convivência. Destaco que os nomes utilizados no decorrer da dissertação podem ser fictícios ou não, por escolha dos sujeitos aos quais eles se referem. Os nomes trocados foram por eles sugeridos. Também aproveito para anunciar que no decorrer desta dissertação as palavras com sentidos próprios de meus interlocutores estão grafadas, assim como termos estrangeiros. Suas falas literais estão redigidas entre aspas, e descrições que carregam sentidos meus, entre aspas simples.

Dona Nilde é a primeira pessoa que conheci entre meus interlocutores. Uma mulher de 63 anos, magra, com cabelos crespos tingidos de vermelho, frequentemente presos, que, por ser evangélica, veste usualmente vestidos. Neta de um casal de sírio e libanês, proprietários originais do casarão em que hoje ela faz morada e do qual retira sua renda, Dona Nilde nasceu no município de Santa Inês, interior do Maranhão, lugar em que parte de sua família se estabeleceu. Aos 30 anos deu à luz a um filho que criou sem a ajuda do genitor, se casando anos mais tarde, com Seu Zé, com quem divide a vida até hoje.

Dona Nilde não costuma sair muito de casa, a não ser para eventos familiares e religiosos, além de, eventualmente, ir ao mercado. É bastante comunicativa quando não está assistindo televisão, seu passatempo favorito. Apesar de dizer não gostar de “política”, frequentemente opina com veemência sobre a conjuntura nacional, se denominando “de direita”. Ainda que o imóvel em que vive atualmente seja de sua família, ela apenas o adquiriu na década passada, de forma financiada em sociedade com uma de suas oito irmãs. Antes disso, o lugar era administrado por seu primo, que legalmente herdou o casarão, e o transformou em *hostel*. Nele, empregou Dona Nilde e seu esposo para serviços gerais no processo de hospedagem (recepção, atendimento e café da manhã), ocupação que os dois exercem há 22 anos.

Foi a partir deste *hostel* que conheci Dona Nilde e sua família, assim que cheguei em São Luís, em 7 de setembro de 2013. Na ocasião, meus pais e eu nos hospedamos no casarão por quatro dias, período em que eu deveria encontrar um lugar para morar. Em todo o período em que cursei a universidade, minha relação com Dona Nilde foi de bastante cuidado e vigília, uma vez que ela era a única entre minha rede de apoio na cidade que conhecia e mantinha

contato com meus pais. Quando me formei e precisei sair da Casa de Estudantes da UFMA, aluguei um quarto no *hostel*, espaço que atualmente moro.

Se Dona Nilde é a interlocutora com quem mais convivo e construo uma relação maternal, com Dona Cecília não é diferente. Ela, uma mulher de 53 anos, negra e de estatura baixa, com cabelos cacheados de cor castanho escuro e bastante vaidosa, é uma das pessoas com quem mais tive proximidade no decorrer dos anos em que moro na cidade. Nos conhecemos no início de 2014, em razão da minha relação amorosa com seu filho mais velho, Benedito, um jovem músico de 29 anos admirado na *comunidade*.

Dona Cecília nasceu no município de Bacabal, interior do Maranhão, mas veio para a capital com poucos meses. Desde que chegou à cidade, se mudou de casa diversas vezes, por vezes preferindo o Distrito Centro como morada, onde sua família é conhecida. Separou-se do homem com quem teve três filhos quando estes ainda estavam na primeira infância e os criou a partir do trabalho informal com serviços gerais e a venda de bebidas, especialmente como *vendedora ambulante* no chamado *Reviver*.

Em meados de 2015, Dona Cecília foi sorteada para adquirir a casa própria a partir do programa de habitação federal “Minha Casa, Minha Vida”, em um bairro afastado do Centro Histórico - imóvel que ela tenta manter “bem arrumado”, mas onde pouco vive. Atualmente se divide entre um casarão “cedido” no bairro da Praia Grande e uma casa alugada localizada em um bairro periférico próximo, adjacente à Cidade Universitária da UFMA.

Ainda que tenha habitado “por toda a vida” a parte central da cidade, hoje Dona Cecília fala dela com desânimo, tanto quando se refere à moradia, quanto do seu trabalho como *vendedora ambulante*. Com as recentes mudanças, o espaço em que costumava fixar sua *caixa* para venda está pouco movimentado e inseguranças relativas à estada dos *vendedores ambulantes* surgem em razão de boatos sobre novos empreendimentos na área. Da mesma forma, a casa em que sua família mora há mais de uma década é também motivo de incertezas, em razão de seus problemas estruturais, mas também porque recentemente o proprietário decidiu reaver o imóvel antes cedido.

Se por um lado, Dona Nilde e Dona Cecília são pessoas de maior proximidade no meu habitar o Centro Histórico, por outro lado, Denis é a pessoa com quem mais convivo quando a temática é a luta por moradia. Ele, um homem branco de estatura baixa com 58 anos, gosta bastante de falar, é membro da diretoria da União dos Moradores e representante da comunidade no Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, coordenado pela Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), além de integrar a diretoria da escola de samba do bairro. Com

exceção dos dez anos que residiu fora do estado, em São Paulo, meu amigo sempre morou no Centro Histórico de São Luís, tendo nascido ali, na Rua da Estrela.

No tempo que passou fora do Maranhão, arrecadou dinheiro para comprar um terreno no bairro Desterro, mas teve algumas dificuldades em concluir a compra, por ser uma área com mais de um herdeiro. Atualmente Denis mora com sua esposa, com quem teve três filhos, em uma casa construída sobre esse terreno, onde também organizaram uma lanchonete. Em suas falas há um grande conhecimento da história do bairro, presente tanto em suas memórias como também em sua experiência de militância em iniciativas governamentais ali desenvolvidas. É possível perceber ainda um orgulho em ser parte deste lugar, que ele diz ser estigmatizado e para o qual reivindica reconhecimento, como quando me disse que “As pessoas não valorizam as pessoas que construíram o Centro Histórico... Que realmente construíram...”.

Diferente da minha relação com Dona Nilde e Dona Cecília, Denis e eu não temos um contato cotidiano de intimidade, mas o considero meu principal interlocutor no meu processo de pesquisa desde a monografia. Ao contrário do que possa parecer, não nos conhecemos em razão do Centro Histórico de São Luís, mas em virtude do curso de Ciências Sociais da UFMA, no qual Denis foi meu calouro. Apenas tive conhecimento sobre seu envolvimento com essa parte da cidade em 2017, quando do meu campo de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Em nossa primeira conversa, eu estava interessada em perceber noções sobre criminalidade e uso de entorpecentes nessa parte da cidade, uma vez que as falas sobre essa temática eram recorrentes nas minhas conversas com moradores do Centro Histórico em outras ocasiões. Foi Denis quem me alertou que essas narrativas estavam relacionadas à falta de moradia, me apresentando a história de luta por habitação social e me inserindo nas discussões e eventos relativos a essa problemática.

Por fim, mas igualmente importante, Dona Dijé é uma das figuras mais conhecidas do Centro Histórico, sempre procurada como liderança quando o assunto é *comunidade* e muitas vezes percebida como uma mãe, pela facilidade em resolver problemas locais. Ela, uma mulher negra, de 64 anos, com cabelos curtos, é muito vaidosa e segura em sua oratória, quando interessada em falar. É comum encontrá-la nas ruas da Praia Grande/Desterro ou na mesa de um bar do bairro discutindo as pautas de habitação e saúde da mulher *profissional do sexo*.

Há quase cinquenta anos na capital, Dona Dijé nunca saiu do Centro Histórico. Quando chegou, se instalou em um casarão no qual viveu durante trinta anos, que posteriormente foi vendido para "um estrangeiro" que o transformou em pousada. Assim, ela se mudou para outro prédio histórico, que acabou desabando por conta das goteiras que “acabaram com o telhado”.

Hoje Dona Dijé mora em um prédio de propriedade privada no bairro do Desterro que foi *ocupado* há pelo menos dez anos, onde residem 10 famílias.

Quando mais nova trabalhou como *profissional do sexo* e participou ativamente da Associação das Profissionais do Sexo do Maranhão (APROSMA) atualmente desativada, atuando hoje no Coletivo por Elas Empoderadas que tem como pauta a mesma temática. Também já trabalhou como *vendedora ambulante* nessa parte da cidade e como funcionária pública, além, é claro, de ser uma importante liderança, resolvendo problemas locais e participando de atividades culturais no grupo de Bumba-Meu-Boi e na escola de samba do bairro.

Ainda que a conhecesse por nome e encontros rápidos, apenas tive contato direto com Dona Dijé em 2018, em razão da minha pesquisa de conclusão de curso. Na época, consegui seu número de telefone por indicação de outro interlocutor, escrevi a ela e tentei marcar uma conversa pessoalmente por mais de uma vez, sem êxito. Dona Dijé nunca tinha tempo e a comunicação por meio digital era muito espaçada. Com o tempo passei a participar de eventos de discussão sobre o Centro Histórico a convite de Denis e percebi existir um esforço de mobilização de algumas pessoas sobre a luta por moradia social. Minha vontade foi a de me aproximar ao máximo desses espaços de organização, onde pude encontrar Dona Dijé.

Interagir com Dona Dijé na rua, em ação, talvez tenha sido a decisão mais assertiva do processo etnográfico, pois como percebi, os problemas e soluções são costumeiramente debatidos nos bares e portões das casas, de forma prática e imediata. Ela costuma dizer que é difícil encontrá-la em casa. Segundo Dijé, o poder público deve investir em moradia popular para as pessoas que são oriundas dessa parte da cidade, para que essas possam permanecer no seu lugar de origem, além disso, ela acredita que é necessário criar oportunidades para os jovens que o habitam e são, em suas palavras, constantemente marginalizados.

## 1.2. Apresentação dos capítulos

Este trabalho está dividido em três capítulos. O **primeiro deles** traz uma discussão sobre o fazer etnográfico, em que exponho minha aproximação ao modo de vida nessa parte da cidade e como me integrei às atividades e à dinâmica do cotidiano, como moradora e pesquisadora. Nele ainda discorro sobre a forma de morar na cidade e apresento um debate sobre como, ao viver no espaço, foi possível que eu percebesse essas dinâmicas, que me parecem mais difíceis de serem percebidas por quem apenas passa pelo local. Como capítulo metodológico, esclareço como foram os impactos da pandemia de Covid-19, que atingiu o Brasil no momento do início



da minha pesquisa de campo, e que levaram a uma alteração no meu recorte de investigação. Para o término do debate, apresento considerações sobre ética e posicionamento em campo, considerando a diversidade de opiniões e posturas dos meus interlocutores, e também a necessidade de me colocar sobre questões políticas que me constituem nesse contexto.

No **segundo capítulo**, faço uma descrição sobre as várias modalidades da *casa* e do *morar* nessa parte da cidade, que não são necessariamente fixas ou físicas. Para a compreensão da leitora e do leitor, procuro apresentar situações empíricas e descrições das casas para que ganhem vivacidade, mas acrescento relatos sobre os usos e os deslocamentos entre elas, buscando dar atenção ao cotidiano que é marcado pela mobilidade e pela multiplicidade de atividades feitas nas e com as casas. Procuro enfatizar que morar é algo dinâmico e que a ideia de morador precisa ser pensada de uma forma flexível, para compreender trajetórias diversas e formas de conceituar legitimidade. Além disso, procuro aproximar – e pensar simetricamente – a biografia das pessoas e das casas, apresentando, a partir das percepções dos meus amigos interlocutores, as noções de “casa como identidade do seu morador” e a ideia de *Patrimônio vivo*, categoria mobilizada nos discursos reivindicativos.

Por fim, no **terceiro capítulo**, faço uma discussão sobre o que chamo de política do cotidiano, enfatizando os desencontros entre a noção de *casa* do Estado e a do *morador*. Para tanto, trago situações práticas sobre a construção e o uso de unidades de Habitação de Interesse Social localizadas no Centro Histórico de São Luís. Ainda, aproximo os leitores das redes de ajuda mútua e das relações vicinais que são acionadas para a resolução de problemas diversos e que, por vezes, são escolhidas em detrimento do Estado, ora considerado um parceiro, ora recusado por seu caráter de morosidade. Quando mobilizado, o Estado é acionado com ressalvas, e as lideranças comunitárias nem sempre estão de acordo sobre as formas de posicionamento e atuação. Apesar disso, concordam sobre o que consideram fundamental: o Centro é uma *comunidade*, que deve ser respeitada e que tem como potencialidade (e qualidade) a diversidade de pessoas e vontades que habitam essa parte da cidade. É a partir dessas constatações que teço considerações sobre a política na vida das pessoas.



## 2 CAPÍTULO 1: ETNOGRAFAR NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

“*Eu sou patrimônio vivo, tombado, mas não caído*”.  
(Dona Dijé, moradora)

Há alguns dias saí de casa ao encontro de um amigo na Praça Valdelino Césio, localizada na Rua do Giz, no Centro Histórico de São Luís. Moro na rua paralela, a Rua da Palma, um logradouro pouco residencial e bastante escuro à noite. Apesar da escuridão, fruto de um problema de distribuição de energia nos postes da rua, o caminho é considerado um dos mais seguros do Centro Histórico, pois abriga a chamada *zona*, com pontos de venda de drogas. Já passavam das 20h de uma terça-feira, dia da semana comumente pouco movimentado nessa parte da cidade, quando saí em direção à praça, levando comigo uma bolsa transversal, com meu caderno de notas, água, álcool 70%, carteira e documentos.

Figura 3 - Ilustração Rua do Giz



Fonte: Alex Rodrigues (2022). Adaptação de pintura de Américo (1993)

Após nove anos morando em São Luís e transitando pelo Centro Histórico, adquiri uma certa familiaridade com o espaço que me permite andar pelas ruas sozinha sem muitos receios. Aqui é "proibido roubar na quebrada", por isso a possibilidade de ser assaltado é bem pequena. A Rua da Palma, no entanto, faz paralelo com a Avenida Magalhães de Almeida (integrada à Rua do Egito e Largo do Carmo), área majoritariamente comercial do distrito Centro. Por conta dessa localização, as chances de assalto aumentam, já que a circulação de pessoas *de fora da comunidade*, que cometem crimes, é maior, especialmente à noite.

Para mim, hoje moradora do Centro Histórico, essa lógica é tão óbvia que a rotina ao sair de casa numa terça-feira à noite é automática: Não levar o celular; acessar a Rua do Giz

pela Rua João Vital (esquina à esquerda da minha casa) e não a escadaria Humberto de Campos (esquina à direita da minha casa), pois no canto da esquina ficam pessoas conhecidas; andar com a chave de casa na mão e com tranquilidade; cumprimentar com certa intimidade os andarilhos: “E aí, beleza?!”. Movimentos esses que fazem parte da rotina local a qual me adaptei com o tempo.

Nesse dia, em específico, cruzei com um homem negro e magro, me parecia novo, mas com uma aparência ‘sofrida’. Ele vinha na direção contrária à minha, subindo a Rua da Palma no sentido Praça Benedito Leite, estava com uma bermuda de malha, sem camisa e com alguns adereços na mão que imaginei serem sucatas encontradas pela rua. Quando me viu, andando rápido e sozinha, ele me disse para ficar tranquila, que não iria me fazer mal, eu respondi que sabia disso e que não estava com medo. Próximo de mim, ele parou e, me chamando de *amiga*, começou a narrar a sua lida até ali. Enquanto falava, parecia me conhecer, mas para mim ele era estranho, nunca o tinha avistado pelas ruas do Centro.

No seu relato, me explicava que tinham acabado de quebrar o seu nariz, olhei para seu rosto e notei o sangue seco na sua face. Me mostrei interessada na sua história: - “Nossa! Sério?”, foi o suficiente para que ele engatasse uma explicação sobre o ocorrido. Enquanto o escutava, a história parecia sem sentido: começou me dizendo que *vários caras* o perseguiram pelo Mercado Central, mas que tinha conseguido fugir entrando em um esconderijo conhecido. Em outro ponto da sua exposição, a confusão teria sido com um único *cara da área* que tinha um embate com ele. Por fim, ele muda o rumo da conversa, dando a entender que os policiais tinham o *enquadrado*.

A explanação começa a moldar um argumento, o de que um *homem como ele* é sempre alvo de preconceitos: - “Gente como eu é sempre visto como alguém que faz algo errado. Principalmente assim, sem camisa, com a minha cara”. A temática do racismo aparece na expressão “gente como eu” se inserem de forma complementar a sua história, sem que ele mencionasse a cor da sua pele. Eu concordo com a cabeça e expressões como “É verdade!”. Não demorou para que ele dissesse que existem pessoas como eu que conseguem percebê-lo: - “Quando eu te vi, uma amiga que sempre fala comigo...”, dizia ele, como se já nos conhecêssemos.

Após os elogios, ele me pede dois reais para ajudá-lo, explicando-me que “nem queria beber não, só queria comer”. Eu abro minha bolsa e dou algumas moedas a ele, que agradece e tenta me retribuir com um dos objetos que trazia consigo. Eu agradeço, mas recuso, com a justificativa de que era um tanto pesado para eu carregar por aí: - “Eu deixo na sua casa”. Nesse



A ZBM constituía o espaço de requinte boêmio na cidade, com inúmeras pensões e cabarés onde se exercia a prostituição feminina. Localizava-se no coração do Centro Histórico, no bairro do Desterro e funcionou de forma mais intensa entre as décadas de 1950 e 1980 (FERREIRA, 2005):

[...]sua área era composta pelas ruas: Direita ou Henrique Leal; da Palma ou Herculano Parga; 28 de julho ou do Giz; da Saúde; da Estrela ou Cândido Mendes; boa parte da Jacinto Maia; Formosa ou Afonso Pena; Travessa da Lapa; Travessa Feliz; Travessa do Portinho; e Rua da Manga”, ou seja, numa área imediatamente contígua ao bairro do Desterro. (REIS, 2002, p. 23)

Apesar do estabelecimento da ZBM, Ferreira (2005) argumenta em sua dissertação sobre a construção do que ela denomina “fronteiras sociais” no bairro do Desterro. Relata que na década de 1970, juntamente com a ideia de uma nova concepção e crescimento da cidade, surgem ideologias que se atrelam a um saneamento moral em uma constante busca da ordem. Por esse ponto de vista, era imprescindível que houvesse uma separação entre vida pública e vida privada, característica das grandes cidades. A ZBM era, então, a principal representação da ameaça física e moral que a cidade do passado simbolizava.

Figura 5 - Mapa da antiga ZBM



Fonte: Alex Rodrigues a partir de Google Earth (2022)

O leitor ou leitora deve estar imaginando: em que esses fenômenos históricos impactam no cotidiano do Centro Histórico a ponto que eu, enquanto moradora, supor que alguém *de fora* possa me assaltar em determinadas ruas e becos, mas não alguém *de dentro*? Esses eventos

circundam dois dos imaginários presentes nas falas de alguns dos moradores dessa parte da cidade.

O primeiro é a criação de um *estigma marginalizado* sobre essa área atrelado à forma negativa com que o bairro do Desterro era retratado, como lugar de violência e degradação moral, reduzido a imagem da ZBM (SILVA, 2005). O outro ponto ressalta a expansão territorial da cidade como precursora do que alguns moradores consideram um *abandono* ou *esquecimento* do espaço e também das pessoas que ali moram como relevantes para a história. Essas percepções, frequentemente expostas nas falas dos meus interlocutores ligados à luta por moradia e discussões sobre uso dos espaços nessa parte da cidade, são argumentos alicerçados às reivindicações e diálogos que essas pessoas estabelecem com o Estado, assunto que desenvolvo no terceiro capítulo deste trabalho. Essas pessoas, são frequentemente identificadas como *lideranças* pela *comunidade* e pelo Estado, isto é, percebidos como condutores das demandas, discussões e auxílio das pessoas que constroem essa vizinhança.

Andar e falar de uma forma específica, carregar certas coisas na bolsa e dar moedas para um andarilho na rua, são práticas usuais nessa parte da cidade que dão sentido ao seu modo de vida, mas também dão contorno aos assuntos centrais deste trabalho científico: a **casa**, a **política** e as **redes de cuidado**. O entendimento dessas situações e como elas são costuradas no decorrer dessas páginas refletem ainda minhas vivências pessoais e acadêmicas, além das minhas aproximações com interlocutores e amigos com pontos de vistas parecidos.

Essa pesquisa é essencialmente etnográfica. Característica das investigações da Antropologia Social e Cultural. Essa proposta metodológica se apoia na experiência do pesquisador com grupos diversos e no seu deslocamento para o convívio nesses modos de vida a fim de interagir e construir o seu “objeto” de estudo que comporta tipos de relações sociais e necessita da interação com pessoas (PEIRANO, 2014). Eu não poderia, todavia, definir uma pesquisa etnográfica elencando à leitora e ao leitor supostas ‘técnicas’ metodológicas que auxiliam na ‘coleta de dados de pesquisa’. Utilizar definições sucintas como ‘observação participante’, ‘descrição dos povos’ e ‘pesquisa de caráter qualitativo’ me parecem estreitas demais para responder à complexidade dos sentidos da ETNOGRAFIA.

Não digo que essas expressões, dispostas entre aspas no parágrafo anterior, não estão atreladas à prática etnográfica, mas que se colocadas como ferramentas de métodos que produzem resultados, podem nublar e até mesmo desvalorizar a pesquisa antropológica e seu compromisso ontológico. Descrever, coletar dados empíricos sobre diversos povos, testar generalizações teóricas, ainda são noções vinculadas às lógicas de uma ciência positiva repleta

de reificações. De forma contrária, a pesquisa etnográfica não pode ser prevista em seu trabalho de campo, pois é um processo de imersão e movimento. (INGOLD, 2016; STRATHERN, 2004)

Para exemplificar, voltemos ao meu relato inicial. Enquanto andava pelas ruas rumo ao encontro do meu amigo, não poderia prever a conversa que iria se suceder com o andarilho, pois meu único objetivo ali era chegar ao meu destino em segurança. Apesar de escutá-lo com atenção, naquele momento não vi sentido no nosso diálogo, pois ainda que ele me chamasse de *amiga* eu não o conhecia e sua narrativa não tinha uma lógica linear. Até que eu pudesse interpretar e descrever o episódio da forma como aqui está estabelecida, precisei voltar a um “passado temporal que já aconteceu”, isto é, “como se, ao se encontrar outros face a face, já se desse as costas a eles, ou seja, é deixar para trás aqueles que são verdadeiros ‘duas caras!’” (INGOLD, 2016, p. 406). O caminho até esse momento remoto não é dado, mas está sendo construído no mundo repetidamente (STRATHERN, 2004).

Nas próximas linhas, contarei ao leitor como venho construindo e sendo construída nesse espaço e nesse cotidiano desde que cheguei à capital maranhense e iniciei minha formação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão. Nesse processo, minha relação com o Centro da cidade se reconfigurou várias vezes, as ruas e os casarões também tomaram novas disposições, seja por meio de reformas, ruínas ou uso dos espaços. Também constituí rumos na minha formação acadêmica e me recriei como pessoa no mundo, construí relações com as pessoas que aqui habitam, que também se mobilizaram, juntamente com o restante do mundo que, em seu constante movimento, tem impactado modos de vida num emaranhado em construção. Enquanto tramo a narrativa dessas vivências, objetivo partilhar o processo de afetação (FAVRET-SAADA, 2005) no qual essa pesquisa se apoia.

## **2.1 Etnografar, construir e conectar sentidos**

Em 2013 passei no vestibular para cursar Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e decidi me mudar para São Luís. Na época não conhecia ninguém no estado e, através de uma busca na internet, meus pais descobriram um *hostel* localizado no Centro Histórico da cidade. Reservamos quatro diárias de hospedagem, prazo em que meus pais voltariam para São Paulo, minha cidade natal, e eu deveria encontrar morada na cidade.

Cheguei na capital no dia 7 de setembro de 2013 e encontrei o Centro vazio, pois, coincidentemente, era feriado prolongado, em razão da comemoração da Independência do Brasil (7 de setembro) e do aniversário da capital maranhense (8 de setembro). Não estranhei o espaço deserto ou o alerta da proprietária do *hostel* que nos dizia para andar sempre com



cuidado pelas ruas, que eram perigosas fora do horário comercial, afinal essa percepção (possibilitada pelo meu senso comum) também se aplicava aos meus conhecimentos sobre o Centro Velho de São Paulo: estritamente comercial, turístico e boêmio, não residencial. Para mim, parecia compreensível que essa parte da cidade ficasse vazia e, como consequência, insegura em um feriado de fim de semana.

Figura 6 - Fachada do Hostel



Fonte: Alex Rodrigues (2022). Adaptação de pintura de Américo (s.d.)

No final da primeira semana na cidade, descobri, por intermédio da proprietária do lugar em que estava hospedada, Dona Nilde, que a residência universitária feminina da UFMA se localizava na rua ao lado. Logo passei a morar ali, tendo-a como vizinha e construindo uma relação de apoio com ela. O Lar Universitário Amélia Bogéa (LURAGB), estava situado na Rua Humberto de Campos, no bairro da Praia Grande, Centro. Nele residiam pelo menos 30 mulheres, oriundas do interior do estado, de outras partes do país e até mesmo estrangeiras, que faziam parte do corpo estudantil da Universidade. Ali residi durante meus primeiros sete meses em São Luís, quando em virtude do sucesso de uma reivindicação de luta estudantil, a Residência Universitária dentro da Cidade Universitária foi entregue e o antigo LURAGB se transformou em sede do Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da UFMA<sup>10</sup>.

Com o tempo fui apresentada à rotina do espaço e advertida dos cuidados que deveria tomar, tanto pelas companheiras do Lar Universitário quanto pelos colegas de graduação. Na

<sup>10</sup> Sobre o processo de transferência das Residências Universitárias do Centro Histórico ver: “Em protesto, estudante fica acorrentado a prédio na UFMA” - disponível em <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/11/em-protesto-estudante-se-acorrenta-predio-na-ufma.html>; “Estudantes da Casa Estudantil Feminina se mudaram ontem”, em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=43250>. Acesso em 12 abr. 2022.

casa existiam diretrizes oficiais, um horário prescrito para trancar o portão, cuidados com a bomba de água (que me davam pistas sobre o problema frequente de fornecimento de água no Centro), e também conselhos amigos sobre como andar pelas ruas do bairro em um certo horário ou ficar sem motivo aparente na porta de casa.

Figura 7 - Fachada DAC, antigo LURAGB



Fonte: Autora (2018)

Na Universidade, meu curso acontecia em período noturno e meus colegas costumavam mostrar preocupação sobre a minha condição como *menina vinda de fora*. Em suma, uma jovem garota de 18 anos estava bastante insegura ao andar sozinha à noite por essa parte da cidade. Com receio, alguns amigos me acompanhavam até o Lar Universitário todos os dias para que eu não andasse só. Como nenhum dos meus amigos moravam na área central, eu acreditava nos perigos de *ter casa* ali.

Já moradora do campus, não desapeguei dos interesses pelo Centro. Frequentemente estava no bairro do Desterro por ter um relacionamento amoroso com um dos moradores do bairro. Por vezes, participava de algumas rotinas de sua família, entre elas, mudanças entre uma casa e outra dentro bairro, cuidados estruturais nos períodos de chuva, o hábito de andar até o Mercado Central para fazer as compras do dia, festejos da comunidade e, até mesmo, casos de desavença entre vizinhos. Nesse período, passei a significar o Centro menos como lugar de ruína e mais como lugar de morada.

Ainda que a questão da casa estivesse em toda minha trajetória no Centro Histórico, até então eu não tinha percebido a centralidade desta temática naquele cotidiano. Essa percepção só começou a tomar outros rumos quando, em abril de 2016, tive a oportunidade de participar do Projeto de Pesquisa Científica “Sentidos e Práticas do ‘Habitar’ no Centro Histórico de São

Luís (Maranhão)”<sup>11</sup> e pude ter ideia do que era a prática de pesquisa na área das Ciências Sociais e observar as transformações do meu olhar sobre o Centro desde que cheguei à capital.

O projeto, coordenado pela professora Doutora Martina Ahlert e financiado por intermédio do Edital 006/2015 da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), tinha como objetivo analisar diferentes formas de experienciar a moradia no Centro Histórico de São Luís, com foco em três situações específicas: (i) Casarões ocupados de maneira ‘informal’ por sujeitos e famílias, que constituem moradias coletivas; (ii) A população em situação de rua que circula nesse território; (iii) A ocupação formalizada e gerida pelo poder público em Habitações de Interesse Social (HIS). O meu plano de trabalho no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) modalidade Enxoval<sup>12</sup>, tinha a HIS como objetivo específico de análise. (FAPEMA, 2018)

Durante as conversas e entrevistas em campo recebi uma diversidade de informações sobre a vida dos meus interlocutores. Compartilhadas comigo por diferentes pessoas e situações, alguns desses relatos se conectavam e eu criava sentidos sobre eles. Por vezes, as informações pareciam ou não serem relevantes para a pesquisa, chegavam soltas, às vezes envergonhadas, enfeitadas ou empáticas; e acabavam se transformando em uma só história, que parecia tomar forma apenas na etapa de sistematização dos dados de pesquisa. Nos anos em que convivi no Centro Histórico de São Luís, seja como frequentadora, moradora ou pesquisadora iniciante, precisei aprender a observar o espaço com certa distância, ao mesmo tempo que era por ele afetada (FAVRET-SAADA, 2005).

A afetação é um ponto importante para a construção desta pesquisa, uma vez que, no decorrer dos anos, minha relação com o território e com a temática da moradia teve imersões e movimentos diferentes (INGOLD, 2016). Durante esse projeto de Iniciação Científica, por exemplo, eu compreendia que existiam diferentes formas de habitar o Centro Histórico, observava nas falas de meus interlocutores noções sobre o cotidiano do lugar, seus perigos, usos dos espaços, ocupações informais e relações de apoio mútuo (humanas e não-humanas). Contudo, essas observações, atreladas às relações e acontecimentos que presenciei enquanto pesquisadora iniciante, não me permitiam perceber a CASA como elemento principal nesse cotidiano.

---

<sup>11</sup> Coordenado pela professora Dra. Martina Ahlert, tendo como membros da equipe Gabriela Lages Gonçalves, Bruna Regina Trindade Azevedo, Emmanuele Mader, Edilson de Jesus Sá e Anna Christina Nunes Araújo.

<sup>12</sup> A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) oferece uma “chamada interna de apoio aos docentes recém-doutores e doutores recém-contratados” para incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisa dentre esses docentes. Os professores selecionados, no ano de 2016, receberam uma bolsa de Iniciação Científica, meu caso em questão.

Minhas percepções sobre a temática da casa só começaram a tomar rumos mais enfáticos quando, no final do ano de 2017, iniciei um período de campo exploratório para construir a minha pesquisa de conclusão de curso e passei a conversar com Denis, um calouro do curso de Ciências Sociais, e também morador, envolvido, entre outras coisas, com a luta por moradia no Centro Histórico de São Luís. Quando cheguei até ele, minha intenção era ouvir sobre criminalidade no território, uma vez que as discussões sobre insegurança e crime, como contei há pouco, faziam parte da minha trajetória no espaço.

Mas para minha surpresa, falando ou não de criminalidade, o argumento de Denis era sempre a defesa da moradia social para um grupo específico: aqueles que pertenciam à *comunidade*, isto é, que faziam parte da história do lugar. Um pouco confuso, certo? Para mim também parecia. Ele me dizia que as pessoas precisavam de casa, mas também que elas moravam ali a vida inteira; que o lugar era perigoso, mas que as pessoas permitiam que fosse o distrito mais seguro da cidade; que o poder público só se importava com o arquitetônico e leis de preservação, mas que o lugar estava abandonado pelo Estado. Assim como na história contada pelo andarilho que compartilhei no início deste capítulo, as falas de Denis me pareciam ambíguas e nem sempre, do meu ponto de vista, eram coesas e lineares.

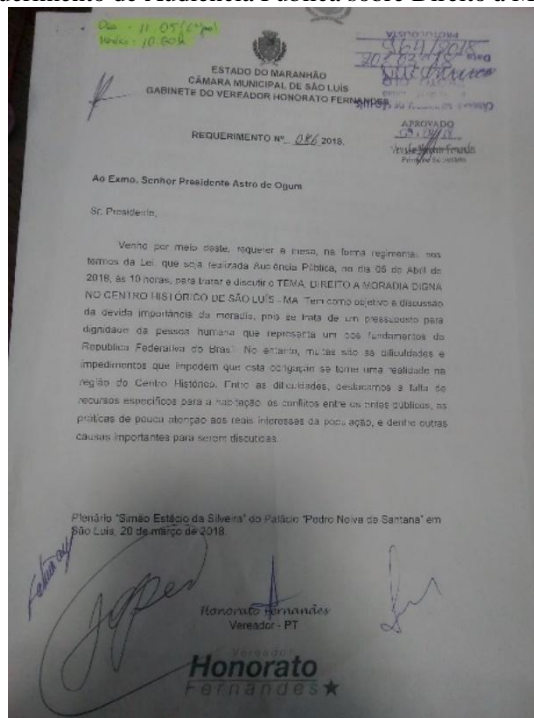
Nas conversas que tinha com meu amigo, seus argumentos, muitas vezes, não me pareciam lógicos. Apenas comecei a interpretar e dar sentido às suas falas quando participei, em maio de 2018, de um seminário na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão (FAU/UEMA), oferecido em parceria com FAPEMA, intitulado “Habitar Para Preservar o Centro Histórico de São Luís” (FAPEMA, 2018). Nessa oportunidade, percebi que as discussões sobre habitação no Centro já aconteciam há algum tempo e que existia uma mobilização dos moradores em torno da reivindicação por HIS, ou seja, por moradia para pessoas consideradas de baixa renda nas classificações estatais. Durante o evento, sentidos importantes sobre *habitar e preservar* tomaram forma, e pude perceber que havia ali uma intersecção entre Estado, Universidade e *lideranças comunitárias*.

Um dia após o encerramento do evento supracitado, aconteceu uma Audiência Pública na Câmara Municipal, também localizada no Centro da cidade, há poucas quadras da FAU/UEMA. Ela foi proposta pelo então vereador Honorato Fernandes (do Partido dos Trabalhadores), a pedido de *lideranças da comunidade*, e se intitulava “Direito à Moradia Digna no Centro Histórico de São Luís”. Integravam a mesa de discussão: o segundo secretário da Câmara dos Vereadores, um representante da Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano do governo estadual (SECID), o Secretário adjunto dos Direitos Humanos também do

governo estadual (SEDIHPOP) e dois moradores do Centro Histórico que representavam a sociedade civil (CAMARA SLZ, 2018).

Também nessa mesma época, no dia 1º de maio, um edifício ocupado no centro da cidade de São Paulo (SP) pegou fogo e desabou, levantando debates nacionalmente sobre habitação popular e manifestações de movimentos sociais de ocupação por moradia. Faço o resgate desses eventos como ponto de partida da construção da luta por moradia como foco da minha pesquisa porque, por um lado, remontam à minha primeira experiência em campo em que se reuniram sociedade civil e Estado para debater a situação habitacional nessa parte da cidade. Por outro lado, porque esses momentos são costumeiramente lembrados pelos moradores e por funcionários do Estado como o início de um novo diálogo e política na área central de São Luís.

Figura 8 - Requerimento de Audiência Pública sobre Direito à Moradia no CHSL



Fonte: Honorato Fernandes, registro da autora (2018)

Deste momento em diante se seguiram muitos outros eventos em que a discussão de habitação social no Centro Histórico era o foco. Atrélada a essas discussões, a movimentação em torno da luta por moradia também se intensificou no que tange à organização da própria *comunidade*. Em exemplo, o número de espaços percebidos como *ocupações* por pessoas engajadas na luta por *moradia digna* aumentara significativamente (BEZERRA, 2020).

O termo *ocupação*, por sua vez, tem sido utilizado como parte de uma reivindicação por iniciativas governamentais que contemplem a produção de habitação de interesse social nessa

área e tem sido discutida mais frequentemente nos últimos anos pelos moradores engajados na luta por moradia. Nesse sentido, para esses moradores, uma *ocupação* é percebida pelo uso de um lugar (habitacional, cultural, econômico, entre outros), podendo ser um imóvel ou uma praça que antes era visto como vazio ou abandonado, que passa a ser utilizado por pessoas que não são proprietárias e nem dispõem de qualquer documento que comprove uma forma legal de posse ou uso consentido. Na prática, *ocupar* é também uma forma de cuidado com o “patrimônio” e com a história local, pois, de outra forma, um casarão desocupado “uma hora cai”.

Influenciados pelos debates ocorridos nos eventos citados anteriormente e a visibilidade de um casarão ocupado na mesma época, surgiu um grupo de pesquisa e apoio à habitação social no Centro Histórico de São Luís. Formado por moradores, *lideranças comunitárias*, universitários, simpatizantes e pesquisadores da área, o grupo intitulado Habitar Para Preservar, do qual eu também fazia parte, fez um levantamento, em agosto de 2018, do número de casarões que se definiam como *ocupados*. Na época, identificamos nove *ocupações*, em pesquisa posterior (BEZERRA, 2020), mapeei mais treze unidades assim identificadas entre outubro de 2019 e março de 2020, quando participei do projeto de pesquisa intitulado “Federação dos Lugares e economia local na Região de São Luís – MA: circuitos culturais, mídias alternativas e novas formas de planejamento territorial plural” coordenado pelo professor Dr. Cristiano Nunes Alves e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por intermédio da Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018 e integrado ao Laboratório de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (MARIELLE – UEMA).

O projeto tinha como eixo central o uso do território em relação ao seu planejamento, destacando que os modos de vida, práticas, discursos e reivindicações nesses lugares, muitas vezes não são considerados pelo planejamento e gestão territorial imposto. Como bolsista de Apoio Técnico (BATI – UEMA) integrei esse projeto a partir do Plano de Trabalho “Federação dos Lugares e planejamento territorial: as ocupações urbanas no Centro Histórico de São Luís” que enfatizava especialmente a dinâmica de ocupação do espaço a partir do levantamento e mapeamento das *ocupações* (habitacionais e político-culturais) encontradas nessa parte da cidade.

Existe, entretanto, uma diversidade de casarões habitados por pessoas que não possuem vínculo formal com o lugar, mas que não são definidos como *ocupações* por parte dos moradores. Entendo que a categoria *ocupação* tem sentidos muito particulares para meus interlocutores, que são em sua maioria engajados com a luta por moradia. Desse ponto de vista, observei que há casos em que meus amigos não acreditam ser legítimo o uso de um espaço por

determinado grupo, por não considerarem as pessoas que o utilizam como moradoras e pertencentes à *comunidade*; ou não concordarem com as práticas que as pessoas promovem no espaço (uso e venda de narcóticos, por exemplo). Desse modo, se não legitimam o uso na sua forma política, não o consideram uma *ocupação*, o que interfere no levantamento da quantidade de prédios *ocupados* informalmente.

Envolvida pelos movimentos em torno desses debates, meu Trabalho de Conclusão de curso (TCC) em Ciências Sociais (BEZERRA, 2018) enfatizou os sentidos de casa, as inseguranças relativas à moradia e perspectivas sobre a experiência de vida nesse contexto. Se interessou pela maneira pela qual os moradores constroem categorias mobilizadas na relação com o Estado, pelas quais justificam suas reivindicações.

Essa conjuntura não instigou apenas a temática de pesquisa do meu TCC, mas permitiu uma série de movimentações em torno dos usos dos espaços do Centro Histórico de São Luís. Meu amigo Denis costuma apontar o Seminário Habitar Para Preservar e a Audiência Pública por moradia digna como pontos de partida de um novo diálogo com a administração pública, que culminou no primeiro projeto de habitação de interesse social, em uma *ocupação* apadrinhada pelo governo do estado, entregue em setembro de 2021.

A Ocupação Maria Aragão foi meu primeiro contato com uma *ocupação* habitacional. Ela está localizada na Avenida Magalhães de Almeida, no antigo Edifício Governador Archer, e foi batizada por seus ocupantes e colaboradores com o nome Maria Aragão. O prédio de três pavimentos e estrutura antiga, mas não colonial, estava abandonado há pelo menos um ano, quando foi *ocupado* por treze famílias em maio de 2018. Conheci os moradores uma semana depois da ocupação do imóvel, na mesma audiência pública que citei anteriormente, e passei a acompanhar suas experiências.

Figura 9 - Ocupação Maria Aragão em agosto de 2018



Fonte: Cintia Nogueira, integrante do grupo Habitar Para Preservar (2018)

Imbuída pelos movimentos crescentes de discussão por habitação nesse território, a Ocupação Maria Aragão passou a ter grande visibilidade para as pessoas engajadas na luta por moradia popular no Centro Histórico de São Luís. O objetivo daqueles que estavam à frente das reivindicações alicerçadas no ato de *ocupar*, era transformá-la numa *ocupação piloto* do ideal de moradia popular que a comunidade demandava, a Habitação de Interesse Social, uma resposta (de uma parceria com o governo estadual) ao governo municipal pelos anos de espera pela revitalização de alguns casarões<sup>13</sup>.

Apoiando esse pleito, as *lideranças da comunidade* se empenharam, juntamente com o apoio do grupo Habitar Para Preservar, em fazer o levantamento de *ocupações*, como citado anteriormente, e a mobilização dos moradores desses casarões para a construção conjunta de um Estatuto das Ocupações do Centro Histórico de São Luís. Com o tempo, o estatuto foi deixado de lado, mas a Ocupação Maria Aragão, juntamente com duas outras *ocupações* (sendo uma habitacional e outra cultural), recebeu o apoio da União dos Moradores enquanto lugar de luta popular por moradia. Não por coincidência, essas três iniciativas se tornaram as primeiras *ocupações* apadrinhadas pelo governo estadual, através do Programa Nosso Centro, mencionado anteriormente.

A Ocupação Maria Aragão faz parte do Programa Habitar o Centro, um Subprograma do Programa Nosso Centro, responsável pelo planejamento do Polo Habitacional. O edifício com área de 670 m<sup>2</sup> foi adaptado para habitação social com apartamentos que abrigam catorze famílias e a primeira sede da União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís (UMCHSL). Durante o tempo de reforma, algumas famílias se mudaram para outros espaços, de maneira que novas foram beneficiadas no lugar das que saíram.

A inauguração do prédio, batizado pelo governo do estado como Edifício Governador Archer, ocorreu no dia 8 de setembro de 2021, um ano e seis meses após a saída dos *ocupantes* do mesmo para reforma. Sobre isso, eu explico ao leitor que os *ocupantes* decidiram, em acordo com a SECID, que estava à frente do projeto, sair do prédio enquanto este estivesse em reforma, pois havia crianças e pessoas com deficiência que poderiam sofrer com os percalços da restauração. A obra estava prevista para ser entregue em seis meses, mas atrasou. Nesse ínterim, os moradores receberam Aluguel Social no valor de quinhentos reais mensais.

---

<sup>13</sup> Sobre os projetos habitacionais e a morosidade do Estado, ver capítulo 3.



Figura 10 - Ocupação Maria Aragão (Ed. Governador Archer) quando inaugurado



Fonte: Jornal Pequeno (2021)<sup>14</sup>

Outra mobilização importante nesse período foi a reativação da União dos Moradores em fevereiro de 2019 que, para as *lideranças* do bairro, foi resultado da necessidade de organização e debate da *comunidade* em prol da luta por moradia social junto a este programa de revitalização. Sua fundação é até hoje considerada símbolo da pauta da habitação social nessa parte da cidade, sua retomada faz parte da ressurgência deste debate caracterizado por discussões, eventos, investimentos e mobilizações entre Estado e comunidade. Atenta a essas movimentações, construí meu projeto de pesquisa, submetido no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (PPGCSoc). Na época, influenciada por essa conjuntura, pretendi analisar as relações entre UMCHSL e as intervenções do Estado a partir do Programa Nosso Centro.

A proposta era compreender como os moradores engajados em entidades de representação nos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho constroem sentidos (aquilo que pensam sobre o espaço), práticas (aquilo que fazem no espaço) e modos de vida, tendo como base, suas percepções sobre a presença dos serviços, funcionários e políticas governamentais no local. A problemática de pesquisa estava apoiada na relação dita inaugural entre Estado e população, divulgada pelo Programa Nosso Centro desde seu lançamento, quando sua implementação esteve pautada na promoção de um espaço democrático que articulasse a permanência dos moradores com novos investimentos e formas de ocupação.

De fato, os eventos sobre o espaço eram frequentes e eu estava acostumada a participar

<sup>14</sup> Edifício em São Luís que vai abrigar moradores de baixa renda será entregue. Jornal Pequeno, São Luís, 7 set. 202. Disponível em: < <https://jornalpequeno.com.br/2021/09/07/edificio-em-sao-luis-que-vai-abrigar-morador-es-de-baixa-renda-sera-entregue/>>.

deles, talvez contaminada pela composição dos debates. Isto é, eu estava habituada ao formato das discussões, os tons de fala, os argumentos, aos rituais característicos desses momentos institucionais de diálogo entre Estado e *comunidade*. Por esse motivo, essa relação se tornou o foco principal da minha pesquisa, cujas reflexões se baseavam nos seguintes questionamentos: “Como os moradores, por intermédio da União dos Moradores do Centro Histórico de São Luís, constroem suas reivindicações a partir dos sentidos que nutrem sobre a presença do Estado no espaço em habitam? Como essas reivindicações influenciam as ações políticas promovidas pelo Estado? Quais são os conflitos de interesses e discursos produzidos nas relações construídas em torno dessas políticas? Como essas relações transformam o espaço e seu cotidiano?”

Motivada por essas perguntas, criei um plano de trabalho que me permitisse acompanhar o maior número de debates possíveis sobre o Programa Nosso Centro, especialmente no que dissesse respeito ao subprograma Habitar o Centro. De modo imprevisível, no entanto, o ano de 2020 foi tragicamente marcado por uma pandemia causada pela difusão de uma *nova* cepa de um vírus gripal: o Coronavírus. Até o momento de escrita desta dissertação o Brasil registrou (oficialmente) quase 690 mil óbitos decorrentes da COVID-19, que gerou impactos sociais, ambientais e mentais no país e no mundo. Apenas três dias após o início de minhas aulas no mestrado, meus planos precisaram mudar, não apenas por conta do isolamento que impossibilitava a “pesquisa de campo” idealizada, mas porque o cotidiano mudou, no Centro Histórico, na minha relação com meus interlocutores, nos debates e sentimentos em relação ao mundo.

## **2.2 Morar e etnografar**

Desde junho de 2019 voltei a morar no Centro Histórico de São Luís, pois em razão da conclusão da graduação em Ciências Sociais precisei sair da Residência Universitária da UFMA. Nesse processo de mudança de casa, essa parte da cidade me trouxe mais segurança e comodidade, pois no tempo em que permaneci em São Luís se tornou meu lugar mais familiar. Por isso, passei a morar no mesmo *hostel* em que me hospedei quando cheguei à cidade, localizado na Rua da Palma, no bairro da Praia Grande.

Figura 11 - Recepção do hostel com acesso à rua



Fonte: Alex Rodrigues (2022)

Dona Nilde, proprietária do casarão onde moro, me sugeriu a moradia durante uma das minhas visitas a ela, que fiz juntamente com a minha mãe, enquanto procurávamos por lugares para alugar. Preferi morar ali, não apenas por conta da minha intimidade com esse distrito da cidade, mas também pela possibilidade de me deslocar de bicicleta para UFMA, pela proximidade com a morada das pessoas que constroem minha rede de apoio na cidade e também por Dona Nilde, que chegou a conhecer meus pais quando me mudei para capital e os prometeu *cuidar* de mim enquanto eu estivesse aqui. Na época, ela não costumava alugar quartos para moradia, os únicos habitantes fixos eram ela, seu marido e filho, e uma hóspede, que com o passar do tempo e a permanência, acordou um valor mensal para permanecer ali.

Com o aparecimento de casos suspeitos de COVID-19 no Maranhão e, posteriormente, a confirmação do primeiro caso em São Luís, no dia 20 de março de 2020, a cidade precisou se adequar às medidas de prevenção e controle da doença, especialmente o isolamento social. Antes, no dia 16 de março a UFMA suspendeu o calendário acadêmico e passei a ficar mais tempo em casa. Naquele momento, o *hostel* estava com pouco fluxo de hóspedes, o que dificultava a sobrevivência do lugar. A internet e a TV por assinatura foram cortadas e até mesmo a outra moradora fixa, que trabalhava como vendedora de *jogo do bicho*, seguia sem clientela, já que não podia ir à Rua Grande (maior centro comercial de São Luís, tem início na

Avenida Magalhães Almeida, paralela à rua onde moro) para atender seus fregueses, pois os serviços *não essenciais*<sup>15</sup> estavam proibidos por lá.

Dona Nilde, que tem uma opinião política em consonância com a gestão federal corrente entre 2019 e 2022, costumava reclamar bastante das medidas adotadas pelo governo estadual para prevenção e controle da COVID-19 que, em grande parte, eram contrárias aos posicionamentos do presidente da República. Desse modo, ainda que ela tivesse o costume de ficar em casa, não concordava com a ideia de isolamento social, atribuindo as dificuldades financeiras às ações do governo do estado. Foi nesse contexto que seu filho passou a ajudar nas contas do *hostel*, que agora parecia se tornar apenas uma casa.

Seu filho é um homem branco de mais ou menos trinta anos, com duas filhas e uma *namorada*, mãe das crianças, que na época não morava com ele. Apesar de o casal ter morado junto por oito meses, em uma casa cedida por Dona Nilde em um bairro afastado da área central, tanto ele quanto sua companheira não se acostumaram com a vida *em bairro*, como eles nomeiam a vida longe do Centro. Ele então voltou a morar com sua mãe no *hostel*, lugar em que residiu a vida toda, enquanto a companheira permaneceu com as crianças na casa de sua matriarca. Com a chegada da pandemia e a necessidade de auxiliar nos gastos do casarão, cônjuge e filhas passaram a morar nessa área da cidade também. Essa configuração de morada mudou várias vezes desde então, o que é comum nesse distrito: casas, objetos e pessoas estão em constante mobilidade, seja de funcionamento ou de espaço, mas falaremos mais profundamente disso no decorrer do trabalho.

Agora, me concentrarei em apresentar meu cotidiano naquele momento, na tentativa de evidenciar os processos que fizeram com que o cenário metodológico dessa pesquisa se redefinisse, uma vez que a rotina e as relações de vizinhança tomaram mais centralidade do que os encontros extraordinários em que Estado e *comunidade* dialogavam. Ressalto que esse redirecionamento não tem precedente apenas nas circunstâncias da pandemia, mas na construção na totalidade dessa rotina, uma vez que minha relação com meus amigos, vizinhos e interlocutores se estreitou para além da discussão da luta por moradia. Passei a ser afetada pelo modo de vida do Centro Histórico, movimentando e sendo movimentada por ele.

O *hostel* em que moro tem dois pavimentos e em março de 2020 ele se configurava da seguinte forma: no térreo tínhamos um salão, que na época dispunha de uma televisão e algumas

---

<sup>15</sup> Na época, definiu-se por serviços essenciais as atividades e os fornecimentos de insumos e materiais necessários à sobrevivência, saúde, abastecimento e segurança da população, como delibera a Lei nº 13.979/20 – que dispõe sobre o enfrentamento ao COVID-19. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/imagens/servicos-essenciais-covid-19#:~:text=Tamb%C3%A9m%20s%C3%A3o%20consideradas%20essenciais%20as,p%C3%ABlicos%20e%20das%20atividades%20>>. Acesso em 19 maio 2022.

mesas que serviam, principalmente, para oferecer o café da manhã aos hóspedes. O espaço tem dois portões que ficam abertos durante o dia e permitem a visão para a rua, além de grades que ficam trancadas por todo tempo. Ao lado esquerdo do grande salão há um corredor que dá acesso aos quartos que ficam na parte de baixo.

Figura 12 - Planta baixa do hostel



Fonte: Alex Rodrigues (2022)

Na entrada deste saguão estava localizada a recepção que dava acesso a uma sala com um mezanino, onde estavam um par de sofá e uma televisão que Dona Nilde e a família usavam para uso pessoal. Além dessa sala, há três quartos com suíte na parte térrea e dois banheiros coletivos (separados entre feminino e masculino) ao fim do corredor. O primeiro quarto é destinado para famílias, com cama de casal e um beliche, foi nele que me hospedei com meus pais quando cheguei a São Luís. Com a mudança da configuração do casarão na época da pandemia, o filho de Dona Nilde instalou uma televisão e o tomou para si.

Ao lado deste cômodo está o meu quarto, que organizei ao meu gosto, e por último o quarto de número 1, que é raramente utilizado, pois além da maioria das hospedagens na época serem coletivas, no espaço não há sinal de internet, nem por rede móvel, nem por *Wi-Fi*. Quando algum familiar visita a casa, se acomoda por ali.

Em frente ao meu quarto tenho acesso à lavanderia e pátio, cercado por grades para evitar a entrada de *gente criminosa* que, segundo Dona Nilde, tinha o costume de ingressar no casarão por cima do estacionamento que fica na rua perpendicular, após a retirada de dois cachorros que protegiam o estacionamento. Ao lado do pátio e em frente ao quarto utilizado pelo

filho dela, ficam as cozinhas, sendo uma para hóspedes e a outra para uso próprio, que também dão acesso ao salão inicialmente citado.

Figura 13 - Vista do estacionamento a partir do *hostel*



Fonte: Alex Rodrigues (2022)

A cozinha é ainda hoje um lugar de bastante compartilhamento, tanto de comida, quanto de conversa, visto que é o espaço em que os moradores da casa se encontram durante o dia. No início da pandemia, com as dificuldades financeiras e de circulação na cidade, a comida passou a ser repartida, por vezes, Dona Nilde cozinhava e me convidava para almoçar com a família e vice-versa. A outra moradora, por não consumir carne, costumava comer salada e arroz e preparar a sua proteína. Algumas vezes, a dona do restaurante vizinho ao *hostel* trazia grandes travessas de comida para Dona Nilde, pois não era toda consumida no almoço. Por vezes, elas brigavam e a comida parava de chegar, mas depois faziam as pazes e o alimento voltava a aparecer.

Como os portões costumam ficar abertos, era possível avistar a rua e vice-versa, por isso, era frequente que *moradores de rua* e *flanelinhas* viessem pedir água e, às vezes, comida. Dona Nilde me explica que esse é um movimento comum, que a chamam de “mãe” e ela não gosta. Não concorda com o estilo de vida dessas pessoas, reclama bastante, mas sempre lembra que “água e comida não se pode recusar”, então separou uma geladeira com garrafas de água para quando lhe pedem.

Outra personagem recorrente no espaço é Seu Antônio, um homem negro da terceira idade que cuida dos vários carros que ficam na rua e no estacionamento em frente ao *hostel* durante o horário comercial. É um trabalho lucrativo para ele que, apesar de estar aposentado, consegue *uns trocados* com os trabalhadores das repartições públicas que estacionam seus veículos ali, afinal ele é *conhecido* dessas pessoas, ainda que não tenha casa nessa parte da cidade atualmente.

Ele costuma colocar sua cadeira de plástico na calçada em frente ao *hostel* e é sempre *rabugento* com Dona Nilde e com seus próprios filhos, que ocasionalmente o ajudam, pois ele tem uma comorbidade nas pernas que não o deixa ficar muito tempo em pé. Pela manhã ele costuma pedir um café para Dona Nilde, que prepara e leva até ele, às vezes acompanhado por um pão. Para pessoas mais conhecidas, então ela sempre separa um pão, um café ou comida, imaginando que possam pedir. Também guarda alguns *depósitos* (objetos reciclados para armazenar alimento) para que Seu Antônio e outros possam pegar a comida nos restaurantes que distribuem (especialmente na pandemia que a distribuição de alimentos no bairro aumentou). Depois que almoça, ele apenas joga o *depósito* no chão da recepção, por entre as grades do portão, quando ela vê, lava e guarda para o outro dia.

Seu filho mais novo por vezes aparece para ajudar Dona Nilde em alguma tarefa da casa, como lavar o pátio, ajudar com vasos e plantas ou pintar alguma coisa. Em troca ela dá alguns *trocados* a ele. Eles têm acesso ao *hostel* de forma tranquila, mas ainda que sejam familiares à Dona Nilde, que diz ter ajudado a criar os filhos de Antônio, ela sempre me alerta para desconfiar e cuidar das minhas coisas: “Nicole, não deixe a porta do seu quarto aberta! Esses meninos que a gente não conhece vivem entrando aqui. Tem que tomar cuidado!”. Os visitantes ali são muitos, dentre eles vizinhos que chegam apenas para tomar uma xícara de café, usar a internet, a televisão, resolver finanças ou apenas conversar. Esse *entra e sai* de pessoas no *hostel*, faz com que minha companheira de morada não se sinta dona do lugar que mora, pois acredita que as coisas saiam do seu controle.

Seu Zé é o esposo de Dona Nilde, 12 anos mais novo que ela, são casados há mais de 20 anos e trabalham juntos desde que se conheceram. Em 2012 ela adquiriu o casarão mediante financiamento, em sociedade com uma de suas irmãs, até então o lugar era propriedade de um de seus primos que o herdou do pai e transformou em *hostel*. Segundo ela, o edifício sempre esteve em sua família, que era parte síria e parte libanesa, mudando de função no decorrer dos anos: antes residência familiar, foi transformado em consultório médico, depois consultório odontológico e por fim *hostel*. Apesar do estabelecimento estar na *história da família* e seu tio ter sido uma figura importante no estado do Maranhão, Dona Nilde não tinha uma relação de propriedade com o espaço até 2012, quando era funcionária de serviços gerais juntamente com o marido e também morava no prédio.

Poucos anos após adquirir o espaço, ela precisou dispensar seus funcionários, pois o movimento turístico diminuiu, ao que ela responsabiliza a entrada de uma nova gestão do estado, quando Roseana Sarney deu lugar a Flávio Dino, em 2014. Explica que, em sua opinião, o novo governo não investe em cultura e turismo no Centro Histórico como na gestão anterior,

e por isso os turistas não tinham mais interesse em viajar para a cidade. Na visão dela, esse cenário piorou com as medidas adotadas pelo governo estadual na pandemia (lockdown, fechamento da indústria hoteleira, entre outros). Com a falta de funcionários, quem passou a cuidar da limpeza e infraestrutura da casa foi Seu Zé, enquanto Dona Nilde cuidava do café da manhã, da cozinha em geral, das finanças e das reservas.

Sem funcionários, estar em casa costumava ser bem comum, tanto antes como durante a pandemia, pois o lugar não poderia ficar sozinho. Quando Dona Nilde precisava sair, o prédio ficava aos cuidados de seu marido e vice-versa, quando os dois precisavam sair, ela pedia ao filho para que vigiasse o lugar, o que frequentemente era motivo de discussão, pois ele não gostava de ficar *preso em casa*. Quando ele não podia, chamava um de seus sobrinhos, mas se não desse certo, desistia de sair. Em geral, só saía para ir à igreja ou ir à Rua Grande, acompanhada de sua amiga ex-funcionária. Seu esposo também não se ausentava muito da casa, apenas para jogar bola ou fazer as compras diárias no Mercado Central para o café da manhã oferecido aos hóspedes.

Durante a noite, Seu Zé estendia um colchão na recepção para ficar atento ao portão que ficava aberto, deixando apenas as grades fechadas. Dona Nilde, por sua vez, dormia no sofá enquanto assistia televisão, no quarto com mezanino que dava acesso à recepção. Com a pandemia, as visitas diminuíram e as atividades da igreja e do futebol foram suspensas, ficar em casa, com ou sem crianças, virou rotina. Para dormir no período noturno não era mais necessária tanta vigilância, as portas se fechavam quando todos já estavam em casa, Dona Nilde e seu companheiro passaram a dormir no quarto ao lado do meu.

Voltando à descrição física do casarão (Figura 10), passemos para o segundo pavimento, onde existem mais quartos, sendo dois com suíte e o restante coletivos. Eram doze quartos em todo o prédio: os três localizados na parte térrea que apresentei anteriormente, mais nove no andar de cima, além de dois banheiros coletivos ao fim do corredor, na mesma localização que os de baixo. Na parte central do andar há uma sala em piso de madeira onde ficavam sofás e objetos antigos (televisão, máquina de costura, cofre, telefone de mesa, máquina de escrever, luminária), além de uma estante com livros diversos. Um dos quartos era dividido com a sala, separado por uma parede de compensado, onde os hóspedes deixavam registradas suas passagens pelo lugar com escritos. Em contraponto com a parte térrea do edifício, o pavimento geralmente é muito calmo e deserto.

Outra característica importante, não apenas deste casarão em específico, mas que comumente observo quando visito outros prédios do Centro Histórico, é que se pode ouvir tudo, ou quase tudo, o que acontece no espaço, ainda que as paredes sejam grossas. Às vezes é



possível ouvir até o que se passa no quarteirão, além de barulhos estranhos sem explicações materiais evidentes. Por vezes, ouço um instrumento tocando em algum prédio vizinho, percepções que também são compartilhadas por alguns dos meus interlocutores. O fato de o *hostel* se localizar em frente a uma boate também nos permite sentir o prédio tremer em dias de festa, por conta do som em volume alto.

No início de 2020, outras sensações se tornaram frequentes em razão do aumento no número de reformas pelo bairro, em virtude do Programa Nosso Centro e iniciativas de revitalização municipal e federal. Um desses movimentos foi a reforma do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, que fica na quadra paralela à do casarão em que moro. Era possível sentir tremores no prédio devido às máquinas utilizadas para quebrar o concreto. Além disso, em razão da obra, a passagem de veículos pela avenida do Largo foi interditada e o trânsito foi desviado para a Rua da Palma, aumentando o movimento em frente ao *hostel* e danificando algumas partes da extensão do caminho feito de paralelepípedos desacostumados com o peso dos carros. A percepção e o estranhamento que eu costumava ter sobre esses sons e o cotidiano compartilhado, era de que nessa parte da cidade não era possível ter uma *vida solitária*, pois até o que era realizado individualmente era percebido pelo coletivo.

Afetada por essa rotina, nesse momento eu ainda não conseguia refletir sobre o modo de viver nessa parte da cidade. Fui infectada pela COVID-19 em abril de 2020, um mês após anunciada a chegada do vírus na capital. Na tentativa de não transmitir a doença para os meus companheiros de morada, passei a ficar isolada na casa da família do meu ex-namorado que fica na Rua do Giz, paralela à minha, onde acreditava ter tido contato com o vírus, pois estavam todos com sintomas. Diferente da rotina do *hostel*, os hábitos no local eram diferentes: o casarão já não tinha características coloniais em sua fachada, sua infraestrutura estava bastante precária, uma vez que o prédio era cedido e compartilhado com alguns escritórios de contabilidade e a família não tinha condições financeiras ou autorização para reforma. Ao contrário do movimento no *hostel*, que diminuiu durante o início da pandemia, ali as visitas eram muitas e os moradores não adotaram o isolamento, uma vez que precisavam trabalhar fora de casa.

Passaram-se três meses desde a paralisação das atividades e quase totalmente recuperada da COVID-19, decidi passar um tempo com minha família em São Paulo. Sem muito planejamento, acabei permanecendo lá durante um ano e dois meses, o período mais longo fora de São Luís desde que cheguei à cidade. Esse afastamento trouxe um grande impacto na minha percepção sobre meu lugar de pesquisa quando voltei a capital, em setembro de 2021, pois para minha surpresa, enquanto alguém que estava em isolamento há mais de um ano e tinha a impressão de que as coisas tinham ‘parado’, o Centro Histórico tinha mudado bastante.

### 2.3 O ‘pós-pandemia’, transformações e novos rumos de pesquisa

Nas ruas, havia uma variedade de reformas em andamento, assim como nos casarões. Novos estabelecimentos surgiram e outros foram fechados. O *hostel* tinha mudado de configuração (Figura 11), o salão em que costumávamos tomar o café (que já não era mais servido) foi alugado para uma menina, que o dividiu, transformando em quarto e estúdio de fotografia. No pavimento superior, alguns quartos coletivos foram transformados em individuais, a sala aumentou de tamanho, pois o quarto dividido pela parede de compensado não existia mais. Os doze quartos no casarão se transformaram em quatorze e a recepção passou a ser um quarto comum com camas de solteiro, o quarto com mezanino onde ficavam os sofás havia se tornado um depósito de bagunças e até os vasos de plantas que costumavam ficar no salão tinham se mudado para o pátio.

A casa da família do meu ex-namorado também mudou de configuração. Um de seus dois irmãos foi morar com a namorada e alguns dos outros moradores mudaram de ocupação profissional. Novos móveis compunham a cozinha que estava renovada e a casa também se expandiu, sendo agora utilizado o andar de cima do sobrado que foi transformado em quarto, o que não existia antes, pois todos dormiam no mesmo espaço, no andar de baixo, devido às questões estruturais e de ocupação do prédio. Explico que o prédio em questão é de propriedade de herdeiros distintos, sendo acordado entre eles que o andar térreo e a parte dos escritórios seriam geridas por um dos irmãos e o andar de cima pelo outro.

Durante os anos de 2020 e 2021, com o aumento da visibilidade dessa área da cidade, algumas casas, que antes eram cedidas pelos proprietários, sofreram reintegração de posse ou reivindicação da propriedade. Em conversa com o defensor do Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Estado (DPE) juntamente com a professora Martina Ahlert em dezembro de 2021, percebemos que esse tipo de conflito é comum nessa área da cidade em casarões ocupados e cedidos.

Segundo ele, os proprietários ou possuidores legais do local parecem ser coniventes com a presença das pessoas no local, até determinado momento em que a recuperação do imóvel se torna interessante. Ele explica que a forma mais rápida de se recuperar um bem na legislação brasileira é baseada na relação locatícia. Por isso, é comum a DPE se deparar com contratos simulados em que se dá a entender que existe uma relação locatícia entre proprietário e ocupante, depois alega-se inadimplência do contrato, permitindo o processo de retomada da propriedade.

Esse é o caso do casarão habitado pela família de Dona Cecília, mãe do meu ex-namorado. Os herdeiros querem vender o prédio e entraram com processo de reintegração da propriedade, alegando que os moradores tinham parado de pagar o aluguel. O caso corre na DPE, em relação à parte térrea do prédio, enquanto o segundo andar é alugado para uso deles enquanto a propriedade não for vendida. A divisão espacial de casarões entre herdeiros não é incomum em propriedades em fase de inventário nessa parte da cidade, permitindo que prédios sejam partidos e utilizados por pessoas e funções distintas.

Com efeito, eu imaginava que os impactos gerados pela pandemia do Coronavírus modificariam meu projeto de pesquisa, afinal durante a minha formação acadêmica entendi que um projeto prevê coordenadas e não certezas. Apesar disso, ao retornar de São Paulo, onde me acostumei com a noção de que o mundo havia paralisado com a chegada de um novo vírus gripal, encontrei um Centro Histórico em movimento, o que parecia contraditório para uma área que costumeiramente representa a conservação de um período longínquo. Em contraposição a essa percepção, o lugar parecia dinâmico, seja na mobilidade das pessoas para além das casas, na mudança das configurações de moradia ou na estrutura das ruas e casarões.

Além disso, minha relação com o espaço tinha se modificado, pois passei a fazer parte daquele cotidiano para além dos momentos que eu considerava ‘fazer trabalho de campo’. Mais do que frequentar eventos em que a habitação era pauta ou ouvir argumentações dispostas entre Estado e *comunidade*, eu passei a interagir de forma densa com as formas de habitar e viver em vizinhança. Por esse motivo, tornou-se viável que eu modificasse o foco da minha pesquisa, me deslocando dos diálogos e movimentações político-sociais sobre moradia, para as configurações da casa e redes de ajuda mútua. Enfatizando menos as noções institucionais sobre o que se entende por política, e mais de como essa categoria é acionada na prática. Compreendendo que essas formas de pensar o mundo não são fixas, antes, na prática elas são acionadas e se transformam, se alteram e se estendem a realidades distintas evidenciando, portanto, o caráter dinâmico da política na vida das pessoas (DAS e POOLE, 2008).

Edmund Leach (1995) sugere que a tarefa do antropólogo é realizar uma interpretação que considere a compreensão dos ‘nativos’ sobre sua própria realidade, a partir de suas narrativas. O conhecimento antropológico é passível de críticas, reinterpretções e reformulações considerando os dados ‘coletados’ durante a pesquisa de campo, pois a realidade social é diversa e transitória. Por conseguinte, a antropologia deve se basear em uma interpretação da realidade a partir dos dados construídos durante a pesquisa etnográfica.

Cabe aqui também, lembrar que meus interlocutores têm posicionamentos ambíguos e dispõem de práticas e sentimentos que nem sempre aparecem de forma coesa. Aproximei-me

de *lideranças comunitárias* que constroem discursos que respondam às suas reivindicações, o que não significa que eles representam uma tipificação do “morador do Centro Histórico de São Luís”. Meu campo de pesquisa é parte de uma realidade complexa em que os indivíduos são distintos e incongruentes, e entendo que considerar essa diversidade é parte de um conhecimento antropológico mais honesto (LEACH, 1995).

Minha presença nesse cotidiano e minha interpretação sobre ele, assim como o trabalho de campo, muitas vezes realizados em equipe, no âmbito dos projetos aos quais me estive vinculada no Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP - UFMA), são também parte da escrita etnográfica. Por vezes meus interlocutores me colocam como integrante de suas reivindicações, uma vez que acompanho suas reuniões e eventos relacionados à “luta por moradia”, e esperam que eu me posicione em apoio à sua luta.

Entendo que, por mais que tenha intimidade com esse cenário, a contribuição do antropólogo está em construir um conhecimento ético e sério sobre seu contexto de pesquisa, deixando claro aos seus interlocutores suas intenções. Conceber um diálogo entre as práticas e os sentidos, o que é observado e as interpretações de toda essa complexidade da vida social, deve seguir protocolos honestos e dar atenção aos detalhes, sem que se espere uma totalidade tipificada do mundo ou uma generalização de um ponto de vista. Se o mundo está sempre em construção, a antropologia deve se ater a essa maleabilidade (CASTRO, 2017).

### 2.3.1 Cuidados metodológicos e responsabilidade ética

Objetivando analisar sentidos e práticas sobre **casa, política e redes de cuidado** no Centro Histórico de São Luís organizei meu trabalho de campo da seguinte forma: escrevi diários de campo baseados na minha vivência enquanto pesquisadora moradora do bairro da Praia Grande; acompanhei pelo menos dez grupos de *WhatsApp* tendo o Centro Histórico como espaço de diálogo; participei de conversas informais com integrantes do grupo Habitar Para Preservar e Movimento Mais Moradia no Centro Antigo de São Luís, que eram de áreas distintas do conhecimento (arquitetura, história, direito, turismo e políticas públicas) e que se interessam pela temática da habitação social nessa parte da cidade; além disso, em companhia da minha orientadora, realizei cinco entrevistas feitas a partir de roteiros semiestruturados e transcritas coletivamente - com o presidente da União dos Moradores, com defensor público do Núcleo de Habitação, com *liderança comunitária* engajado com luta por moradia, com representante do Programa Nosso Centro do governo do estado. Reitero que meus amigos e interlocutores estavam cientes da minha pesquisa, permitindo minha presença nos grupos de

WhatsApp, conversas e eventos. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das pessoas e os trechos que possam as expor não serão utilizados.

Ainda com a intenção de ser prudente na exposição de informações sobre minhas e meus interlocutores, no decorrer deste trabalho me utilizo, por vezes, de nomes reais, e outras vezes de nomes fictícios. Essa estratégia se constrói a partir de alguns pontos: a vontade dos meus interlocutores de desejar ou não ter seu nome manifesto, pois alguns não querem ser evidenciados enquanto outros se interessam por essa visibilidade; a posição de não expor a identidade de meus amigos sem necessidade; e minha intimidade com algumas das pessoas que, compartilhando comigo esse cotidiano, me auxiliaram na construção desse trabalho de pesquisa. Sabendo que o nome diz muito sobre aquele de quem falamos, tivemos o cuidado de dar nome às pessoas que constroem esse trabalho da seguinte forma: parte dos nomes fictícios foram sugeridos pelos próprios interlocutores, que escolheram nomes que admiram e gostariam de ser chamados; a outra parte foi condicionada a pesquisa em dicionários de nomes próprios, permitindo a escolha de nomes que combinem com a história de cada interlocutor citado.

Outra responsabilidade metodológica importante está na escolha e uso de imagens e mapas. Esse talvez tenha sido um dos processos mais difíceis deste trabalho, por receio de expor meus amigos e interlocutores, exotizá-los ou deixá-los estáticos num tempo. É verdade que durante minha formação acadêmica pouco utilizei imagens em meus trabalhos, às vezes por dificuldade de integrá-las ao texto com qualidade de se comunicar, outras vezes por dificuldade de percebê-las como parte do processo de etnografar. Sem me aprofundar aqui nas discussões existentes sobre o uso de imagens na antropologia, me permito apenas compreendê-las como “coisas vivas” que “nos provoca a pensar, nos convoca a pensar” (SAMAIN, 2012, p. 21). Embasada nessa noção de imagem que pensa e que nos faz pensá-la produto de relações com e entre aqueles que com ela são emaranhados: a coisa representada, a câmera fotográfica, o pincel, o aplicativo, aquele que produziu a fotografia, aqueles que observam, aqueles que vivem aquela realidade. (SAMAIN, 2012)

Longe de ser uma abstração, a imagem fixa não se encerra nela mesma, “é a eclosão de significações num fluxo contínuo de pensamentos” (SAMAIN, 2012, p. 34). Por conseguinte, me empenhei em encontrar estratégias que pudessem permitir àquele que se dedica a leitura deste trabalho, visualizar os espaços narrados de modo que pudessem também os construir, afinal, o movimento é algo importante para se compreender a vida no Centro Histórico de São Luís. Dito isso, as ilustrações, mapas e fotografias utilizadas aqui foram formuladas em diálogo direto com Alex Rodrigues, graduando do curso de Ciências Sociais e companheiro de pesquisa e andanças por essa parte da cidade. Nesse processo, fizemos adaptações artísticas de

fotografias a partir de ferramentas digitais de forma amadora, isto é, com aplicativos de edição e aparelho celular; algumas dessas imagens foram retiradas de pinturas da cidade expostas nas paredes de minha casa (*hostel*).

As fotografias sem adaptações foram tiradas por mim e colegas do grupo Habitar Para Preservar, entre outros simpatizantes da área central da cidade, como Reylton Rosa e Cintia Nogueira. Os mapas e plantas baixas também foram feitos de modo artesanal: indicados por mim em desenhos manuais ou marcações no *Google Maps* e repassados para Alex para digitalização e criação visual e estética. No caso das plantas baixas, os desenhos foram, muitas vezes, criados em diálogo com os próprios moradores dos espaços. Por fim, decidi por não utilizar retratos dos meus interlocutores para que não fossem expostos, focando nos espaços em que constroem seus modos de vida.

Com autorização de meus companheiros de pesquisa, utilizo também de registros de feitos de forma coletiva, parte do projeto “Casa e mobilidade no Maranhão: Uma abordagem antropológica”, financiado pela FAPEMA por meio do Edital Universal 02/2018, coordenado pela professora Dra. Martina Ahlert (UFMA) e constituído de integrantes de diferentes estágios de formação em Ciências Sociais (Iniciação Científica, monografia, dissertação e tese) e, mais recentemente, uma aproximação com o Políticas da Vida, projeto que apoio do CNPQ por intermédio da Chamada 09/2020 e reúne planos de trabalho nessa parte da cidade interessados em “analisar como, em seu cotidiano, as pessoas constroem e utilizam estratégias diversas (econômicas, políticas e sociais) para enfrentar dificuldades e promover elementos considerados fundamentais às suas vidas” (AHLERT, 2021, p. 2).

Outros registros e percepções minhas sobre a realidade de meus interlocutores são fruto também de intersecções com colegas de outras áreas e pesquisas sobre o Centro Histórico, como César Chaves, doutorando em Políticas Públicas pela UFMA e Reylton Rosa, historiador. Durante o período de campo para o presente trabalho, participei de campos conjuntos com amigos do campo do Turismo, Arquitetura, História e Geografia, que constroem sentidos diferentes sobre a realidade pesquisada, que ora se encontram e ora se desencontram dos meus. Por fim, ressalto minha convicção de que a intensa interação com o cotidiano de meus interlocutores, as trocas entre meus colegas de pesquisa e eu, a construção e leitura conjunta sobre as práticas de pesquisa mobilizam a construção deste trabalho científico.

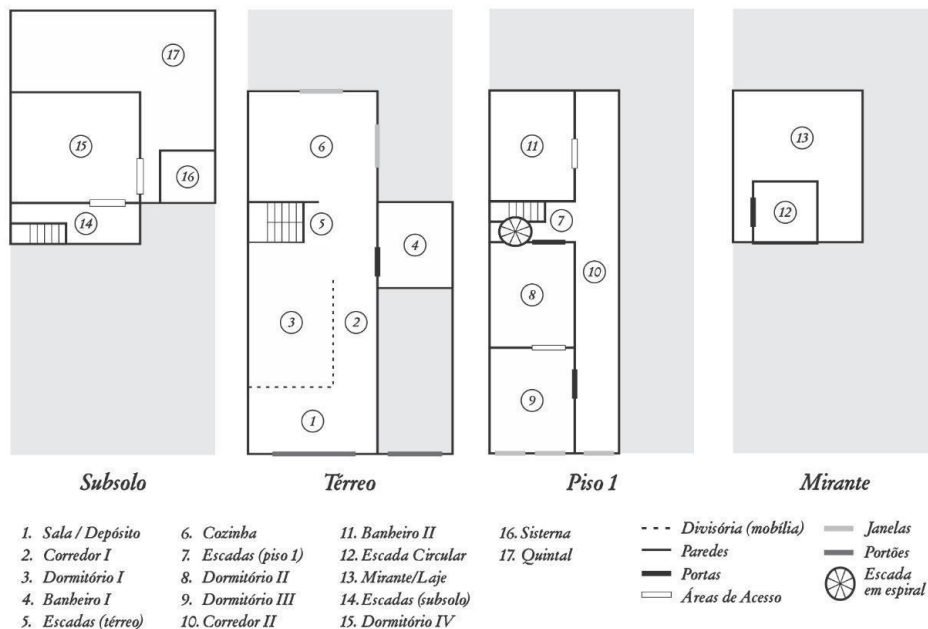
### 3 CAPÍTULO 2: MORAR É SER PATRIMÔNIO

“Essa estrutura aí que você disse que não dá pra morar, tá mais segura que a minha vida”.  
(Dona Graça, moradora)

Quando penso na minha experiência no Centro Histórico e na ideia de casa, um episódio é recorrente em meus pensamentos, tamanho o estranhamento que me causou o acontecido. Era um fim de semana do ano de 2014 e eu dormia pela primeira vez na casa do meu então namorado, que aqui chamarei de Benedito. O lugar estava localizado na Rua do Giz (28 de julho), no bairro da Praia Grande e não tinha uma arquitetura colonial, como de costume nessa parte da cidade.

Era composto por Subsolo, Térreo, Piso 1 e Mirante que na época estavam configurados da seguinte forma: no Subsolo ficava o quintal, um pequeno quarto em que dormia o tio do meu companheiro e uma caixa d’água, lugar onde se tomava banho; o Piso 1 e Mirante não eram utilizados, pois em razão das goteiras e estrutura física do prédio, o espaço antes habitado pela família foi isolado com objetos que ocupavam os degraus da escada de acesso ao andar impedindo a circulação. Ainda assim, parte deste piso abrigava repartições particulares (escritórios jurídicos e de contabilidade).

Figura 14 - Planta baixa do prédio da família de Benedito



Fonte: Alex Rodrigues (2022)

A família se concentrava no Térreo que se dividia em dois cômodos e um banheiro. Ao adentrar a casa por um grande portão, os compartimentos estavam dispostos da seguinte forma:

um grande galpão, separado por uma divisória de PVC, sendo o primeiro ambiente, próximo ao portão de entrada, uma sala improvisada com sofás. No outro lado do limite havia algumas camas, que ficavam juntas, onde todos dormiam. Acoplado a esse cômodo estava o banheiro e nos fundos da casa, após um pequeno corredor que dava acesso às escadas internas, estava localizada a cozinha.

Na noite em questão, mal amanheceu, Benedito e eu fomos acordados às pressas pela sua mãe. O motivo era que a família iria se mudar. A decisão não tinha sido planejada, mas meu companheiro se levantou e começou a arrumação sem grandes questionamentos, até mesmo eu, que não conhecia sua família, precisei ajudar na empreitada rumo ao novo casarão alugado que ficava há poucas quadras dali, no bairro do Desterro. Eu, que não estava entendendo muito bem a situação, fui levada até a nova morada na caçamba de um pequeno carro conduzido por um amigo da vizinhança que fez o trajeto de ida e volta entre os dois prédios algumas vezes.

Eu estava muito incomodada. Morei os meus primeiros dezesseis anos de vida em um pequeno apartamento, do qual minha família só se mudou depois de muito planejamento, quando conseguimos financiar a *casa própria* em um bairro mais bem localizado da cidade de São Paulo. Por isso, eu não compreendia aquela mudança súbita de casa sem qualquer tomada de decisão conjunta ou motivo aparente, estranhamento que se tornou ainda maior quando descobri que a mudança não seria completa.

Ou seja, apenas alguns móveis foram movidos para o novo casarão alugado pela família: foram mobiliados a sala e os dois quartos, divididos apenas entre os três filhos de Dona Cecília, mãe de Benedito. O outro prédio, que estava ‘cedido’ à família pelo proprietário herdeiro, permaneceu com algumas camas e a cozinha, lugar em que eram preparadas as refeições do dia. O aluguel do novo espaço custava quinhentos reais mensais, valor considerado normal naquela época, se não fossem os problemas estruturais e de fornecimento de água do casarão que permitiram um dispêndio futuro de custos maior do que o esperado pela matriarca da família.

No decorrer dos nove anos em que tenho convivido com Dona Cecília e sua família, esse movimento de mudança se repetiu algumas vezes, sendo algumas delas dentro do próprio bairro, outras em distritos diferentes da cidade. A casa que conheci naquele fim de semana, no entanto, nunca deixou de ser completamente habitada, sendo um espaço seguro para onde voltar até o final de 2020 quando, como expliquei à leitora e ao leitor no capítulo anterior, um dos proprietários herdeiros entrou com um processo para reaver o prédio.

Além da mobilidade entre casas, outra característica relativa à moradia de meus amigos que me causou certo estranhamento foi a dinâmica interna de moradores, que era bastante fluida. Em um dia poderiam morar na casa apenas Dona Cecília e seus três filhos, no dia



seguinte, algum primo, namorada ou amigo da família podia precisar de um lugar para se abrigar e acabava se estabelecendo por ali. Ademais, ainda que o portão permanecesse fechado no decorrer do dia, o que por vezes poderia dificultar a percepção dos transeuntes sobre o prédio ser habitado, a casa costumava receber muitos visitantes diariamente: amigos que estão passando por essa parte da cidade, vizinhos, vendedores, pessoas a *manguear*, entre outras visitas.

Diante dessas situações que envolvem **casa e mobilidade** e que foram sendo pensadas por mim nos últimos anos, busco neste capítulo trazer à leitora e ao leitor formas de pensar a habitação associada ao deslocamento entre minhas e meus interlocutores. Início tentando refletir sobre os sentidos de casa a partir das experiências e modalidades de moradia que encontrei no Centro Histórico.

### 3.1 Casa e modalidades de moradia

**Casa** é uma palavra bastante recorrente nas falas de meus interlocutores, uma vez que é pela conquista desta que eles se organizam. Por essa razão, tive dificuldades para entender como *lutar por moradia digna* podia fazer parte de um cotidiano em que o lugar da casa habitada é tão móvel como o que pude observar. *Morar* no Centro Histórico de São Luís aparenta ter a ver com a frequência e identificação com e no espaço, que também se conecta à ideia de importância do patrimônio e do lugar em que se vive. Há alguns meses presenciei uma fala de Denis, em que ele dizia que “toda casa tem um morador e cada casa é a identidade de seu morador”. Ouvindo, passei a refletir como essa ideia se aplica às dinâmicas da casa e do *morador*, presentes no Centro Histórico.

Figura 15 - Rua do Giz 445: Intervenção em obra parada



Fonte: Autora (2018)

A fala do meu amigo, um homem de quase 60 anos, integrante da União dos Moradores e liderança importante na *luta por moradia* - como indiquei na Introdução -, lembra uma ideia de Carsten e Hugh-Jones (1995) presente na obra “About the House: Lévi-Strauss and beyond”, de que a casa e o corpo estão intimamente ligados, e de que ela pode ser pensada como uma extensão da pessoa. Para os autores, casa, corpo e mente estão em contínua interação, compartilham uma anatomia e uma história de vida comum. Parafraseando Tim Ingold (2012), habitar, assim como estar no mundo, circunscreve-se a um processo de construção constante, nunca acabada.

A conexão entre a fala do meu amigo e a noção de Carsten e Hugh-Jones (1995) me faz pensar nas modalidades de casa presentes no Centro Histórico de São Luís e na mobilidade, seja no movimento de coisas entre casas, nos inventos dos objetos que ora servem a uma utilidade, ora a outra; ou no movimento de pessoas em uma mesma casa. Como a casa pode ter a identidade de seu morador se este está sempre em movimento? Que *identidade* e que *morador* são esses?

Segundo a Prefeitura de São Luís (2005), no ano de 2004, o bairro do Desterro era constituído, em sua maioria (48,67%), por famílias provenientes da Baixada Maranhense<sup>16</sup> que residiam há pelo menos 25 anos no espaço, fato que permeia outra característica do modo de vida de meus amigos, que me contaram que a presença de pessoas dessa região do estado no Centro se dava pela proximidade do mar, onde acontecia a travessia de produtos e grãos provenientes do interior do Maranhão. A mesma pesquisa indicou que 39,33% dos moradores do Desterro recebiam, na época, entre 1 e 3 salários-mínimos.

Para minhas e meus interlocutores, as pessoas que moram hoje no Centro são acima de pessoas que se *viram*, que *correm atrás*, que resolvem problemas sem esperar pelo auxílio do Estado. Elas são também trabalhadoras de ramos diversos que batalham dentro das suas possibilidades: são vendedores informais de comida e bebida, donos de pequenos negócios, são aqueles que se engajam em atividades não necessariamente lícitas (mas parte dos *corres* da vida). São pessoas envolvidas com a cultura popular: bordadeiras, benzedadeiras, costureiras, organizadoras de alas da escola de samba. Na região moram políticos, músicos e outros artistas, mas também os *moradores* considerados mais antigos, que fazem *parte da história* da região.

---

<sup>16</sup> “A microrregião da Baixada Maranhense é uma das microrregiões do estado do Maranhão pertencente à mesorregião Norte Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 518.241 habitantes e está dividida em 21 municípios. Possui uma área total de 17.579,366 Km<sup>2</sup>. A baixada maranhense, conhecida também como região dos Lagos e Campos se localizando próximo ao Golfão Maranhense, tendo como característica geográfica a vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos daquela região, região essa da qual diversos moradores migraram para São Luís e formaram inclusive o bairro do Desterro. (CHAVES, 2012, p. 87)

A diversidade marca a vida das pessoas em um universo que não pressupõe que todos sejam iguais, assim como marca as modalidades de casa, de forma que até um ‘morador que não mora’, por não ter casa no espaço, é um *morador* (como indicarei abaixo).

No que tange às casas, o uso misto e residencial atualmente tem predominância na ocupação dos imóveis no distrito Centro Histórico, especialmente no bairro do Desterro. No ano de 2019, a Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID) fez um levantamento<sup>17</sup> da situação fundiária de 882 unidades nas extensões do Desterro e da Rua Rio Branco, no âmbito do subprograma “Habitar no Centro”, do Programa Nosso Centro. Nele é possível visualizar os tipos de uso dos edifícios, em que predomina o uso residencial com 348 unidades, seguido pelo uso comercial com 243 imóveis e o uso institucional com 88 deles. Existem também 117 casarões desocupados, 72 de uso misto, 3 utilizados como estacionamento e 11 sem dados. Deste conjunto arquitetônico 791 imóveis são privados e apenas 68 são públicos. Quanto ao nível de conservação, 746 estão em bom estado, 36 em arruinamento e 80 em estado de precariedade.

Esses dados, ainda que não compreendam toda a extensão do Centro Histórico de São Luís, nos ajudam a imaginar os tipos de casa relativos a esse espaço. O bairro do Desterro, por exemplo, é sempre lembrado pelos meus interlocutores como um lugar de *famílias tradicionais*, onde moram grupos engajados com a vida cultural da *comunidade* como a escola de samba Flor do Samba ou o Bumba-Meu-Boi Lendas e Magias. O uso residencial predomina nos imóveis desse bairro, que são visivelmente menores do que os sobrados que marcam o cenário das ruas da Praia Grande.

No Desterro costumo encontrar casas de porta e janela, herdadas ou compradas, em que vivem comerciantes e trabalhadores informais, ocupação predominante no bairro, onde 54,66% dos moradores exerciam alguma atividade informal em 2004 (SÃO LUÍS, 2005). Por conta também desse tipo de trabalho, existem pequenos comércios nas ruas ou acoplados às casas, permitindo que as pessoas fiquem mais tempo na residência ou em suas portas, em um cotidiano de menor mobilidade. É pouco comum encontrar essas pessoas em atividades na parte mais turística do distrito, diferente do dia a dia dos moradores da parte de cima do Desterro e da Praia Grande. Essas diferenças nas modalidades de moradia e suas configurações, produzem rotinas diferentes e fronteiras sociais nessa parte da cidade, tema tratado nas pesquisas de Silva (2005) e Ferreira (2005).

---

<sup>17</sup> O mapeamento está disponível em [https://insights.arcgis.com/#/view/3e86f712fef24d7\\_3a1087e60a24ee86e](https://insights.arcgis.com/#/view/3e86f712fef24d7_3a1087e60a24ee86e)

Outra modalidade de moradia, são os pequenos quartos adaptados e alugados para pessoas e famílias. Nesse caso, os casarões têm cozinhas e banheiros que costumam ser coletivos, e os aluguéis são calculados por dia ou mês. Para meus amigos que lutam por moradia neste espaço, esse é um dos formatos de casa mais problemáticos, pois os proprietários ou sublocatários cobram valores altos por lugares considerados pequenos e insalubres. Aqui, quartos se tornam casas.

Casas “cedidas” e *ocupações*, sejam elas multifamiliares ou unifamiliares, são modalidades de moradia muito comuns nessa parte da cidade, como pudemos observar nos relatos que construí até aqui. Podem ser nomeadas de formas diversas, dependendo de quem a define: casas “cedidas” podem tornar-se casas alugadas em inadimplência caso o proprietário ou possuidor legal tenha interesse. Casas *ocupadas* podem se tornar *invadidas* se o uso do edifício não agrada um grupo específico. *Ocupações* podem ser lugares políticos para quem luta por moradia ou espaço passageiro de morada para quem *ocupa* um edifício com reivindicações pontuais ao Estado, em exemplo do prédio do IPHAN ocupado em 2016 durante 50 dias em razão da extinção do Ministério da Cultura, movimento do qual também participei.

Existem também edifícios reabilitados para uso residencial multifamiliar, tanto em caráter de Habitação de Interesse Social, quanto para funcionários públicos ou até mesmo para nichos específicos, como a Morada das Artes, edifício localizado na Rua Portugal, destinado à moradia para artistas regionais. Esses prédios são geralmente constituídos por apartamentos e cedidos às famílias selecionadas de acordo com perfis prévios (CARDOSO, 2012). Ademais, nos ajudam a pensar nos encontros e desencontros dos sentidos de casa para aqueles que constroem seu modo de vida no Centro Histórico e as políticas de habitação propostas pelo Estado (ver capítulo 3).

Por fim, existe quem *more* no Centro mesmo sem habitar uma casa. Durante o meu Trabalho de Conclusão de Curso (BEZERRA, 2018), por exemplo, notei que a categoria *morador* tinha um sentido muito particular para meus interlocutores, uma vez que não parecia estar necessariamente atrelada à casa física. Por vezes, eu me sentava para conversar com alguém que me relatava *morar* no bairro, mas quando eu perguntava a localização da casa, descobria que, apesar de estar sempre presente no espaço, a pessoa não tinha uma residência ali. Entretanto, por compartilhar do cotidiano das pessoas (em virtude, por exemplo, de trabalhar há anos em uma rua do Centro), a pessoa era reconhecida e se considerava *morador*.

Outra consideração importante quando descrevemos as modalidades de casa recupera uma ideia do início do capítulo, a da mudança constante entre elas. Conversei com pessoas que se diziam *ter nascido* nessa parte da cidade e se mudado diversas vezes, mesmo assim,

frequentemente, despendiam grandes gastos na arrumação de uma casa, ainda que não houvesse pretensão em habitá-la por tanto tempo. Conversei com pessoas que moravam nessa parte da cidade desde que nasceram, mas que já tinham morado em várias casas. Conheci um morador, na época com 24 anos, que me contava já ter morado em pelo menos 11 casas só no distrito do Centro. Segundo ele, sua família se mudou para outros bairros durante esse período, mas sempre voltava para a região (Praia Grande, Desterro ou Portinho) onde alugavam casas, de onde tornavam a sair por problemas com goteiras e outras dificuldades estruturais, ou ainda pelo aumento de aluguel.

A perspectiva de um ‘morador que não mora’ e a dinâmica de mudanças constantes entre as casas, me faz pensar nas diferentes compreensões de casa nesse contexto. Enquanto escrevo, por exemplo, percebo que ainda que essa seja a temática central desta pesquisa e frequentemente reivindicada por meus interlocutores, a configuração física de uma casa é pouco descrita no cotidiano. Nas falas dos meus amigos, a *moradia digna* aparece mais como uma possibilidade de permanecer no Centro Histórico do que como um lugar de quatro paredes. Já nas falas dos funcionários do Estado, o principal aspecto do debate sobre casa ou moradia no Centro Histórico se sustenta sobre a compreensão do lugar aparentemente esvaziado, precisando ser reabitado, pois possui prédios “abandonados” (AHLERT e BEZERRA, 2022).

Duas perspectivas antropológicas me ajudam a refletir sobre essa configuração: a primeira, apoiada em Ingold (2000), sugere que não habitamos porque construímos, mas construímos porque habitamos, pois, construir já é em si habitar. Fazê-lo, por conseguinte, não é a mera transcrição de um produto final ou de um desenho pré-existente. O que as pessoas constroem surge nos contextos relacionais específicos de seu envolvimento prático com o ambiente. A outra perspectiva que me inspira, proposta em Pina-Cabral e Godoi (2014), toma como ponto de partida a ideia de que pessoas e casas são constituídas por meio de relações e, tal como essas, são partíveis, propensas a continuidades com outras entidades semelhantes. Essa relação constitutiva nos propõe menos uma ideia de vizinhança, antes a compreensão de vicinalidades, onde há uma proximidade aberta entre espaços de moradia. Nas linhas seguintes trago, inspirada nessa bibliografia, exercícios imaginativos, compilações de casos comuns aos meus interlocutores, numa tentativa de aproximar o leitor aos sentidos do *habitar/morar* nessa parte da cidade<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Opto por utilizar exercícios imaginativos que combinam histórias sobre as quais tive conhecimento ou que vivi, e que, para mim, são representativas do Centro. Não as atrelo a pessoas específicas, pois foram vividas por conhecidos que não sabiam da realização da minha pesquisa.

### 3.2 Morar no Centro Histórico de São Luís

Imaginemos uma *ocupação*, por exemplo, modalidade de moradia recorrente no Centro Histórico, proponho que a leitora construa a imagética de uma pessoa que *mora* nessa parte da cidade desde a infância e que durante sua vida mudou-se de casa algumas vezes: precisou sair de um espaço que era cedido, pois o proprietário resolveu vender o imóvel, após ocupou um prédio que teve problemas estruturais por conta do período chuvoso, por isso, precisou sair do lugar. Decidiu então alugar um pequeno quarto, mas com o aumento do aluguel precisou se mudar novamente, dessa vez para uma casa alugada na área do Itaqui (distante aproximadamente 4 quilômetros do Centro Histórico), onde moram alguns amigos e familiares.

Ainda assim, a pessoa em questão continuou frequentando o Centro diariamente, uma vez que trabalhava como vendedora ambulante na Praça Nauro Machado, de onde tirava sua renda. Sua *caixa*<sup>19</sup> e alguns de seus pertences ficavam guardados em casas de amigos e/ou familiares que vivem e que têm casa no bairro. Passado um tempo, alguns amigos disseram estar *de olho* num casarão *invadido* por *usuários de drogas* e que, após um tempo de pesquisa e construção de estratégias, seria um bom lugar para ocupar. Ela então, por ser considerada *moradora do Centro Histórico*, apesar de não ter casa ali, é convidada a se juntar a esse processo, afinal, casas podem ser ocupadas por parentes consanguíneos, por parentes e amigos, mas dificilmente por pessoas desconhecidas umas das outras.

Ainda que essa pessoa seja fictícia, essa me parece uma trajetória recorrente nas falas dos meus interlocutores, a partir dela ressalto as possibilidades infinitas de transformar um lugar em morada. No processo de ocupação de um casarão, por vezes, os moradores resgatam elementos de outros espaços para decorar e adaptá-lo. É o caso de uma ocupação que conheci em meu Plano de Trabalho como Bolsista de Iniciação Científica, parte do projeto “Sentidos e Práticas de “Habitar” o Centro Histórico de São Luís” (AHLERT, 2017).

Na oportunidade, meus colegas de pesquisa conversaram com quatro dos moradores de um casarão de propriedade privada *ocupado* em maio de 2015 no bairro da Praia Grande, a conversa aconteceu um ano depois da *ocupação* do espaço e, na época, os *moradores* procuraram a Defensoria Pública da União (DPU) para buscar negociação e permanência no local, pois alguns meses após a *ocupação* do prédio o suposto proprietário do local- um político maranhense – entrou com uma ação de despejo contra os moradores. Como encerramento do projeto de pesquisa não acompanhamos o desenrolar desses processos, mas a ocupação

---

<sup>19</sup> Termo utilizado para nomear a caixa térmica de isopor onde se conservam as bebidas vendidas pelos vendedores ambulantes do Centro Histórico.

permanece hoje. Em conversa com um dos moradores, perguntamos sobre o processo de decisão sobre a *ocupação* do lugar, um desses *ocupantes*, o Nando, nos contou que antes de se mudarem para o prédio, já o *pesquisavam* a cerca de dois anos. Para ele, o ato de *pesquisar* se tratava de olhar diariamente o local, perceber quem adentrava e dormia ali e até mesmo quem andava pelas redondezas. Quanto à escolha das pessoas que passariam a morar no casarão, Nando comentou que todos os ocupantes já viviam no Centro Histórico, que eram conhecidos um dos outros e que tinham necessidades em relação à habitação (AHLERT, 2017).

Nando: Olha, assim... Começa pelo abandono, não é?! Você está aqui no Centro Histórico, você mora no Centro Histórico há dez anos, não é? De aluguel, na casa de amigos - e você sempre vendo aquele imóvel do seu lado e abandonado. E sendo usado por umas pessoas que não merecem... Vamos tomar conta, vamos cuidar, vamos zelar [...] Olha, esse casarão, eu sei que a gente está, assim... Vem pesquisando ele vai fazer uns dois anos.

Martina - Como é que é vir pesquisando?

Nando – Não, tipo assim... A gente vai lá, olha, pensa: “Ó rapaz, esse casarão aqui tá, né?! Aí ele era o que? A Secretaria, né?!” Aí, tá... Aí gente já olhava [...] Aí então, você foi, os meninos já estavam dormindo lá, né?! Aí a gente foi indo, foi indo, foi indo... Aí quando chegou mesmo, de vez, isso já vai fazer já um ano... (Nando, 06/05/2016). (AHLERT, 2017, p. 26)

Um processo parecido com a formação de uma outra *ocupação* que acompanhei em 2018 e que provocou desgostos em alguns dos meus amigos. Nessa ocupação moravam quatorze famílias. Na época em que comecei acompanhá-los, eles haviam acabado de se mudar para o espaço e de dividir os apartamentos, mas conversando com um dos seus moradores, descobri que já fazia um ano desde que eles decidiram fazê-lo.

Durante o tempo em que *pesquisaram* o lugar, limpavam-no e organizavam-no, pois o mesmo estava repleto de *entulho*. Nos espaços destinados à discussão e organização da luta por moradia, todo apoio a essa e outras ocupações que surgiam validavam suas escolhas. Mas no meu cotidiano, entre conversas com outros moradores do bairro, eu ouvia reclamações sobre a divisão dos cômodos que se transformariam em apartamentos.

Para alguns de meus amigos, havia pessoas que tinham mais necessidade de morar ali e que participavam das *lutas da comunidade*, mas que não foram escolhidos para juntar-se à *ocupação*. Essa situação era vista como uma forma de privilegiar alguns em detrimento de outros, o que não poderia acontecer, já que o apoio à uma *ocupação* por *lideranças* significava uma decisão coletiva, que deveria levar em conta todas as pessoas que dela faziam parte.

Na Ocupação Maria Aragão, apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, outro acontecimento nos faz perceber não apenas a mobilidade presente em habitar o Centro Histórico, mas também quem é validado ou não como *morador*, mesmo que isso não seja

mencionado. Durante o processo de diálogo com o governo do estado, com a Defensoria Pública, com pesquisadores e com estudantes, passaram-se três anos desde a *ocupação* do imóvel à entrega do lugar adaptado para Habitação de Interesse Social pelo Programa Nosso Centro. Inicialmente com treze famílias, o prédio teve algumas mudanças em seu quadro de moradores, algumas acordadas com a própria comunidade, tal como uma moradora que já tinha adquirido casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida; e o morador de um dos apartamentos que foi substituído por desacordos com o restante dos *ocupantes*.

Mas houve ainda outros casos, Seu Riba, considerado um dos moradores mais antigos do Desterro, precisou deixar sua casa no bairro e seu bar, que ficava localizado na praça da escola de samba, durante a pandemia. Diante de dificuldades financeiras, ele mudou de região da cidade e foi morar com uma filha. Meus amigos me contaram que ele não conseguiu se adaptar à *vida em bairro*, adoecendo. Pouco tempo antes da inauguração do prédio que abrigava a Ocupação Maria Aragão, seu Riba ganhou o direito de morar em um dos quatorze apartamentos do imóvel.

Para Gabriela, também moradora da Ocupação Maria Aragão, o movimento foi contrário. Uma das primeiras pessoas que conheci, através do grupo Habitar Para Preservar (que apresentei aos leitores), é uma mulher um pouco mais jovem que eu, baixa e de pele negra clara com cabelos encaracolados. Ela residiu parte de sua vida no Maiobão (distante aproximadamente 20 quilômetros do Centro), onde vive sua família, mas tinha uma união estável com um dos jovens nascidos no Centro Histórico. Em 2018 viviam de aluguel e se engajaram no movimento de *ocupação* do imóvel e ela passou a ser uma das representantes dos moradores em conversas com as instituições públicas e nas discussões sobre luta por moradia nessa parte da cidade.

Antes do prédio ser incluído no Programa Nosso Centro, Gabriela começou a ter desavenças com outros moradores. Costumeiramente me relatava que a acusavam de interesseira ou diziam que ela não passava informações do que era discutido sobre o prédio nas reuniões que participava quando os representava. Seu companheiro que “nasceu no Centro Histórico” e era “da área” já havia se casado uma vez e tinha dois filhos desse relacionamento, o que talvez fosse um motivo para que a acusassem de “interesseira”, uma vez que teria um apartamento no Centro mesmo não morando no bairro por muito tempo, o que para muitos dos meus interlocutores é o que torna uma pessoa merecedora de *ter casa* nessa parte da cidade.

Menos de um mês após a entrega do prédio para os moradores, enviei uma mensagem para Gabriela perguntando como estava a estadia em seu novo apartamento e ela me respondeu: “Mermã, me separei”. Fiquei um pouco confusa, pois na última vez que nos encontramos,



durante a entrega do prédio (8 de setembro de 2021), ela estava lá como moradora e me disse que se mudaria para seu apartamento em duas semanas, fazia apenas treze dias desde então. Apesar de aparecer como representante dos demais moradores em reuniões com a SECID e DPE, ela me contou que o apartamento teria ficado *no nome* de seu ex-companheiro: “Tá todo mundo achando que eu saí porque não tava no meu nome. Sai como interessada. Perguntei pra [assistente social] se teria como fazer o meu cadastro pra ganhar um cantinho, ela disse que eu tenho que procurar a prefeitura”. Sugeri então que Dona Dijé, uma das *lideranças da comunidade*, poderia ajudá-la nesse processo, uma vez que ela tem maior diálogo com essas questões burocráticas: “Tô com vergonha de conversar com ela, pois ela é comadre da minha ex [acredito que ela se referia a ex-sogra]. Tô desempregada mermã, não tem como eu ir pra casa dos meus avós”.

Desde então, Gabriela não voltou a morar no Centro. Diferente de Seu Riba, considerado um dos *moradores* mais antigos do Centro Histórico, motivo pelo qual se torna legítima a sua permanência nessa parte da cidade permitindo que este volte ao seu lugar de morada pelos esforços da *comunidade* sendo um dos beneficiários de um dos 14 apartamentos da Ocupação Maria Aragão, Gabriela não dispõe do mesmo reconhecimento, mesmo tendo participado ativamente do processo de *ocupação* do prédio.

A partir desses *causos* que podem ser contados numa conversa de café da tarde, me ponho a pensar na construção dessas casas, que entrelaçam processos de vida diversos, estratégias, lutas políticas e desavenças de vizinhança. Mas se a casa é a extensão de nossos corpos, repleta de biografia, nunca completa em seus processos (CARSTEN e HUGH-JONES, 1995; BORGES, 2003) tomando como referência as discussões antropológicas, ou “a identidade de seu morador” relembro a fala de meu amigo Denis, de que a casa é a identidade de seu morador. O que a transforma em casa, para além das pessoas que a habitam?

### **3.3 Moradores e casas: biografias que se encontram**

Para Tim Ingold (2012) uma casa sem sua mobília é praticamente inabitável. Nos processos de vida das casas e em suas modalidades presentes no Centro Histórico, as coisas assim como as pessoas, aliás, conjuntamente com elas, se mobilizam e se transformam à medida que o cotidiano lhes interessa. Assim, casas podem construir outras casas, movendo elementos de prédios, não ocupados, para a arrumação de espaços que agora servem de morada. Quando a casa só sustenta suas paredes, pode-se, literalmente, construir uma casa dentro da casa, prevalecendo apenas a fachada original. Casas podem ser compartilhadas com outras casas e

outras funções que não a de morar. Casas, inclusive, podem compartilhar funções com outras casas (casa de dormir, casa de cozinhar, casa de receber os amigos, casa de enfeitar).

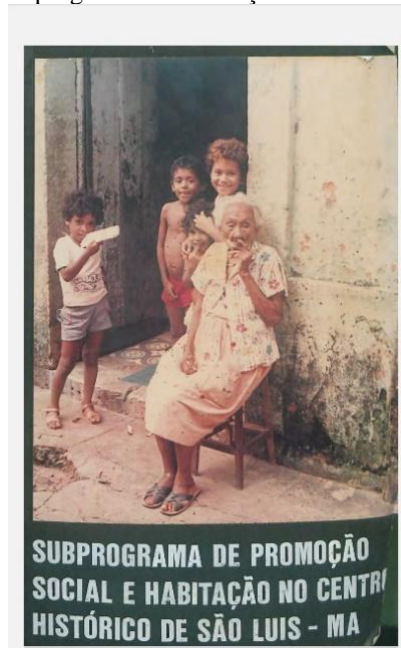
Proponho mais uma vez aos leitores que imaginemos o cotidiano dos meus interlocutores para refletirmos como a casa é constituída a partir das coisas e do modo de vida das pessoas em que nela moram. A partir de exercícios imagéticos e cenários reais pretendo discorrer sobre quatro situações: a casa construída dentro da casa; as coisas retiradas de um espaço para compor outro; objetos dentro da casa que ganham diversas funcionalidades; casas que abrigam coisas diferentes porque têm funções outras. Para além das situações e histórias chegadas até mim a partir da vivência na comunidade e pesquisa de campo, utilizo como base um levantamento antigo do governo do estado que previa a primeira estratégia de ação para habitação social nessa parte da cidade, pois nos permite traçar trajetórias das casas e perceber os descompassos entre planejamento e efetivação de políticas de habitação.

Em 1985 a coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís lançou um levantamento de referência e proposta para aquisição e recuperação de imóveis que poderiam ser incluídos no Subprograma de Promoção Social e Habitação. Nele foram mapeados 46 (quarenta e seis) imóveis ocupados com uso habitacional multifamiliar ou unifamiliar de baixa renda e totalmente desocupados, todos localizados na área de tombamento Federal. (MARANHÃO, 1985)

Este Subprograma se coloca como uma excelente oportunidade de conciliar as soluções necessárias para preservar o rico acervo de arquitetura urbana da cidade, assim como minorar o agudo déficit habitacional que se constitui num dos mais graves problemas sociais da ilha de São Luís. Sua implementação irá beneficiar direta e/ou indiretamente cerca de 15.000 pessoas, entre crianças e adultos, que residem ou trabalham atualmente na área de abrangência deste projeto, na medida em que assegura importantes ganhos sociais, com a instalação de creches, escola de 1º grau, Centro de Treinamento Profissionalizante, Postos de Saúde, Áreas de lazer e outros equipamentos de Uso Comunitário. (MARANHÃO, 1985, p.4).

No decorrer de quase 250 (duzentos e cinquenta) páginas, o documento traz fotografias e informações sobre proprietários, estado de conservação e tipos de uso de cada imóvel. Apesar do levantamento bem estruturado, o Subprograma entregou apenas o prédio que abriga o Projeto Piloto de Habitação, inaugurado em 1993 e um condomínio privado, financiado pela Caixa Econômica por meio do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) entregue em 2003, inclusos no estudo citado. Mais recentemente outra unidade presente nesse levantamento foi adaptada para Habitação de Interesse Social pela prefeitura e entregue no início de 2022.

Figura 16 - Capa do Subprograma de Promoção Social e Habitação no CHSL/MA



Fonte: Reprodução (MARANHÃO, 1985)

Em setembro de 2021, fui convidada pelo colega Cesar Chaves, que era então doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, para acompanhá-lo em um trabalho de campo. Sua pesquisa versava sobre patrimônio, direito à cidade e movimentos sociais, com ênfase na luta por moradia no Centro Histórico. Após o Seminário Habitar Para Preservar, tornou-se comum discutir sobre habitação nessa parte da cidade, não apenas com as lideranças, mas com pesquisadores de áreas diversas, por isso, participar de campos conjuntos ou *meter o bedelho* nas pesquisas dos colegas, se tornou rotineiro entre nós. No episódio em questão, César pretendia fazer um circuito, mapeando prédios do estudo do Subprograma de Habitação que citei acima para a construção de sua tese. A ideia dele era comparar o estado de conservação e uso atual dos imóveis, com as informações dispostas no documento.

Foi o que fizemos. Percorremos as ruas dos bairros da Praia Grande e Desterro visitando cada um dos casarões mapeados, observando as diferenças entre as fotografias de 1985 e o que víamos, tirávamos fotografias e batíamos nas portas. Quando não éramos atendidos, perguntávamos pela vizinhança o que funcionava no prédio em questão. Ao final, sistematizamos essas comparações em uma tabela para que pudéssemos visualizar as transformações ocorridas nesses lugares (Apêndice B).

É verdade que muitos desses imóveis permaneciam com o mesmo uso, mas nem sempre nas mesmas condições. Alguns foram reformados, outros se deterioraram e houve aqueles que deixaram de existir. Meu foco nesse exercício imagético é justamente essas transformações:

convido o leitor e a leitora a refletir sobre os processos de vida e de arruinamento de dois dos prédios que listamos e nesse documento comparativo, após apresento algumas das histórias de casas e pessoas que acompanho a partir de projetos de pesquisa que participei nos últimos seis anos, casas que nasceram e casas que morreram a partir da biografia das pessoas que nelas habitaram (CARSTEN e HUGH-JONES,1995).

Dos quarenta e seis casarões que visitamos, as transformações em dois deles me chamaram atenção. Um deles está localizado na Rua do Giz e outro na Rua da Palma, ambos são atualmente ocupações unifamiliares. Primeiramente, imaginemos o imóvel localizado na Rua do Giz em 1985, um sobrado em ruínas sem identificação de proprietários. O documento descreve seu uso como “residência coletiva”, mas reitera que ele estava “parcialmente desocupado”, imagino que por conta da sua situação estrutural que pode ser vista nas fotos disponibilizadas em que as paredes estão soltas, não havendo mais chão no pavimento superior.

Figura 17 - Comparação fachada Rua do Giz, 405 em 2021 e 1985



**Antes:** térreo desocupado. Habitação coletiva e parcialmente desocupado no pavimento superior.  
**Atualmente:** prédio caído. Sobrou apenas uma pequena parte da fachada. Habitado por três famílias. Os ocupantes construíram um muro interno dividindo o terreno em dois terrenos que abrigam três construções de alvenaria com três famílias. Um dos cômodos sofreu desabamento do muro do prédio ao lado.

Fonte: César Chaves e Nicole Pinheiro com reprodução de Maranhão (1985)

Se em 1985 já não as paredes já não tinham onde se escorar, em 2021 elas não existiam. Não se sabe em que momento a estrutura do casarão deixou de existir, mas é possível imaginar que os moradores da época precisaram sair do lugar, talvez por questões de segurança ou por decisão judicial. O certo é que a casa captada pelas fotografias não está mais ali, o prédio caiu e de sua frente não sobrou praticamente nada. Mesmo assim, a casa não deixou de existir, remendada ao que sobrou de sua fachada os novos *ocupantes* construíram um muro sem reboco com um portão de ferro, em seu interior uma nova casa se sobrepõe ao que sobrou daquela de

antigamente. No espaço que antes se denominava “residência coletiva” a categoria agora é “ocupação unifamiliar”.

O casarão localizado na Rua do Giz nº 445, por exemplo, já foi um dos *cabarés* mais famosos da ZBM, o Maroca, esteve em funcionamento desde a década de 1950 até 1970/1980. Em interlocução pessoal com meu amigo, o historiador Reylton Rosa, que faz um trabalho de identificação e memória da São Luís antiga ele me explica que as casas noturnas funcionavam como moradia quando não abertas aos públicos, era onde as *madames* e *profissionais do sexo* se estabeleciam.

Figura 18 - Rua do Giz, 445 em 1978



Fonte: Jornal Imparcial, 23 de abril de 1978, p.3. Foto disponibilizada por Reylton Rosa.

No levantamento de 1985 o prédio abrigava um comércio no térreo, habitação coletiva informal no segundo pavimento e o último pavimento estava desocupado. Em 2018, quando tirei uma das fotos que abre este capítulo (Figura 13), o casarão estava em ruínas e destinado a adaptação para uso habitacional, um projeto da prefeitura, sendo inaugurado apenas em 2022. Atualmente o espaço tem oito unidades habitacionais nos pisos 1 e 2 e abriga três secretarias municipais no piso térreo.

Figura 19 - Comparação fachada Rua do Giz, 445 em 2021 e 1985



Fonte: César Chaves e Nicole Pinheiro (2021) com reprodução de Maranhão (1985)

Passemos agora para o casarão localizado na rua paralela, a Rua da Palma, parte de um estudo de viabilidade para Habitação de Interesse Social realizado pela prefeitura em 2000, o projeto está parado há alguns anos, finalmente, quando sua execução volta a ser discutida no âmbito municipal, ele não *vai pra frente*, pois a moradora vizinha iniciou um movimento de expansão da sua casa, abrindo a parede que separava um prédio do outro. Esse feito foi duramente criticado por meus amigos, que denominam o ato de *invasão*, pois prejudica a luta por moradia da *comunidade* e aqueles que precisam de um lugar para morar.

Da transformação da casa, sua morte e renascimento, passemos agora para as coisas que compõem sua construção. A leitora e o leitor devem lembrar da *ocupação* que acompanhei quando fui bolsista de Iniciação Científica, com a equipe do Laboratório de Estudos em Antropologia Política, no qual morava Nando, que na ocasião nos explicou como as pessoas eram escolhidas para *ocupar*. Para além das pessoas, todavia, o lugar precisava estar adequado para ser habitado, ao molde dos seus novos moradores. Por isso, foram diversos os investimentos no casarão para que cada espaço dividido entre os ocupantes se transformasse em apartamento (AHLERT, 2017).

Durante esse projeto de pesquisa (AHLERT, 2017), uma das moradoras, por exemplo, nos contou ter feito a escolha do seu compartimento pensando na possibilidade de construir um banheiro, para que não precisasse usar o banheiro coletivo. Além disso, algumas pessoas pintaram as paredes e colocaram lajotas no chão, o que me parece bastante comum levando em conta as *ocupações* que tive a oportunidade de acompanhar.

Em muitas das conversas com os seus *ocupantes*, eles comentavam as grandes quantias que despendiam com o lugar em que passaram a morar. Para eles, fazia mais sentido gastar com

a *arrumação* do lugar *ocupado* do que pagar aluguel, mesmo que houvesse o risco de ter que sair do prédio, por conta da estadia considerada ilegal, e perder o investimento feito no espaço.

No segundo semestre de 2019, durante o período de trabalho de campo do projeto de pesquisa “Federação dos Lugares e economia local na Região de São Luís – MA: circuitos culturais, mídias alternativas e novas formas de planejamento territorial plural”, sobre o qual discorri no primeiro capítulo deste trabalho e que integrei sob coordenação do professor Dr. Cristiano Nunes Alves, conseguimos identificar 21 (vinte e uma) *ocupações*. Dentre elas estava um casarão localizado no Largo do Carmo que, na época, estava ocupado há, pelo menos, 14 (quatorze) anos e abrigava seis famílias. Uma das moradoras nos contou que quando foi *ocupado* o prédio ainda pertencia a uma mulher idosa que “não demorou muito a morrer”, então o lugar entrou em processo de inventário com, pelo menos, quatro herdeiros. (BEZERRA, 2020)

Na época, a condição estrutural do imóvel estava bastante debilitada, uma parcela dele tinha desabado e chegou a ser reformada pelo Estado, por esse motivo os moradores só utilizavam parte do prédio em vista do perigo de desmoronamento. Mesmo assim, a moradora insistia em continuar no lugar, despendendo um grande investimento no seu cuidado: “Já gastei mais de vinte mil nesse casarão. Poderia ter comprado uma casa” – me disse uma vez. Ela relatou também a dificuldade em comprovar o seu lugar de residência, pois não havia “conta de luz” ou qualquer documento que registrasse a sua morada ali. (BEZERRA, 2020)

Mais ou menos um ano após a nossa primeira conversa, a moradora teve um desentendimento com seus familiares e acabou se mudando do casarão. Pouco depois, foi uma das sorteadas, a partir do Cadastro Habitacional de Interesse Social no Centro Histórico, para residir em um dos apartamentos entregues pela prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH). Partes do Programa de Revitalização do Centro Histórico e promovidos pela Fundação do Patrimônio Histórico (FUMPH), os 22 apartamentos (8 na Rua do Giz e 14 na Rua da Palma) foram entregues em 20 de abril deste ano (2022), quase dez anos após o início da reforma.

Para além dos grandes investimentos financeiros na casa, existem esforços de cuidado e reforma nos quais elementos de outros casarões são transportados para compor a moradia. Em Ahlert (2017), por exemplo, Nando nos contou que, o casarão que *ocuparam*, recebeu janelas que foram trazidas de outro prédio que estava *abandonado*, assim como aparelhos de ar-condicionado, que foram transportados e instalados em alguns apartamentos. O deslocamento e transformação das “coisas” é parte ordinária das casas do Centro Histórico, tendo como ponto

de partida não apenas os casarões *abandonados*, mas também os andarilhos, a rua ou estabelecimentos que foram fechados.

A circulação de coisas entre as casas faz parte de uma lógica de vizinhança da própria *comunidade*, processo que pretendo narrar com mais profundidade no último capítulo deste trabalho, relativo às redes de cuidado. Agora, pretendo apenas relatar à leitora os aspectos relacionados à mobilidade e à transformação dos elementos que constroem a casa e o bairro com seus moradores. A partir dos *moradores de rua*, por exemplo, as coisas sempre chegam por intermédio do ato de *manguear*<sup>20</sup> algo, podendo ser dinheiro, comida ou outra troca de valor; muitas vezes, o próprio objeto oferecido foi *mangueado* em momento anterior. São diversos os produtos, com diversas funcionalidades, ofertados: bolsas, mesas, cadeiras, pallets, aparelhos de som e adornos para a casa.

Na rua, os elementos podem compor a própria cidade, podendo ser uma placa de rua retirada para decorar a sala de uma casa ou um fio utilizado como varal de roupas. Podem também servir a essa mobilidade, isto é, objetos que não servem mais à composição da casa são oferecidos para outras funcionalidades através da rua. Este é o caso de um sofá com alguns rasgos no estofado que Dona Nilde, a dona do *hostel* em que moro, resolveu se desfazer por não ter dinheiro para reformá-lo. Segundo ela, “a estrutura tá boazinha” e, por isso, deixou na rua para que alguém que tenha interesse se aposses do objeto e o reforme.

Dona Nilde é uma ‘grande reutilizadora de coisas’, sempre atrás de coisas novas para mudar a casa, pois diz enjoar de um lugar que está sempre igual. Por vezes, ela me contou não apenas sobre objetos encontrados na rua, mas também sobre estabelecimentos que, por motivos vários, acabam *fechando* e se desfazem dos seus utensílios, por meio de doação ou venda. Simpatizante de adornos *vintage*, *ela* está sempre atenta a esses processos, adquirindo peças que possam ornar com sua casa/*hostel*.

Há alguns dias, minha companheira de morada falou desapontada sobre a época em que um dos hotéis mais bem frequentados do Centro Histórico fechou suas portas e colocou à venda grande parte de seu acervo, com peças coloniais diversas. Na época, se dirigiu até o lugar para olhar a oferta de mobílias e ficou maravilhada, imaginando como combinariam com sua casa, mas não pôde comprar, uma vez que os valores eram altos para o seu orçamento.

Sua vontade constante de deixar a casa diferente permite que Dona Nilde invente múltiplas utilidades para aquilo que encontra e transforme elementos da própria casa. Enquanto converso com ela no café da tarde, por exemplo, ela utiliza caixas de pizza cortadas em formatos

---

<sup>20</sup> Termo utilizado para nomear uma forma de conseguir coisas através da conversa.



circulares e forradas com cetim como aparadores de prato e me conta que a mesa em que comemos era usada no escritório do seu primo dentista, antigo proprietário do imóvel, onde clinicava.

Ela me explica então as várias utilidades da mobília do lugar: a mesa de estudos do segundo andar era uma tábua de madeira encontrada na rua que ela envernizou e colocou com velcro em um objeto de isopor em formato de tronco, feito por uma antiga colega de trabalho. As cadeiras em volta da mesa, foram resgatadas da casa de uma amiga que queria descartá-las, sabendo disso, ela pegou e reformou para seu uso. Ainda, as cadeiras de escritório utilizadas na recepção do estabelecimento, foram retiradas de um prédio *abandonado* e presenteado pelos colegas andarilhos.

Figura 20 - Organização de sala superior hostel



Fonte: Alex Rodrigues (2022)

No *hostel* de Dona Nilde há uma preocupação em *arrumar* a casa de forma que ela se sinta confortável, mas também há um cuidado com a estética do lugar porque sua renda vem da hospedagem de pessoas que chegam diariamente em seu imóvel. A casa foi adaptada para o formato hoteleiro, transformação por vezes dificultada pelas regras impostas na figura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Da mudança na cor da fachada, que antes era amarela e hoje é azul, às mudanças estruturais, informações sobre as características do cotidiano arquitetônico e uso desse espaço da cidade se apresentam. Dona Nilde explica que qualquer mudança no prédio deve ser aprovada. Nos tempos coloniais as fachadas costumavam ter essa cor mais amarelada, era uma característica do lugar, então mudá-la era um processo cauteloso. No caso do *hostel* de Dona Nilde, a mudança na cor da fachada não foi aprovada, mas pouco tempo depois a pousada da

frente pintou sua fachada. Entendendo que “se autorizam um não podem proibir o outro” se sentiram autorizados a fazê-lo.

As mudanças não pararam por aí, também se estenderam para a parte de dentro do casarão. Quando transformado em *hostel* alguns espaços foram transformados em quartos e banheiros; a casa aumentou para os fundos, retirando uma escada que dava acesso ao pavimento superior. Com o tempo, resolveram construir uma cozinha própria para hóspedes ao lado da principal e precisaram construir o muro que separa os dois espaços às escondidas.

As grades que cercam o pátio também foram colocadas depois, quando o bairro começou a passar por problemas de segurança. Na pandemia, como relatei no primeiro capítulo, alguns quartos coletivos passaram a ser individuais, a divisão, no entanto, não foi estrutural, pois os materiais utilizados foram gesso e compensado, descartando a necessidade de pedir autorização ao IPHAN para fazer as modificações.

Enquanto Dona Nilde utiliza sua casa para morar e trabalhar, Dona Cecília – a mãe de Benedito, sobre quem falei no início do capítulo - se desdobra em várias casas - lembrando que ela mudou com a família para outra casa do bairro, mas que permaneceu utilizando a casa inicial para cozinhar e guardar coisas. Atualmente ela se divide em três casas. Uma no Residencial Ribeira (distante aproximadamente 20 quilômetros do Centro Histórico), adquirida através do Programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2016, que foi reformada e decorada a seu gosto, para onde ia quando queria e podia *relaxar um pouco* longe da bagunça da casa localizada no bairro da Praia Grande. Bagunça essa que ela culpava em parte seus filhos, por serem *bagunceiros*, mas também a estrutura do prédio, que não podia ser reformado, já que o lugar era apenas cedido para sua família. Por vezes, a casa localizada no Residencial Ribeira era alugada e servia como fonte renda, mas as tentativas eram sempre frustrantes para ela, que costumava reclamar dos inquilinos que *não tinham cuidado* com a casa.

A segunda casa, localizada no Residencial Piancó, foi alugada no início do ano de 2022, quando ela começou a se sentir muito sozinha no Centro Histórico, uma vez que um dos seus filhos se *juntou* com a companheira, o outro passou a trabalhar fora e o mais novo passava mais tempo na casa da namorada. Na época, sua irmã, uma das moradoras no Projeto Piloto de habitação do Beco da Pacotilha, precisou devolver o apartamento para o proprietário inicial que pretendia voltar para o lugar, então se mudou. Observando esse movimento, Dona Cecília decidiu se mudar para perto da irmã, no Residencial Piancó.

A casa do Centro, no entanto, não foi desocupada. É para lá que os filhos vão quando estão por perto e é onde Dona Cecília guarda seu material de trabalho: suas *mercadorias* e *caixa de isopor*. É também onde dorme quando fica tarde para voltar para o apartamento alugado e

onde organiza os eventos de família, como almoços de domingo. Ainda que atualmente ela não durma com frequência nesse espaço, é nele que é encontrada quase diariamente e é dessa parte da cidade que se diz *moradora*.

### 3.4 Patrimônio Humano

Até aqui pudemos perceber que a categoria *morador* tem um sentido muito peculiar para meus interlocutores, tanto no que diz respeito à percepção de “casa” e a mobilidade no modo de vida nessa parte da cidade, mas também nos discursos que reivindicam moradia social no Centro Histórico de São Luís. Nesse ponto, as características que definem o *morador* conferem argumentos que mobilizam categorias estatais, como o Patrimônio.

Desde que construí meu TCC para o curso de Ciências Sociais, em 2018, as expressões *Patrimônio Humano* e *Patrimônio Vivo* aparecem com certa frequência não apenas nos discursos de *lideranças da comunidade*, mas também em trabalhos acadêmicos, produções audiovisuais e até mesmo em inscrições grafadas nas paredes de sedes culturais que se aproximam dessa parte da cidade. É nesse período também que ressurgem esforços de valorização da área central da cidade de forma “democrática” pelo governo do estado, especialmente com o lançamento do Programa Nosso Centro, em 2019, com iniciativas baseadas no “repopoamento” do Centro e no diálogo com a comunidade. Atenta a esses processos, compreendo que a categoria *Patrimônio Humano* fornece estratégias importantes nas relações dos meus interlocutores com o Estado, pela qual criam argumentos que mobilizem categorias do próprio Estado a partir dos seus modos de viver e compreender a casa.

Figura 21 -Acervo casarão adotado IESTI



Fonte: Autora (2022)

Meu amigo Denis é um personagem relevante para refletirmos sobre a mobilização dessas categorias, pois além de ser um *morador* antigo do bairro do Desterro, integrado às

atividades culturais do bairro e *liderança* da *comunidade*, também circula pelo ambiente acadêmico como graduando de Ciências Sociais. Quando me conta sobre sua história no Centro Histórico me assegura que mora no Desterro desde que nasceu, “na Rua da Estrela”, explica que passou um tempo fora de São Luís, dez anos, e que com o tempo juntou dinheiro para comprar um terreno no seu bairro de origem. Como era uma propriedade com herdeiros, teve dificuldade de conseguir concluir a compra, um impasse bastante comum no uso dos casarões já que muitos registros de propriedade se perderam. Por vezes, os proprietários vão a óbito e o edifício entra em fase de inventário.

Nas falas de Denis há grande conhecimento pela história do bairro, um orgulho de ser parte dela e disposição para desmistificar aquilo que denomina *estigmas* construídos sobre o Desterro. “As pessoas não valorizam as pessoas que construíram o Centro Histórico... Que realmente construíram...” – me disse, certa vez. Esse argumento recorrente sobre a “valorização” de pessoas que “construíram o Centro Histórico” é o que se traduz na noção de *Patrimônio Humano*, categoria que compreende um grupo de pessoas específicas, aquelas que são consideradas legítimas *moradoras* do Centro Histórico.

Ainda que reivindicuem *casa* a partir da identidade do *Patrimônio Vivo*, na prática os sentidos de *casa* e *morador* são bem mais dinâmicos e incongruentes (LEACH, 1995). Algumas classificações sociais se constroem e reconstroem indicando critérios que os moradores mobilizam sobre si mesmos e o lugar em que habitam. Por vezes, essas diferenciações aparecem relacionadas às representações sobre o espaço na história, lembrando as fronteiras sociais e econômicas entre o bairro do Desterro e Praia Grande, que apesar de próximos têm cotidianos e populações diferentes desde sua constituição, e ainda lembrando estigmas criados sobre essa parte da cidade a partir da década de 1970 (SILVA, 2005; FERREIRA, 2012). Assim os moradores dessas partes do bairro eram muitas vezes representados a partir dessa noção marginalizada sobre o espaço.

Em minha experiência de pesquisa quando do meu Trabalho de Conclusão de Curso na graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (BEZERRA, 2018), percebi outros critérios de classificação entre alguns desses moradores que não pareciam ter relação com o espaço físico. Neste contexto de pesquisa essas classificações estavam relacionadas ao sentimento que algumas pessoas criavam sobre a noção de “morador do Centro Histórico”. Ser morador não parecia estar exatamente ligado à habitação, ainda que este fosse central nesse discurso, mas, a um aparente sentimento de pertencimento.

Naquele momento, meus interlocutores se consideravam moradores do Centro Histórico, mas nem sempre tinha casa naquele espaço. A categoria *morador* estava mais

relacionada ao “ter passado a vida toda” naquele espaço, compartilhar memórias do lugar, estar inserido em algum movimento cultural ou causa social daquela comunidade, e ser reconhecido por pessoas que compartilham dessas características. Essa noção define se uma pessoa pode ser considerada moradora ou não, e não são indicações fixas, o que significa dizer que dependendo da situação você pode ou não ser considerado morador, de acordo com o interesse de quem te classifica (BEZERRA, 2018).

É habitual escutar nas falas de Denis extensos argumentos sobre moradia popular nessa área da cidade, especialmente em eventos de diálogo entre Estado e comunidade, ocasiões nas quais resgata políticas públicas, estatísticas, reformas, projetos e apoios institucionais da comunidade. Dentre argumentos, frequentemente mobiliza um conhecimento sobre a presença do Estado na área (quando aconteceu a reforma de um casarão ou praça específica, o que foi prometido, contrapartidas jurídicas); o conhecimento estatístico sobre a comunidade (número de propriedades privadas e públicas, índice do déficit habitacional no Centro Histórico, número de famílias que habitam a área, número de ocupações informais, anos de luta por moradia, tempo de moradia); o conhecimento acadêmico (gentrificação, preservação, direito à cidade) e a divulgação de redes apoio acadêmicas (grupos de pesquisa e trabalhos acadêmicos sobre moradia no Centro Histórico).

Conservação de Patrimônio Histórico não depende apenas da conservação do patrimônio material, do patrimônio físico. É necessário que o patrimônio humano, as pessoas que formam, né?! Que tem o capital cultural, e que tem o capital social, que dão sustentabilidade pro Centro Histórico sejam vistas com prioridade. Se não tiver essas pessoas aqui, se não tiver essas comunidades, se não tiver essas pessoas aqui no Centro Histórico, não existirá vida no Centro Histórico, quem dirá patrimônio. Então não adianta o governo do estado, a prefeitura municipal de São Luís, o governo federal, fazerem grandes obras de revitalização do Centro Histórico, se não pensam na alma do Centro Histórico, no que dá vida pra ela que são os moradores. (Denis, em Pública sobre Direito à Moradia Digna no CHSL ocorrida em maio de 2018).

Esse respaldo nas premissas do pensamento estatal e racional indicavam que a luta por moradia era legítima (BOURDIEU, 1996), uma vez que acusavam a necessidade da atuação do Estado em restabelecer a ordem em nome do bem comum nessa parte da cidade - a moradia digna, o espaço preservado e livre de ilegalidade. Ainda, adotar e mobilizar as categorias de pensamento produzidas pelo próprio Estado, era também se aproximar da sua linguagem, a fim de demonstrar conhecimento e vigia nas ações do Estado e seu corpo administrativo (WEBER, 2004; DAS e POOLE, 2008).

Denis, por vezes, me dizia que a comunidade do Centro Histórico de São Luís deveria ser enquadrada na política de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), pois para ele os

moradores que nasceram e se criaram nessa parte da cidade devem ser reconhecidos e preservados pelo Estado, uma vez que dispõem de um modo de vida próprio e importante para a história do Maranhão. Segundo consta no Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000.

**Povos e Comunidades Tradicionais** são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

O sentido dado à categoria de PCTs, por meu amigo, é diferente da sua forma institucionalizada e explora a dependência mútua entre estruturas institucionais e estratégias individuais (HERZFELD, 2016). Ademais, a ideia que Denis confere a Comunidade Tradicional resgata a noção de *Patrimônio Humano* utilizada por ele e grande parte dos meus interlocutores engajados com a luta por moradia popular nessa parte da cidade.

É relevante ressaltar que a construção dessa denominação para meus amigos perpassa por um ponto de vista comum da história de constituição dessa região da cidade que seguem fenômenos mais amplos, como a constituição do Centro Histórico e o processo de valorização arquitetônica a partir de iniciativas preservacionistas. O título de Patrimônio da Humanidade, por exemplo, contribuiu para uma nova ocupação dessa parte da cidade, engajada no turismo e no resguardo do conjunto arquitetônico da área (ANDRÈS, 2012). É possível que essa percepção da história da área central da cidade tenha sido construída também a partir dos vários projetos de educação patrimonial realizados nos bairros da Praia Grande e Desterro entre os anos de 2004 e 2006, como parte das políticas de preservação do espaço do governo municipal.

A educação patrimonial pode ser entendida “enquanto pressuposto de uma série de mecanismos e estratégias voltadas para uma dada lógica de preservação e promoção dos bens culturais de uma comunidade/sociedade”, mas também “como uma metodologia de ação do Estado em uma tentativa de contornar dificuldades de gestão do patrimônio cultural, tentando homogeneizar perspectivas distintas em torno de um determinado conjunto de bens, impondo valores, inculcando normas e ideias (SOARES, 2010, p. 59).

A perspectiva da educação patrimonial é trazida já na Constituição Federal de 1988, caracterizando o patrimônio cultural brasileiro como bens de natureza material e imaterial que referenciam identidades e memórias de diferentes grupos da sociedade brasileira, sendo responsabilidade de todas as esferas públicas promover e proteger esse patrimônio, juntamente com a comunidade, devendo ser gerido de forma democrática e compartilhada (CHAVES, 2012).

Os projetos de Educação Patrimonial eram construídos juntamente com instituições acadêmicas e tinham proposições multidisciplinares, oferecendo cursos à comunidade que previam a reencenação de memórias e estratégias de imposição e legitimação de valores dentro da perspectiva dos ideais de preservação dispostos no âmbito jurídico da sociedade brasileira (BOURDIEU, 1996).

Em São Luís essas ações socioeducativas começaram a serem desenvolvidas há sete anos, após a sua inclusão do conjunto arquitetônico da área central da cidade na lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Elas, entretanto, seguiam outros interesses da administração pública da cidade nos projetos de restauro e investimentos na infraestrutura urbana: a “conservação integrada” que procurava interligar prerrogativas da Ecologia da História e da Sustentabilidade, sustentando o uso habitacional como um de suas estratégias para a conservação de sítios urbanos (ANDRÈS, 2012).

Nas falas de Denis, assim como nas de meus outros amigos, essas perspectivas de patrimônio são sempre lembradas e recolonizadas (BACHTOLD, 2016). Nesses momentos, as experiências com os projetos de Educação Patrimonial, o conhecimento sobre os projetos de revitalização e das políticas públicas e a valorização da memória nessa parte da cidade, mobilizam sentidos diferentes sobre patrimônio construídos no engajamento mútuo entre comunidade e profissionais estatais, criando redes de ajuda mútua e crença nessa relação, pois se percebem como importantes na construção e preservação desse patrimônio (BORGES, 2005). Ademais, a ressignificação dos valores e sentidos dados à categoria patrimônio indicam uma outra estratégia na reivindicação da moradia popular que resgatam a ideia de *Patrimônio Humano* enquanto unidade a ser respaldada pelo Estado (HERZFELD, 2016).

Por conseguinte, a ideia de *Patrimônio Humano* como categoria utilizada para reivindicar *moradia digna* pode nos ajudar a perceber o caráter dinâmico da política na vida das pessoas, uma vez que nela está contida sentidos de *morar* e de *ter casa* e mobilizam e recolonizam categorias de pensamento do próprio Estado a partir de seus modos de vida, redes de cuidado, mobilidade e modalidades de moradia. No cotidiano dessa *comunidade*, *morar* não significa *ter casa*, mas fazer parte de emaranhado de relações, cotidianos e cuidados, assim como *ter casa* carrega consigo uma série de práticas relacionadas a construção do espaço de morada.

Na relação com as instituições estatais, os discursos de *lideranças* como meu amigo Denis retomam estatísticas e noções jurídicas importantes para o argumento da moradia popular, como o crescente déficit habitacional na área e a garantia de direitos comuns a população, assim como o sentimento de um *abandono* do Estado quando utilizam do ato de

*ocupar* como uma forma de “colocar as coisas nos seus devidos lugares”, em exemplo da Ocupação Maria Aragão, promovida como *ocupação piloto* e transformada em HIS pelo governo estadual, dando a um “prédio abandonado” a “função social” que, no entendimento dos meus interlocutores, devia ser garantida pelo poder público.

Frequentemente meus amigos resgatam suas redes de ajuda mútua constituídas nas relações com o próprio Estado, demonstrando que há uma mobilização e reconstrução das práticas estatais na relação entre esses moradores e seus apoiadores do quadro administrativo institucional. Para eles essas relações só ganham êxito nas práticas, porque a atual gestão do governo do estado, a partir de seus funcionários, também passa a ser mobilizada a partir dos sentidos e práticas dos próprios moradores, formulando uma nova política de revitalização que, a princípio, é mobilizada juntamente com a população.



#### 4. Capítulo 3: A política e as redes de ajuda mútua

*“Política de olhar e política de cuidar das pessoas”.*  
(Dona Dijé, moradora)

Era uma manhã de dezembro de 2021, acordei e como de praxe me sentei em um degrau na porta do meu quarto. Enquanto despertava devagar, podia olhar o movimento da rua pelas grades do portão, ver o sol no pátio da casa que fica em frente ao meu quarto e perceber quem estava acordado. Ainda sentada, avistei Dona Nilde e Seu Zé ‘pra lá e pra cá’ com seus afazeres. ‘Começaram cedo hoje’ — Pensei! Dona Nilde está sempre mudando alguma coisa em casa, especialmente nos fins de ano, costuma dizer que o ambiente precisa mudar com frequência, se não fica “entediada”.

Na manhã em questão, ela pintava as paredes do corredor do pavimento térreo e do pátio, enquanto resmungava que precisava dar um jeito no quintal, que estava “uma nojeira”. Era Ricardo, filho de Antônio, vigia de carros que apresentei anteriormente, que ajudava nessa arrumação da casa, mas havia dois dias que ele não aparecia. Dona Nilde acreditava que era porque Ricardo não tinha gostado de receber apenas vinte reais por dia: “Mas eu estava ajudando”, dizia ela. “Além disso, ofereço água para lavar carro, banheiro, água e comida...”. Disse também que no último dia daria “cinquenta reais de presente para ele comprar uma roupa para o Natal”, mas como ele não tinha aparecido: “perdeu”.

Paralisei, obrigatoriamente, qualquer atividade planejada naquela manhã para não atrapalhar o andamento da arrumação do casarão, que se mostrava a atividade mais importante do momento, mesmo que eu não estivesse participando ativamente do processo. Nos anos em que experienciei o *morar* no Centro Histórico, aprendi que quando se decide algo sobre a casa, aqueles que nela vivem devem participar daquilo que foi decidido, seja uma faxina, uma mudança de casa (como relatei no capítulo anterior), uma reforma ou a chegada de um novo morador.

Bom, estava eu sentada no meu degrau quando Dona Nilde saía do quintal para a entrada do *hostel*. Ela estava decorando o arco com os enfeites de Natal juntamente com seu marido que estava sobre a escada. Carla, outra moradora, passou desejando “Bom dia!” e comentou algo, ao que Dona Nilde respondeu que foi caminhar no parque e havia chegado em casa recentemente. Nessa época, ela costumava caminhar todos os dias pela manhã no Parque do Bom Menino, perto do bairro.

Passado algum tempo, Dona Nilde me disse para ir tomar meu café da manhã, então fui até a cozinha e me sentei. “Pera aí, Nicole, já venho!” - Disse ela sabendo que depois da pandemia adquiri dificuldades em comer sozinha. Realizei meu desjejum enquanto Nana, sua neta mais nova, que na época morava conosco, trazia pouco a pouco seus brinquedos para brincar comigo. Enquanto a mesa da cozinha ficava repleta de brinquedos, ela me enfeitava com a maquiagem que acabara de ganhar. Pouco depois Dona Nilde apareceu e disse a ela que eu precisava “tomar café” e que não era hora de brincar, ela então ficou chateada e saiu chorando, o que não perdurou muito, pois logo foi brincar com seu avô.

Era quase tarde quando terminei de tomar meu café da manhã, afinal, as refeições feitas em conjunto na cozinha levam tempo e muita conversa. Segui para meu quarto onde me aprontei para cumprir meus afazeres do dia e quando saí percebi que meu gato, o Rapaz, não estava no pátio e nem na porta do meu quarto como de costume. Eu havia notado sua ausência pela manhã, mas imaginei que ele tivesse se alimentado e voltado a dormir em um dos quartos do *hostel*, o que ele fazia com frequência. Perguntei à Dona Nilde que me respondeu negativamente. Disse ter pensado que ele estivesse comigo durante a madrugada, mas a última vez que o vi foi pela noite e ele não dormiu em meu quarto. Começamos a procurar.

Figura 22 — Gato no Largo do Desterro



Fonte: Dreyfus Azoubel (1950). Reproduzida de Instagram (@foto.azoubel\_acervo)

Fui ao andar de cima ver se ele não estava preso em algum dos quartos, pois, às vezes, escolhia um para dormir e sumia por horas, por vezes fechávamos as portas sem perceber que ele estava dentro. Chamei, bati nas portas, olhei sobre e ao redor das camas e nada, nenhum

miado. “Levaram!” — Dizia Dona Nilde. Fomos à rua procurar: “Você viu Rapaz hoje?” - Perguntou Dona Nilde para Tonho que estava em seu posto vigiando os carros: “Rapaz? Hoje não vi não”. — “Levaram!” Dizia ela, “Sempre que acordo, ele está lá na frente do meu quarto esperando para eu dar comida. Depois vai para porta esperar eu abrir para ele vigiar a rua. Hoje ele não apareceu, pensei que tinha dormido contigo. Mas fui caminhar, cheguei do parque, aí tinha essas coisas pra fazer, esqueci de perguntar se ele tinha dormido contigo”, explicava ela para mim.

Atravessei a rua e entrei no estacionamento que fica do outro lado, atrás de um portão amarelo, entre uma pousada e uma boate. O portão se fecha durante a noite, fim de semana e feriados, mas no horário comercial fica aberto e Tonho vigia os carros. Lá dentro habitam gatos e, às vezes, Rapaz entrava para socializar, dessa vez, no entanto, ele não estava lá.

- “Levaram ele embora” — Dizia Dona Nilde.

Já na porta do estacionamento ouvi um miado: “Ele miou, é ele” — comentei, mas Dona Nilde disse não ter escutado nada. Nesse momento, estávamos eu, ela e Lara, sua neta mais velha, de 10 anos, atentas. Olhei embaixo dos carros e encostei o ouvido para perceber se ele não gritava de dentro de algum motor. Carla, a outra moradora, observava nossa procura do portão da casa enquanto descrevia as características de Rapaz para Seu Tonho, que explicava: “Conheço o Rapaz. Não apareceu por aqui hoje, não”.

Tive a ideia de me aproximar de um buraco que dá acesso à galeria de esgoto que fica em frente ao portão do estacionamento. Lá escutei o miado dele, mas não avistava nada. Lara teve a ideia de olhar na fossa do outro lado da rua, em frente ao *hostel*: “Ele está aqui, estou vendo” — Disse ela. Deste lado da rua a fossa estava com trilhos fixos, por essa razão o buraco não estava aberto, Lara só conseguia ver o focinho pelas frestas.

Quando olhei em volta percebi a rua repleta de gente, os vizinhos da casa ao lado estavam na porta perguntando o que havia acontecido. Afastando um pouco a cabeça pude vê-lo preso em um recuo da fossa, numa galeria abaixo da calçada. Dona Nilde sugeriu que eu ajoelhasse e colocasse meu braço comprido entre os trilhos para puxá-lo. Estiquei minha mão diversas vezes e até consegui pegá-lo pela coleira, mas ele recuou com medo.

Carla recomendou que chamássemos os bombeiros, pois não conseguiríamos tirá-lo dali sozinhas, mas Dona Nilde rejeitou essa possibilidade. Como última tentativa, teve a ideia de pegar a cumbuca de ração e oferecer a ele, para que ele se sentisse menos acuado e seguisse o caminho até a saída pelo cheiro. “Se não funcionar, a gente chama os bombeiros”, disse ela. Lara me trouxe chinelos e panos para eu apoiar meu joelho já ralado por conta do atrito com o chão. Nada, não conseguimos puxá-lo para fora.

Pouco depois, um homem negro, magro e jovem, *morador de rua*, que esperava as quentinhas feitas da comida não consumida do restaurante ao lado, veio em nossa direção: “O que foi aí?” — perguntou; “Meu gato, moço, caiu aí” — disse eu. De longe, outro homem que também esperava na fila da quentinha, disse: “Vai lá, pô! Faz tua boa ação do dia!”. Dei espaço para ele, que agora também tentava agarrar Rapaz por entre os trilhos.

Sem sucesso, mudamos de tática, a tentativa agora era retirar o trilho do meio para entrar e apanhar Rapaz. Dona Nilde trouxe uma marreta e seu filho apareceu para aconselhar o homem sobre onde deveria marretar para o trilho desgrudar. Naquele momento, toda a vizinhança da rua esperava por um desfecho, o homem então entrou na galeria e resgatou Rapaz que, com medo, saiu correndo pela rua. Fui até ele e o segurei no colo, levei para dentro de casa, ainda sem lembrar de agradecer a ajuda prestada pelo andarilho.

Lá fora, ainda discutiam sobre o buraco, que estava sem o trilho. O homem que nos ajudou se ofereceu logo para *chumbar*, isto é, grudar o trilho de novo com cimento, mas Dona Nilde disse que não sabia onde estavam guardados os materiais para isso. Pediu então para ele guardar o ferro no estacionamento, para que Seu Zé fizesse o trabalho no dia seguinte. Após fazer isso, o nosso ‘herói’ saiu, voltando à sua rotina, assim como o restante da vizinhança que se dispersava com rapidez e alguns comentários.

Foi Carla que nos avisou que o homem estava indo embora, lembrou Dona Nilde de chamá-lo para beber água e perguntar se estava com fome, afinal, ele salvou a vida do gato. Ela mesma (Carla) deu uns *trocados* para ele: “Não precisava me devolver esse dinheiro não, viu Dona Nilde? É Rapaz, eu gosto de Rapaz”. Dona Nilde por sua vez, buscava água para nosso herói e o amigo. Foi quando me dei conta de agradecer, deixei Rapaz deitado no meu quarto e voltei com algum dinheiro na mão.

Enquanto agradecíamos, Dona Nilde ofereceu comida em um *depósito* de isopor, daqueles que servem *quentinhas*, trocando pelo isopor vazio que ele trazia consigo: “Dá esse vazio aqui pra mim pra eu guardar” — disse ela, que costuma apanhar, lavar e guardar esses potes para dar comida às pessoas em situação de rua que aparecem pedindo algo para comer. “Cadê o outro? Ah, ele vai pegar lá, né?” — Se referia ela ao restaurante localizado ao lado, lembrando da distribuição da sobra de comida que acontecia diariamente após o horário de funcionamento do estabelecimento.

“Esse aí tá sujo, moça!” — Disse o homem se referindo ao isopor que trouxe consigo. “Ah, tudo bem! Eu lavo e guardo para outro” — Explicou Dona Nilde. Agradecemos novamente sua ajuda: “Tem problema não, amanhã tô aqui de novo” — disse ele, deixando claro que apareceria com frequência para pedir algo, mas reiterando que não nos ajudou

esperando algo em troca e sim porque percebeu meu desespero. Nos despedimos e observamos se Rapaz estava bem. Neste dia, a rotina caótica da manhã de *arrumação* da casa não voltaria ao casarão, que seguiu quieto pelo restante do dia. A casa esvaziou, alguns seguiram com seus compromissos, permanecemos apenas Dona Nilde, Carla, Rapaz e eu, que nos estabelecemos na cozinha, comentando o acontecido.

Um mês depois, Rapaz apareceu com uma ferida na cabeça que não cicatrizava, pelo contrário, se alastrava pouco a pouco. Nesse período de enfermidade do meu amigo felino pude viver mobilizações de apoio financeiro e emocional de vários dos meus amigos e familiares, mas na *comunidade* isso se deu de forma bem peculiar, a começar pela forma rápida em que a notícia se espalhou. Eu dificilmente comento onde moro ou compartilho meus causos pessoais. Rapaz, por sua vez, sempre foi um gato conhecido na rua, pois tinha o costume de ficar parado em frente ao portão por longos períodos, chamando bastante atenção dos transeuntes que paravam para acariciá-lo. Talvez por esse motivo, ou pelas conversas de porta com os visitantes, a situação de sua doença tenha chegado ao conhecimento de várias pessoas.

Dia após dia chegavam pessoas, conhecidas ou não, perguntando pelo estado de saúde do gato, dando opiniões e divulgando contatos de pessoas que poderiam nos ajudar. No casarão, a disposição das coisas mudou de lugar com a descoberta tardia de que Rapaz tinha sido infectado por esporotricose, uma micose subcutânea de caráter zoonótico causada por um fungo. Os lugares de alimentação e de repouso dele passaram para um cômodo próprio na antiga recepção do *hostel*. Nossa rotina também sofreu mudanças, pois precisávamos nos dividir para levá-lo ao veterinário e administrar os medicamentos. Alguns vizinhos apareciam em horários específicos para receber o ‘boletim diário’ da saúde do meu companheiro e para ajudar nos curativos e, com o agravamento da sua enfermidade, alimentá-lo com seringa.

Passados três meses desde que a ferida inicial surgiu, Rapaz não resistiu e faleceu. Nesse momento, eu já estava infectada pela mesma doença e, claro, desolada. Não consegui cuidar do descarte do corpo de Rapaz, foi Dona Nilde quem entrou em contato com Dona Cecília para dar a notícia e pedir auxílio nesta questão. Esta, por sua vez, pediu para um *carregador*<sup>21</sup> buscar o cadáver. No mês que se sucedeu, precisei de cuidados e atenção frequentes, para pagar as dívidas realizadas com veterinários e medicamentos, com os cuidados da minha saúde, mas também precisei de apoio emocional.

---

<sup>21</sup> Pessoa, geralmente homem, que carrega objetos, sacolas de compra, carrinhos de vendedores ambulantes, entre outros, em troca de dinheiro. Na maior parte do tempo o fazem com carrinhos de mão.

Os vizinhos apareciam para falar do acontecido, para tentar me levantar da cama ou para me influenciar a me alimentar. Não demorou muito para que o vizinho do lado aparecesse com um filhote, uma gata, que ele disse ter encontrado na rua, para me “animar”, o que acabei aceitando com algum custo e aconselhamento da própria Dona Nilde que dizia: “Aqui em casa a gente não pode ficar sem gato não, eles afastam as pragas e ratos”, nomeando-a de MaZé (Maria José).

As leitoras e os leitores podem procurar um sentido que relacione a história de um gato com as temáticas de política e ajuda mútua, que anunciei no título deste capítulo. Envolve nos impactos causados por infortúnios sofridos pelo meu companheiro felino, construí uma narrativa que me permitisse interpretar esses acontecimentos a partir desses temas e de como são pensados no Centro Histórico. Os gatos, por exemplo, são personagens constantes nessa parte da cidade, habitando casarões em ruína, andando livremente pelos paralelepípedos das ruas, cuidando e sendo cuidados pelas pessoas que circulam pela área central.

Nessa perspectiva, eles nos ajudam a perceber redes de ajuda mútua mobilizadas na *comunidade*, onde encontramos pessoas que transitam, diariamente e em horários específicos, entre casarões habitados por gatos para distribuir ração e cuidar de eventuais debilidades. Por vezes, direcionam para esses espaços, considerados prédios em ruínas, os bichanos frequentemente abandonados nas ruas do bairro.

No Mercado Central, há também uma diversidade de lojinhas para o cuidado dos animais, lugares onde se pode encontrar orientações acessíveis para a população que não pode arcar com uma clínica veterinária particular. A adoção de gatos é, por sua vez, associada à proteção da casa, nas quais os felinos costumam circular livremente, mesmo a contragosto do *morador*. É o caso dos gestores de hotéis que estão sempre a reclamar dos gatos que adentram os espaços, mesmo sabendo que não se pode controlar a presença de tais inquilinos.

No que diz respeito à presença dos bichanos, outros acontecimentos me colocam a pensar sobre os desencontros entre Estado e *comunidade* quanto aos impactos causados por projetos associados à ideia de “revitalização” no modo de vida dessa parte da cidade. Entre 2020 e 2021, o Centro Histórico passou por diversas obras em praças e casarões. Realizadas a partir de ações do Programa Nosso Centro do governo do Estado, parcerias com a Vale e o IPHAN, mas também com obras do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, promovido pela prefeitura, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dentre elas, a reforma do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa que, como comentei anteriormente, estava localizada na avenida paralela à rua da minha casa.

Especialmente no período de obras deste espaço, que perdurou entre março e dezembro de 2020, o movimento na Rua da Palma se intensificou, pois o trânsito de veículos na avenida adjacente ao Largo do Carmo foi impedido durante a temporada de reformas. Foram várias as interferências na rotina da minha rua, provocadas naquele momento, a começar pelos tremores no casarão do *hostel* provocados pelos grandes equipamentos utilizados na escavação do lugar. A Rua da Palma também se esburacou logo no primeiro mês com a passagem dos carros que transitavam com velocidade de quem passa por uma avenida. Os paralelepípedos não estão preparados para esse movimento.

O mais significativo para mim foi presenciar o atropelamento de três gatos, entre 2020 e 2021. Em um momento em que a pandemia provocada pela COVID-19 paralisou o país, o movimento de carros e pessoas na Rua da Palma se intensificava. Dos gatos que faleceram, dois eram moradores do *hostel* e o outro perambulava pela vizinhança. Desde essa época, os bichanos pararam de circular tão livremente na rua, sempre escondidos no estacionamento ou na esquina da escadaria. No casarão em que moro, precisamos colocar uma rede que impedisse a saída do nosso bichinho e os eventos infortúnios que isso poderia causar. De fato, a reforma do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa mudou significativamente o cotidiano da Rua da Palma, trazendo um movimento externo à rotina da vizinhança.

A constante reforma de praças é muito criticada pelos meus interlocutores que costumam dizer que o poder público, ano após ano e gestão após gestão, despense um gasto exorbitante com obras que não resolvem os problemas reais da *comunidade*, como a falta de moradia social nessa parte da cidade. Meus amigos, apesar de conhecerem os programas de reabilitação, leis preservacionistas, recursos e obras destinadas a essa parte da cidade, culpabilizam o “poder público” por preterir a população do Centro Histórico. Na prática, sabemos que existem órgãos financiadores que não subsidiam a produção de habitação em espaços históricos, devido à viabilidade técnica e financeira desses projetos em área tombada.

Este capítulo trata sobre a política na vida das pessoas que habitam o Centro Histórico de São Luís. Seguindo o formato estrutural das páginas anteriores, optei por iniciá-lo com um relato de um episódio que conecta experiências que já vivi em campo. Neste caso, construí uma narrativa a partir do sumiço do meu finado amigo felino, de nome Rapaz, a mobilização dos vizinhos e transeuntes com minha angústia e o seu resgate de um bueiro. Descrevi também sobre seu adoecimento, os cuidados e apoio da vizinhança no seu tratamento, sua morte, luto e consolo por parte dos amigos *moradores* dessa área. Pretendi, a partir dessa partilha, aproximar os leitores das relações de ajuda mútua nessa parte da cidade, que não são desinteressadas, mas que demandam reciprocidades e cobranças e também são acompanhadas de desavenças.

Na última parte deste capítulo, objetivo refletir sobre as potencialidades encontradas na diversidade de pessoas e vontades que habitam esse espaço. Esses personagens são, muitas vezes, rotulados de “desorganizados” e “desunidos”, mas se denominam *Patrimônio Humano/Vivo*. Essa dinâmica se produz na forma como se relacionam com o Estado e aqueles que integram seu quadro administrativo. Ainda, embalada nos sentidos quase poéticos que me colocaram a refletir sobre os impactos da reforma de uma praça na morte dos gatos, discuto, no próximo tópico, os desalinhos entre políticas habitacionais e o cotidiano do *morar*, buscando pensar a relação com a política e com o Estado. Parto do pressuposto que em certos momentos o Estado é acionado como recurso (AHLERT, 2022) e, em outros, negado (CLASTRES, 2013), como, por exemplo, quando meus amigos resolveram abrir o bueiro com suas próprias mãos e ferramentas.

#### **4.1 A política feita por meio da habitação**

Dentre os afetos perdidos e minha trajetória pessoal, que também perpassa o cotidiano do cuidado no Centro Histórico de São Luís, a história recente do espaço também marcada pelo luto pela morte de Luís Phelipe Andrès em dezembro de 2021. O engenheiro era muito conhecido no local, pois foi coordenador-geral do projeto que culminou na inclusão do lugar como Patrimônio Cultural da Humanidade, além de chefiar o PRCHSL durante 27 anos. Andrès foi a primeira pessoa com quem conversei sobre o Centro Histórico, ainda em 2016, antes de imaginar qualquer pesquisa no espaço, quando acompanhei uma amiga do curso de Comunicação Social da UFMA em uma entrevista.

O ponto ao qual quero me dedicar, que surgiu naquela conversa com Andrès, remete aos seus comentários sobre a moradia no Centro. Ele mesmo, na ocasião, nos disse haver um desencontro entre o que a política institucional considerava moradia e o que as pessoas assim compreendiam. Nesse sentido, existiam elementos importantes da compreensão de casa no Centro Histórico de São Luís relativos à rotina das pessoas que ali *moram*. Essas concepções – às quais em parte me dediquei no capítulo anterior - colocam em xeque o ideal de “casa adequada” que perpassa a política institucional. A partir do comentário de Andrès e dos dados da minha pesquisa de campo, eu gostaria de elaborar esse ponto do desencontro das noções de casa a partir das iniciativas de reforma de casarões transformados em habitação por parte do Estado. Para tanto, me parece fundamental apresentar um panorama desse cenário, mostrando quantos e quais são os imóveis que se tornaram Habitação de Interesse Social nessa parte da cidade.



No que tange à produção de moradia social no Centro Histórico de São Luís, contabiliza-se 64 apartamentos a partir de casarões adaptados por programas da prefeitura e estado. Ao nível municipal foram três unidades de Habitação de Interesse Social inauguradas com um total de 40 apartamentos unifamiliares, a partir do Programa de Habitação Municipal do Centro Histórico de São Luís. Destas, uma foi entregue em 2011 com 18 apartamentos, localizada na Escadaria Humberto de Campos n.º 107; outras duas entregues em 2022, localizadas na Rua da Palma n.º 195/205, com 14 apartamentos, e Rua do Giz n.º 445, com 8 apartamentos.

Ao nível estadual foram duas unidades em um total de 24 apartamentos. Sendo a primeira, parte do Subprograma de Promoção Social e Habitação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL), institucionalizado em 1979. Inaugurado em 1993, o Projeto-Piloto de Habitação está localizado na Rua João Vital/Beco da Pacotilha n.º 36 e conta com 10 apartamentos. A segunda faz parte do Subprograma Habitar o Centro do Programa Nosso Centro, lançado em 2019. Inaugurada em 2021, a Ocupação Maria Aragão/Edifício Governador Archer está localizada na Avenida Magalhães de Almeida n.º 167 e conta com 14 apartamentos.

UNIDADES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO CHSL					
	NOME DO PROGRAMA	GESTÃO	ANO	UNIDADE	N.º DE APARTAMENTOS
ESTADO	Subprograma de Promoção Social e Habitação do PPRCHSL	Edison Lobão (PFL)	1993	Projeto-Piloto de Habitação: Rua João Vital/Beco da Pacotilha n.º 36	10
	Programa Nosso Centro	Flávio Dino (PSB)	2021	Ocupação Maria Aragão/Ed. Governador Archer: Av. Magalhães de Almeida n.º 167	14
		João Castelo (PSDB)	2011	Escadaria Humberto de Campos n.º 107	18
MUNICÍPIO	Programa de Habitação Municipal do Centro Histórico de São Luís	Eduardo Braide	2022	Rua do Giz n.º 445	8
		Eduardo Braide	2022	Rua da Palma n.º 195/205	14

Quanto aos programas de revitalização/reabilitação responsáveis pela inauguração dessas unidades, todos eles se basearam em pesquisas na área, mapearam possíveis prédios que poderiam se tornar moradia e produziram planos de atuação que acabaram por não se

desenvolver. O Subprograma de Promoção Social e Habitação, por exemplo, mapeou 46 edifícios que poderiam servir a essa função, mas entregou apenas sete prédios adaptados à moradia: o edifício do Projeto Piloto foi configurado para Habitação Social, outros cinco se tornaram apartamentos para funcionários do estado e um deles foi lançado como Morada das Artes, um espaço de residência para artistas, que agregava apartamentos e ateliês.

Da mesma forma, o Programa Nosso Centro, por intermédio do Subprograma Habitar no Centro, tinha em seu projeto inicial cinco unidades para Habitação de Interesse Social. Apenas o Edifício Governador Archer (chamado ainda de Ocupação Maria Aragão) foi entregue. Outra unidade, na Rua das Hortas, está em fase de finalização, mas não há informações de como será o sorteio dos apartamentos ou a qual perfil de moradores serão destinados. Em conversas com conhecidos envolvidos na condução do Programa obtive informações de que não há previsão para reforma de outros edifícios em razão da falta de investimento.

Em relação às unidades produzidas ao nível municipal, as questões sobre habitação como uma forma de revitalização da área entraram em discussão no Plano de Reabilitação do Centro Histórico lançado em 2005. Na época, uma pesquisa foi realizada para identificar os problemas de déficit habitacional e imóveis ocupados e desocupados nessa região da cidade. Com financiamento da Caixa Econômica Federal em parceria com a Junta de Andaluzia, se decidiu adaptar um edifício da Escadaria Humberto de Campos para Habitação de Interesse Social. Ele foi inaugurado anos depois. Deste mesmo processo, surgiram as outras duas unidades escolhidas para adaptação: uma delas na Rua da Palma e outra na Rua do Giz. Ambas foram reformadas com recursos do IPHAN e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e entregues em 2022, dez anos após a primeira unidade (AHLERT, 2017).

A morosidade dos processos de reforma, os procedimentos de escolha dos moradores, os boatos que circulam em torno das entregas e mesmo a qualidade do material empregado nas obras gera conversas, insegurança e conflito em torno das casas. Meus amigos costumam criticar a distância entre as promessas e as entregas, assim como lamentam também as várias pesquisas realizadas com sua colaboração que, na percepção deles, trazem sempre as mesmas discussões sem efeitos práticos. Além disso, reclamam dos projetos que se repetem e da falta de diálogo efetivo com a *comunidade*.

Para além dos projetos não concretizados, as unidades entregues nos ajudam a pensar nos desencontros entre a casa proposta pelo Estado e a casa vivida pelos meus amigos. Entre minha primeira pesquisa PIBIC e a entrega das unidades da Rua do Giz n.º 445 e Rua da Palma n.º 195/205, em abril de 2022, tive a oportunidade de conhecer e conversar sobre as cinco

unidades de HIS existentes nessa parte da cidade. Pude perceber contrastes entre formatos padronizados de habitação e uma *comunidade* na qual as casas não se limitam a quatro paredes. Nesses processos, a adaptação e manutenção desses casarões, por vezes, pareciam limitar a forma de *morar* dos meus interlocutores, mas também eram por eles modificados e moldados ao seu modo de vida.

Aqueles que trabalham na gestão de programas de revitalização estatais, em diferentes níveis de governo, por sua vez, costumam relatar uma série de dificuldades na produção de habitação social nessa parte da cidade. Afirmam que, ainda que estejam bem-intencionados em relação à pauta da habitação nessa parte da cidade, o tempo do Estado é próprio e depende de recursos e licitações. Lembram que construir habitação em área tombada é muito custoso, que perpassa muitas regras de preservação e diálogo entre níveis de governo. Por fim, explicam não haver interesse de entidades em financiar moradia social em centros históricos, pois não há garantia de contrapartida de investimentos.

Daniel Sombra, coordenador do Programa Nosso Centro pela SECID, comentou, certa vez, que o estoque de imóveis do estado nessa parte da cidade está quase esgotado. Desta forma, além de não haver recursos para habitação social, não existem casarões disponíveis para adaptação ao nível estadual. Para meus amigos *moradores*, a solução para esse problema estaria em desapropriar imóveis *abandonados* pelos seus proprietários, para a gestão estatal, no entanto, esse processo pode ser mais lento e custoso do que o esperado pelos meus interlocutores.

Em exemplo, Luís Phelipe Andrès comentou em sua última entrevista em vida, compartilhada comigo pelo meu colega de pesquisa César Chaves, que se sentia mal compreendido quando o criticavam pela produção do PPRCHSL. Para ele, houve uma preocupação com a *comunidade* e a adaptação de edifícios para Habitação de Interesse Social. Conforme escutei em eventos sobre a adaptação de edifícios para uso habitacional, há também uma necessidade de adequação dos projetos às exigências dos programas de investimento. Isto é, existe uma noção institucional de como a casa ser e, apoiadas nessas classificações, as políticas de investimento em habitação adotam especificidades. Segundo Andrès, por exemplo, enfrentaram problemas com o projeto do piloto de habitação em razão dos banheiros ficarem do lado externo das unidades habitacionais.

Como essas, existem outras particularidades sobre a casa nesse contexto de adaptação de edifícios por programas de investimento público. Uma delas é a própria composição de apartamentos padronizados, algo pouco comum nessa área da cidade onde os imóveis têm características coloniais, isso em razão do alto custo e trâmites legais em adequar um prédio

histórico para este tipo de moradia. O uso misto dos prédios (residência multifamiliar e comércio e/ou serviços), também são recorrentes nas propostas por ser um uso tradicional na maioria dos sobrados, sendo o pavimento térreo de uso comercial e os superiores, residencial (CARDOSO, 2012).

Para Denis e meus amigos, adaptar prédios coloniais para moradia de interesse social é o ponto de partida para moradia digna no Centro Histórico e um dos motivos pelo qual a ocupação informal de imóveis como forma de reivindicação tem aumentado nos últimos anos. Nessas casas, meus interlocutores fazem suas próprias ‘adaptações’, como se quisessem demonstrar que é possível, sim, utilizar esses espaços para moradia, mas que lhes faltam recursos. No próximo tópico argumentarei um pouco sobre esses processos de construção da casa a partir de seu morador, movimento que, no contexto do meu campo, ultrapassa a noção de uma casa pronta e estática, uma vez que ela é mobilizada continuamente no cotidiano dos meus amigos. Para trazer essas informações às leitoras e leitores, optei por escrever sobre algumas iniciativas governamentais de moradia no espaço, trazendo elementos que permitem compreender a relação com o Estado por intermédio das casas.

#### 4.1.1 - A primeira tentativa vinte anos depois: o Projeto Piloto

Antes de sua adaptação para habitação social, o casarão hoje conhecido como Projeto Piloto de Habitação era um cortiço, ou como dizia Luís Phelipe Andrès: “Aqui não tem cortiço, tem *Cabeça de Porco*”<sup>22</sup>, como eram denominados os sobrados ocupados por muitas famílias. Na década de 1980, com as discussões do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís e o mapeamento de casarões possíveis para moradia, o imóvel localizado no n. 36 do Beco da Pacotilha foi definido para adaptação. Um dos motivos da escolha do espaço era que, na época, moravam ali várias famílias e o prédio ao lado, que hoje abriga a Casa do Tambor, sofreu um incêndio que o deteriorou por completo, prejudicando também o casarão adjacente.

Em 2022 tive a oportunidade de conversar com seu Sorriso, morador do edifício, enquanto acompanhava o trabalho de campo do meu colega César Chaves para sua tese de doutorado em Políticas Públicas. Seu Sorriso é um homem negro de oitenta e poucos anos com dificuldade de fala, em razão de uma aparente traqueostomia. Chegamos a ele por intermédio

---

<sup>22</sup> Apesar de Andrès considerar essa denominação mais assertiva que “cortiço”, não encontrei informações sobre a razão dessa escolha. Na prática, nem “cabeça de porco” nem “cortiço” são utilizados pelos meus interlocutores, mas sim “residências multifamiliares”, ou apenas quartos alugados para várias famílias.

de Dona Cecília, a quem pedi auxílio para o contato com alguém que morasse no prédio. Ela então disse não haver pessoa melhor para conversar do que seu Sorriso, pois era ele a própria “história viva do Centro Histórico”.

Seu Sorriso mora no Projeto Piloto desde que o prédio ainda era um *Cabeça de Porco*, e habitava o mesmo espaço que hoje é seu apartamento. Ele nos contou que cada cômodo abrigava em média seis famílias, mas não se sabe ao certo como foram escolhidas as 10 famílias às quais os apartamentos foram destinados depois da reforma, já que ali viviam mais pessoas. Esse também não era o assunto de maior interesse de Seu Sorriso, que preferiu nos contar sobre seu jeito de ser “firme” no processo de entrega do lugar e sua não ligação com político algum.

Em sua dissertação sobre a reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar nessa parte da cidade, Cardoso (2012) faz uma descrição da estrutura do casarão onde nosso interlocutor vive:

No pavimento térreo foram criados dois espaços para uso comercial e de serviço, à direita e à esquerda da circulação principal do edifício. No pátio interno foi criada uma área de uso comum dos moradores, com uma lavanderia e um sanitário. Nos pavimentos superiores, as unidades habitacionais ocupam os cômodos do volume principal e na varanda estão os banheiros e um espaço de circulação e uso comum dos moradores. Cada unidade habitacional é composta por dois espaços privativos, o cômodo e o banheiro, interligados pela circulação comum. Assim, cada pavimento possui cinco cômodos e seus cinco banheiros respectivos, concentrados em um mesmo espaço. Os cômodos são espaços multiuso, sem divisórias internas e estão equipados com uma pia e balcão de cozinha. As unidades do segundo pavimento possuem um mezanino de madeira, com aproximadamente a metade da área do cômodo. Esse mezanino não possui altura suficiente para uma pessoa estar de pé e é acessado por uma escada tipo marinheiro. (CARDOSO, 2012, p. 46)

Seu Sorriso nos conta que desde sua inauguração o prédio não havia sido reformado. Naquele momento, o Programa Nosso Centro concluía então a primeira reforma, que perdurou por alguns meses (nessa época, todos os casarões adaptados a partir do PPRCHSL passavam pelo mesmo processo). Durante as obras, apenas os espaços coletivos foram renovados, motivo de insatisfação para meu interlocutor que disse haver a necessidade de uma melhoria interna dos apartamentos. Ele, inclusive, brincou com o fato de uma reforma ‘tão simples’ (a das áreas comuns) demorar tanto tempo para ser entregue, já que nada foi mudado, e mencionou seu desejo em derrubar as paredes entre o seu apartamento e o do vizinho, que pertencia ao seu filho.

Poucos foram os moradores originais que permaneceram no prédio do Projeto Piloto, alguns cederam ou alugaram os apartamentos. A irmã de Dona Cecília morava em um deles, de forma cedida, desde que cheguei a São Luís. No final de 2021 ela teve que se mudar pois o

‘proprietário’ oficial pediu o espaço de volta. Os cômodos de comércio no térreo do casarão estavam fechados quando conversamos com Seu Sorriso. Ele nos disse que ele é quem cuida das chaves, sendo uma espécie de síndico do lugar.

#### 4.1.2 – À espera da prefeitura: o casarão da Humberto de Campos

Conheci o casarão da escadaria Humberto de Campos n.º 107 em 2016, durante o plano de trabalho do PIBIC orientado pela professora Martina Ahlert, parte do projeto de pesquisa “Sentidos e práticas do ‘habitar’ no Centro Histórico de São Luís”, já mencionado no decorrer deste trabalho. Desde que cheguei a São Luís, passei em frente ao prédio várias vezes, pois a casa de estudantes feminina, da UFMA, estava localizada na mesma rua. Chamavam a minha atenção as roupas estendidas em varais improvisados sobre a escadaria e as cadeiras colocadas sobre ela, onde as pessoas ficavam a conversar por vezes. As informações dispostas neste tópico são parte dos resultados deste projeto de pesquisa sistematizado em relatório por Ahlert (2017).

Entre 2016 e 2017, minha orientadora, alguns, alguns colegas de pesquisa e eu conversamos com cinco moradores do espaço, incluindo o síndico e a subsíndica. O prédio não tem características coloniais e, segundo uma das moradoras, foi modificado em sua totalidade após a adaptação. Conta com 18 apartamentos de um ou dois quartos, distribuídos entre três pavimentos conectados por escada. Cada piso tem grandes corredores verticais, onde estão dispostos os apartamentos, geralmente ao lado esquerdo. No térreo, uma grade de ferro é portão de entrada e nos pisos superiores existem varandas coletivas nas pontas dos corredores, com vista para a escadaria.

Na época de nossa pesquisa, no corredor térreo, era possível avistar um mural de recados, além de cadeiras de macarrão prendidas por correntes e cadeados, roupas estendidas e carrinhos de isopor, geralmente utilizados por vendedores ambulantes, maioria dos moradores do casarão. Todos os cinco moradores com quem conversamos trabalhavam informalmente, fosse como vendedor ambulante, diarista, manobrista e guardador de carros, ou como pessoa que *faz bicos*.

Como mencionado no tópico anterior, os estudos de viabilidade para adaptação deste prédio para Habitação de Interesse Social iniciaram em 2005, a partir do Plano de Reabilitação do Centro Histórico. Em 2008, a Prefeitura Municipal contratou uma empresa terceirizada para realizar o cadastro de famílias no Centro Histórico que não tinham casa, processo que se deu com o acompanhamento da União dos Moradores. Dentre os critérios para o cadastro estavam: comprovar moradia nessa parte da cidade, por meio de documentos ou de relações sociais,

como, por exemplo, declarações de matrícula em escolas; além disso, se valorizava o cadastro de mulheres e de famílias mais extensas (com presença de crianças); e havia cotas para pessoas com deficiência e idosos. O sorteio dos apartamentos aconteceu apenas seis anos depois do cadastro, as configurações familiares tinham se alterado na entrega, sendo que uma de nossas interlocutoras deu à luz nesse intervalo de tempo.

Em 2016, os moradores já reclamavam de problemas estruturais no espaço, nos encanamentos e rachaduras nas paredes. Além disso, naquela época, as unidades não estavam nos nomes próprios de seus moradores (estavam em cessão). Recentemente, voltei ao prédio por outros motivos e, a situação continua parecida, sem documento e com reparos a serem feitos. Como o espaço não é privado e está localizado em área tombada, um processo de alteração ou reforma não é tão simples, assim como o procedimento de cessão dos apartamentos. Diferentemente dos espaços coletivos do edifício, ainda na época de nossa pesquisa, as unidades entregues com visual padrão foram modificadas por seus moradores, que sofreram alterações discretas ou substanciais, como pintura, azulejos, lajotas e painéis.

#### 4.1.3 - Novas unidades e diálogos entre Estado e *comunidade*: os casos Maria Aragão, Rua do Giz n.º 445 e Rua da Palma n.º 195/205

Como especifiquei no decorrer deste capítulo, atualmente existem cinco unidades de Habitação de Interesse Social no Centro Histórico de São Luís, sendo três delas inauguradas nos últimos dois anos: a Ocupação Maria Aragão (ou Edifício Governador Archer), inaugurada pelo governo do estado (Flávio Dino) em 8 de setembro de 2021, e os casarões das Ruas do Giz n.º 445 e Palma n.º 195/205, inaugurados pela atual gestão municipal (Eduardo Braide) respectivamente em 8 e 20 de abril de 2022. Nos capítulos anteriores, apresentei algumas particularidades dessas unidades, nas próximas linhas me concentro em discutir as relações entre Estado e *comunidade* nos processos de adaptação desses casarões para moradia social e entrega dos apartamentos às famílias contempladas.

A Ocupação Maria Aragão, ou Edifício Governador Archer, como queiram nomear, foi minha experiência de acompanhamento contínuo de uma ocupação. Tomei conhecimento do prédio três dias após a sua ocupação por treze famílias, em uma audiência pública na Câmara Municipal, como explanei no primeiro capítulo deste trabalho. Após esse momento, o grupo Habitar Para Preservar, ao qual eu estava incluída, participou de uma reunião com os moradores, nela havia advogados, pesquisadores, militantes da causa e estudiosos, todos se colocaram à disposição para o auxílio do processo.

Entre a ocupação do prédio em maio de 2018 e a sua adaptação para Habitação de Interesse Social, os moradores utilizaram de diferentes estratégias no diálogo com o Estado: fizeram cadastros das famílias ocupantes junto aos órgãos estatais envolvidos, exigiram documentos que garantissem sua volta ao casarão reformado, fizeram audiência com participação da Defensoria Pública do Estado para discutir o projeto de reforma, entre outros.

Em fevereiro de 2020, as 13 famílias saíram do prédio para a reforma que, a princípio, duraria seis meses. Nesse ínterim, receberam aluguel social no valor de quinhentos reais, até que o espaço fosse finalmente inaugurado, em setembro de 2021, com a presença do então governador Flávio Dino. Com 14 apartamentos, o edifício conta com salão de festas, lavanderia, caixa d'água, banheiros nos apartamentos e uma sala para União dos Moradores do Centro Histórico, com acesso independente, no térreo. Após a entrega da unidade, o síndico foi escolhido e desde então há um acompanhamento do espaço pelos técnicos do governo do estado, os moradores não detêm a propriedade local.

O processo de adaptação dos casarões das Ruas do Giz n.º 445 e Palma n.º 195/205 iniciou ainda em 2007 com recursos do PAC Cidades Históricas. Em 2011, as inscrições dos pleiteantes e a triagem dos requisitos foram iniciadas com o auxílio da UMCHSL. Essa parceria garantia a que os inscritos fossem moradores do Centro Histórico, confirmando, a partir do banco de associados da União dos Moradores, as pessoas que habitavam, especialmente, os bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho, com base nas redes de relações e documentos próprios.

Devido aos mandatos políticos e da morosidade das obras, esse processo se repetiu, de forma que o primeiro cadastro se tornou inválido. No segundo semestre de 2021, a Prefeitura de Municipal de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) e a Fundação Municipal de Patrimônio Histórico (FUMPH), lançou novo edital de inscrição para o sorteio dos apartamentos, que considerava os seguintes requisitos: os candidatos deveriam maiores de 18 anos em situação de vulnerabilidade socioeconômica; residentes/domiciliados nos bairros Praia Grande, Desterro e Portinho; ocupantes de moradias em condições subnormais; com renda até três mil e seiscentos reais; que não fossem proprietários de imóvel residencial ou tivessem recebido benefício de natureza habitacional.

Nesse momento, as inscrições precedentes foram refeitas, assim como a triagem, e a UMCHSL foi retirada do processo, que agora era liderado por empresa terceirizada especializada. As vagas foram divididas em grupos: 12 vagas gerais, 2 vagas para mulheres chefes de família 2 vagas para pessoas com deficiência, 2 vagas para idosos e 4 para moradores de áreas de risco.



A exclusão da União dos Moradores do processo de matrícula do edital foi motivo de grande insatisfação na *comunidade*. Alguns *moradores* foram retirados do processo de seleção por não validarem suas inscrições ou terem como comprovar serem domiciliados nesta parte da cidade. A possível abertura do edital para uma maior extensão do distrito Centro que não os três bairros iniciais também foi motivo de preocupação. Por fim, boatos de que comprovantes de residência estavam sendo vendidos para pessoas *de fora* da *comunidade* que queriam participar gerou grande discussão, uma vez que, na percepção dos meus interlocutores, com a participação da UMCHSL no processo de triagem, fraudes assim não aconteceriam. O sorteio dos apartamentos ocorreu de forma híbrida (online e presencial) em 12 de agosto de 2021, oito meses antes da inauguração das unidades.

Outro aborrecimento da *comunidade* com a gestão da adaptação desses casarões diz respeito ao projeto do prédio da Rua do Giz n.º 445, que abriga, além dos 8 apartamentos destinados à Habitação de Interesse Social, a (AMDES) no piso térreo. O compartilhamento do espaço com um órgão público gerou descontentamento. A existência de mais uma repartição pública no Centro Histórico ocupando um espaço destinado inicialmente à *comunidade* trouxe insatisfação, também porque a presença desta em um lugar de morada instituí a ideia de vigilância que retira a liberdade do cotidiano de quem mora ali.

Em 20 de abril de 2022, a Prefeitura Municipal realizou um evento de inauguração dos casarões, com atividades culturais e a presença de personalidades governamentais importantes, incluindo o então ministro do turismo, Carlos Britto, e a presidente nacional do IPHAN, Larissa Peixoto. No dia, estive em campo para observar a solenidade e perceber os comentários dos amigos da vizinhança, mas, para minha surpresa, não me deparei com lideranças comunitárias ou outros conhecidos. No grupo de WhatsApp da *comunidade*, também não encontrei comentários sobre o acontecimento. Entendi que a não presença de meus amigos ali se tratava de uma retaliação, afinal, se o processo não foi participativo, por que comparecer agora?

#### 4.1.4 Desalinhos entre políticas habitacionais e o cotidiano do *morar*

Escrevi sobre essas experiências a fim de pensar as diferentes modalidades de interação entre as pessoas e o Estado. Como foi possível perceber nos projetos de Habitação de Interesse Social acima percorridos, desalinhos entre as unidades prontas entregues e a prática do *morar* nesses espaços são constantes. Dentre eles: a não fixidez das pessoas nos apartamentos no decorrer dos anos; as transformações familiares; a vontade de mudar os espaços entregues padronizados; a impossibilidade de fazer reparos estruturais sem o aval do Estado; a

insegurança em razão da não existência de um documento formal de cessão; os diferentes diálogos com o Estado; e o sentimento de ser vigiado e de não haver liberdade para as práticas cotidianas.

Contrapontos entre a casa pronta entregue pelo Estado, assim como seus processos de construção e os modos de vida dos meus interlocutores me fazem pensar na descontinuação entre o modelo de casa ideal (BELISÁRIO; PATERNIANI; BORGES, 2021) e a casa vivida na prática. Esses desalinhos, como tenho chamado, por vezes, constroem sentimentos ambíguos sobre a luta por moradia. Como propor uma unidade de habitação em formato padronizado em um lugar onde as casas não se restringem a quatro paredes? E ainda que se possa tomar consciência dessa modalidade de casa fluída, como conseguir investimentos para tal, se as instâncias de financiamento exigem projetos específicos?

Um exemplo desses desencontros pode ser percebido na relação que a *comunidade* tem com a água. Explico: o Centro Histórico sofre com problemas persistentes quanto ao abastecimento de água. Grande parte das casas chega a ficar mais de quatro dias sem, por isso, é comum encontrar caixas d'água e depósitos para reserva e o costume de lavar louças ou tomar banho *de cuia*. No caso dos apartamentos entregues via políticas de habitação, como os que citei, existem cisternas e uso de bombas, o que permite que as pessoas que ali moram não vivenciem a falta de abastecimento de água. Fato que também cria seu compartilhamento na vizinhança, como nos filmes que assistimos - um banho ou um balde de água, tornam-se a xícara de açúcar que um vizinho pede a outro. Nas casas em que morei nessa parte da cidade, tanto recebi amigos que precisavam tomar banho e que sofriam com a falta de água, como também já fui essa amiga.

O abastecimento de água é uma das reclamações mais frequentes dos meus interlocutores e faz parte das suas reivindicações sobre a presença e o apadrinhamento do Estado em relação às suas necessidades. No entanto, utilizar o argumento da ausência de água ou da impossibilidade de individualizar seu abastecimento nas unidades construídas pelos órgãos públicos como obstáculos ao fornecimento de moradia, não é algo visto com legitimidade. Semelhantemente, meu amigo Denis ficou indignado quando o urbanista Nabil Bonduki sugeriu, durante uma das mesas redondas do “Seminário Habitar Para Preservar o Centro Histórico de São Luís”, que não era possível adaptar grandes casarões coloniais para moradia, uma vez que eles não dispõem de estrutura adequada. Para Denis esse argumento não se sustenta, já que casarões são habitados em condições precárias, portanto, não seria difícil habitá-los se reformados.

As transformações nos apartamentos também destoam da lógica da casa fixa e acabada. Em minhas conversas e vivências com moradores desses casarões adaptados, escutei muitas ideias de decoração e alterações no formato das unidades de apartamento. Sejam significativas ou não, as mudanças aconteciam com certa frequência: pinturas, pisos, lajotas, janelas ou mudanças na disposição dos móveis que, eventualmente, ultrapassam as paredes da casa pronta entregue. Um exemplo é o citado caso de Seu Sorriso, morador do Projeto Piloto, que diz considerar derrubar a parede que separa o seu apartamento do vizinho, onde mora seu filho; ou o caso de Dona Vilma, moradora do prédio da escadaria Humberto de Campos, que posicionou um sofá do lado externo de seu apartamento para receber suas visitas no corredor.

Essa habilidade na constância da transformação das casas nos remete a outra característica muito presente em meus interlocutores: o fazer sozinho combinado a insatisfação sobre o tempo do Estado. No início deste capítulo relatei sobre a recusa em contatar o Corpo de Bombeiros para o resgate do meu amigo felino e a intervenção particular no gradeado do bueiro. Outrossim, escutei frequentemente que meus interlocutores gostariam de receber dinheiro ou materiais de construção para que eles mesmos pudessem reformar seus apartamentos e prédios – e não esperar por essas reformas por parte do Estado. Na Ocupação Maria Aragão, por exemplo, os moradores manifestaram a vontade de reformar os espaços ocupados da forma que melhor atendesse seus gostos.

O “fazer sozinho” integra a ideia de que o Estado demora muito para resolver impasses cotidianos e que, portanto, nem sempre deve ser acionado. No Centro Histórico de São Luís as questões são deliberadas de forma prática e em meio à rua, sem muita *burocracia*, que “paralisa as ideias”. O diálogo com o Estado e a sua reivindicação em ‘cuidar’ acontece conforme os interesses da *comunidade*, pois, não raro, este dificulta a resolução dos infortúnios. Em exemplo das políticas habitacionais, no processo de adaptação dos casarões para habitação social, sorteio/distribuição dos apartamentos e entrega destes, a vida continua correndo, pessoas nascem ou morrem, famílias e vontades se transformam.

#### **4.2 Uma *comunidade* sim, mas com diversidade**

Nos tópicos anteriores tentei mostrar parte da diversidade de situações nas quais a casa opera na sua interlocução com o Estado. Por um lado, essa interação é cotidiana, por outro ela surge de forma mais explícita em situações de enfrentamento e narrativas das lideranças da *comunidade*. Em determinadas circunstâncias, essas lideranças são percebidas por outras pessoas como “desorganizadas” e “desunidas”, como mencionei no início do capítulo, quando

se pressupõe que exista um único modo de operar o ‘militar’ pelas causas relevantes nesse contexto. Meu intuito, entretanto, é sugerir que a diversidade de posturas e atuações das pessoas, não apenas fala de sua diversidade, vontades e desejos, mas também de outras possibilidades de fazer política. Isso não exclui, todavia, que meus interlocutores utilizem do discurso da unidade quando lhes parece apropriado na busca de seus interesses.

Desde 2017, quando iniciei os campos de pesquisa para a minha monografia de conclusão de curso, participei de diversos eventos que tinham o Centro Histórico de São Luís, seus usos e a moradia como temática. O discurso dos meus interlocutores sobre o “cansaço” em discutir sempre as mesmas questões, sem avanços em relação às suas reivindicações, tornou-se comum nesses momentos e influenciaram o comparecimento ou não da *comunidade* nos espaços de diálogo conforme o que consideram conveniente ou não. Eventos acadêmicos, por exemplo, são pouco frequentados por lideranças e *moradores* em geral, em contrapartida, aqueles convocados pelas gestões governamentais recebem maior presença desse grupo.

Não é difícil imaginar os motivos que fazem com que a presença em alguns espaços seja maior que em outros, afinal uma área como a do Centro Histórico de São Luís, considerada um dos maiores acervos arquitetônicos tombados da América Latina, tem grande visibilidade e é, portanto, bastante discutida por interesses diversos. Meus amigos interlocutores, expressam a ideia de “cansaço” para dizer que, apesar dos vários momentos de diálogo, suas opiniões e demandas não são colocadas em prática na construção de políticas públicas efetivas. Dessa forma, existem situações estrategicamente mais e menos interessantes para se fazer presente: talvez um evento acadêmico não oportunize resultados como um enfrentamento direto numa audiência pública.

Por vezes, a comunidade é taxada de desinteressada quando do não comparecimento em eventos, participação em pesquisas e até mesmo matrículas em cursos de capacitação. Certa vez, questionei alguns moradores e produtores culturais dessa parte da cidade sobre como se dava o relacionamento com as gestões governamentais. Benedito disse esperar um diálogo mais direto e constante no qual as lideranças da *comunidade* pudessem participar de forma mais concreta das decisões sobre essa área da cidade. Para ele, nos últimos anos “virou moda” produzir espaços de “escuta” da sociedade civil pelo Estado, sob o argumento de que os processos são concebidos democraticamente.

Para ele, apesar do aumento dos espaços de interação, na prática, parecem apenas “para inglês ver”, por procurarem sempre pelos mesmos personagens, considerados lideranças, para encurtar a relação de diálogo e generalizar demandas de todo um grupo. Benedito disse ainda, durante nossa conversa, que os representantes estatais parecem preferir que representar a

*comunidade* nesses momentos leva tempo e trabalho e que as pessoas que ali estão também precisam “ganhar a vida”, sugerindo então que o Estado contrate essas lideranças para ocuparem espaços nos órgãos governamentais.

Quando fiz o mesmo questionamento para a gestora de um centro cultural independente localizado no bairro da Praia Grande, essa me apontou outra problemática dos diálogos construídos pelo Estado na *comunidade*. Para ela, a grande visibilidade dessa área da cidade permitiu que os “políticos” se aproximassem da população residente para “politicagem”, isto é, propor atividades de resposta imediata com contrapartida para os moradores para divulgação de imagem como: distribuição de cestas básicas, atendimento clínico, auxílio gás etc. Para minha interlocutora, essa prática criou o costume entre os *moradores* de participar apenas de iniciativas que proponham algum tipo de compensação.

Nesse capítulo comento que meus interlocutores por diversas vezes escolhem não acionar o Estado para resolução de problemas, preferindo encontrar soluções imediatas de modo individual ou comunitário, a menos que o diálogo com o Estado pareça relevante para o contexto e a questão discutida. Nesse ínterim, participar de um evento parece ter como ponto de partida interesses comuns e individuais da *comunidade*, que dependem da utilidade do diálogo para as reivindicações daqueles que comparecem. Mas essas considerações não são estanques ou unívocas.

Enquanto alguns se dizem cansados desses eventos e se recusam participar de atividades de discussão propostas pelo poder público, outros se mostram mais abertos. Dona Dijé, Denis e Benedito são lideranças com pesos e aberturas bem diferentes: Dona Dijé é uma personalidade de peso nos movimentos sociais no centro, tem facilidade em dialogar com as instituições governamentais. Denis também está acostumado a perambular por esses espaços, mas traz consigo um pouco do universo acadêmico. Já Benedito é mais jovem, com aberturas na cena cultural maranhense, sua recém-chegada atuação na organização da *comunidade* parece lhe dar mais empolgação no diálogo com novos projetos.

Apesar dos interesses e posicionamentos por vezes distintos, lideranças e *moradores* em geral utilizam de discursos parecidos quando comparecem em eventos públicos. No início de 2023, uma instituição do terceiro setor organizou um momento de discussão sobre o Centro Histórico com alguns *moradores*, pesquisadores, produtores de cultura, simpatizantes e representantes da *comunidade*. Na oportunidade, cada pessoa presente teve direito à fala para se apresentar e comentar sobre sua relação com essa parte da cidade e algumas pautas foram comuns, entre elas a ideia do cansaço já mencionado aqui; assuntos específicos sobre categorias

reivindicadas como moradia, cultura e *vendedores ambulantes*; expectativas e condições sobre estar ali e a defesa do *Patrimônio Humano Vivo*.

Talvez pela dinamicidade na organização do encontro, a maioria dos presentes da *comunidade* falaram com certa destreza sobre seus incômodos. Até mesmo Dona Cecília, que não gosta muito de falar, exprimiu com emoção suas incertezas sobre o futuro dos *vendedores ambulantes* da Praça Nauro Machado, que se sentem ameaçados de retirada para a instalação de um “hotel cinco estrelas” no antigo prédio da Defensoria Pública do Estado<sup>23</sup>, espaço em que utilizam a calçada para vender. Como citei no capítulo passado, o trabalho informal e comercial é predominante nessa parte da cidade, lugar em que trabalhar faz parte do *morar*.

Em sua exposição, Dona Cecília falou sobre a importância dos *vendedores ambulantes* no turismo, sua invisibilidade e a vontade de “mudar de vida”, possíveis novos empregos e capacitações. Além disso, disse aos organizadores: “A gente abre a porta para vocês, mas vocês também têm que abrir para gente”, como quem explica que comparecer àquele evento, discutir pautas relacionadas ao Centro Histórico e ouvi-los era uma forma de colaborar com a instituição, então por que não receber a mesma atenção? A fala da minha amiga me permite refletir sobre duas noções importantes nesse contexto: o que se entende por Patrimônio Humano/Vivo e como se dão as relações de ajuda mútua na *comunidade*.

#### 4.2.1 Documento que anda e sente

Com 50 anos, Regina é uma mulher negra, com predicados facilmente identificáveis por sua *gaiatísse* e extroversão. Conhecida na *comunidade* por ser *coreira*, isto é, dançar em rodas de Tambor de Crioula que acontecem semanalmente por grupos independentes nessa parte da cidade, além de moradora dessa parte da cidade, trabalha no campo do turismo em lugar patrimônio. Em sua fala no evento acima mencionado, ela define *Patrimônio Humano Vivo* como “documento que anda e sente”, uma mobilização da categoria “patrimônio” que parece propor que o componente material se conduz a partir do humano, isto é, ele é mais frágil que o componente humano. Por essa lógica, retoma-se a ideia de que “a casa é a identidade de seu morador”, afinal, um casarão desocupado (não cuidado), “uma hora cai”.

Durante os momentos de fala, as expressões *Patrimônio Humano* e *Patrimônio Vivo* foram repetidas várias vezes por diferentes personagens da *comunidade* para falar da

---

<sup>23</sup> Sobre esse assunto, veja **Hotel cinco estrelas será instalado no Centro Histórico de São Luís**. Disponível em: <<https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/08/30/hotel-cinco-estrelas-sera-instalado-do-centro-historico-de-sao-luis>>. Acesso em: 20, abril, 2023.

importância das pessoas para a conservação do Centro Histórico, seus casarões e suas histórias. Em certo sentido, parecia haver uma sintonia entre os presentes que concordavam em torno da sua caracterização como patrimônio. Após o evento, no entanto, conversei com alguns de meus amigos *moradores* e escutei acusações e críticas sobre os outros colegas presentes, que nada lembravam os discursos harmônicos expressos alguns minutos mais cedo, na reunião formal.

No capítulo anterior, expliquei aos leitores que a noção de *Patrimônio Humano* e de *morador* não são fixas, uma vez que dependem das relações, momentos e estratégias de quem as profere. A princípio, o “documento que anda e sente” é aquele reconhecido como parte da *comunidade*, que nasceu ali, não está só de passagem, e compartilha de pautas comuns ao cotidiano do lugar: “não necessariamente residem no Centro Histórico atualmente, mas que guardam um “arsenal de memórias” sobre o espaço ou que participassem ativamente de algum espaço de “organização da comunidade”” (BEZERRA, 2018, p. 41). Essa classificação, todavia, pode sofrer modificações se alguém age em desacordo com o que é esperado, em exemplo da mulher que “invadiu” um casarão que seria destinado à Habitação de Interesse Social. Ainda que essa posição mude, a pessoa continua sendo reconhecida naquele cotidiano, o que significa que será ajudada caso algo de ruim aconteça, mas a sua prática de moradia não é bem-vista pelos demais.

Como mencionei anteriormente, existe uma crítica latente entre meus colegas pesquisadores e apoiadores da luta por moradia social no Centro Histórico: “a comunidade não é unida”. Para eles, não há um movimento social organizado, cada pessoa luta pelos seus próprios interesses e não se interessa pelas discussões públicas, se contentando com um “cala boca” de uma ou duas unidades de habitação social como se fosse um avanço. “Vocês precisam se unir, se organizar melhor!” sugeri certa vez um dos meus amigos pesquisadores aos *moradores* sobre suas estratégias na luta por moradia popular. Entendo, no entanto, que os posicionamentos distintos e discordâncias entre essas pessoas não correspondem a uma falta de “organização” ou “desunião”. Antes, penso que situações cotidianas como a busca por Rapaz, descrita no início do capítulo, demonstram como são fortes as redes de ajuda mútua e atuação conjunta na *comunidade*.

Igualmente, nas formas de reivindicação política existe uma rede de colaboração, ainda que ela não seja perceptível a todos. Ser *patrimônio humano* ou *morador*, considera menos o espaço físico da *casa* e mais o reconhecimento como tal. Nesse sentido, a classificação sobre quem tem mais ou menos legitimidade para *ter casa*, o discurso da importância do *Patrimônio Humano* para a preservação de “um dos maiores centros tombados da América Latina”, e a constante reclamação de alguns moradores sobre um sentimento de invisibilidade aos olhos do

Estado se faz presente e aproxima os discursos das lideranças da *comunidade*. Assim, a despeito da diversidade encontrada entre as pessoas, alguns acordos transversais podem ser percebidos nas suas práticas e discursos.

Denis certa vez me disse que nossos amigos pesquisadores o repreendiam por vezes de exaltar os avanços em relação à moradia nos últimos anos, que dizer isso ao Estado era “criar um diálogo romântico, perigoso e pouco ativo”. Mas “aí é que tá”, me disse ele, “a gente tem que saber dialogar”. Para ele, era necessário se vangloriar pelo que haviam conseguido (os 64 apartamentos de Habitação de Interesse Social), afinal, nos últimos cinco anos construíram um diálogo único em trinta anos de luta. “É pouco? É. É o suficiente? Não”, me disse ele afirmando que exaltar suas conquistas é “ter gás para continuar na luta”, porque, se não, se desestimulariam.

Isso traz outra questão: a da união. Essa ideia de que a *comunidade* não é unida e organizada, que os interesses são subjetivos ou ‘meramente’ pessoais. De fato, são posicionamentos distintos os que marcam a atuação das diferentes lideranças, mas é coerente dizer que eles são compatíveis com redes de ajuda mútua extensas que marcam o cotidiano da comunidade como um todo. Crianças cuidadas por casas e pessoas da comunidade; assaltos que não ocorrem por acordos de vizinhança; o gato que vigia o portão do casarão até que o último morador entre; o *carregador* que não só carrega a caixa de isopor, mas que auxilia a vendedora durante a noite esperando receber um agrado no final do expediente; o restaurante que doa alimentos às “pessoas da rua”; ou a água e o café dado e cobrado na porta de casa.

Meu argumento aqui se vale da ideia da criatividade como produto da heterogeneidade nesse contexto, perdurando apesar e concomitantemente aos problemas e violências que perpassam as tentativas de apagamento pela essencialização das pessoas. Se para meus amigos a casa aparece como extensão da pessoa, perceber que as pessoas são relacionais e feitas de demandas cotidianas é a chave para entender como o *Patrimônio Humano/Vivo* se constitui para além do discurso estratégico exposto em eventos de interesse. Nesse processo, entendo que o “cuidado” e a “ajuda mútua” constituem meus interlocutores (PINA CABRAL e GODOI, 2014), e que essas colaborações se dão nas relações cotidianas estabelecidas no espaço.

A criatividade me lembra da ideia trazida por Carlos Gomes de Castro (2017) em sua pesquisa sobre materialidade em Cuba. No seu contexto de campo, as pessoas usavam a expressão *hacer la vida* para explicar seus engajamentos e seus planos. Semelhantemente, minhas amigas e amigos, ao se entenderem como *patrimônio humano* estendem a ideia de patrimônio. Retirar janelas de um casarão para colocar em outro, habitar em diversos casarões e/ou ruas de formas diferentes, ou fazer reparações em casarões na *surdina*, não são apenas



inventos, mas uma maneira de dinamizar o que é patrimônio, pois se “é nosso patrimônio”, se constrói com e sobre ele.

Por fim, permitam-me discorrer sobre a ‘*comunidade* não comum’. Como tenho dito, para meus interlocutores “ser patrimônio” é ser a identidade de algo, construir com e sobre, ainda que pessoas tenham interesses e posicionamentos distintos, são suas relações que permitem serem quem são. Nesse sentido, sugiro que *comunidade* do Centro Histórico de São Luís não possa ser prescrita a partir de fronteiras geográficas e fixas, mas existem formas comuns e concisas nas suas maneiras de se relacionar, cuidar, reivindicar e viver nessa parte da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Interpretar a realidade experienciada pelos meus amigos é parte de um processo de autoconstrução, de construção deles e da trajetória que nos circunda, que não é fixa ou acabada. No decorrer desta pesquisa, por exemplo, minha relação com o Centro Histórico se modificou por diversas vezes. Frequentemente eu criava significados para acontecimentos, era afetada por eles e dispunha de sentimentos nem sempre coesos sobre meus interlocutores, romantizando-os ou criticando-os. Ater-se a essa maleabilidade e à sinceridade dessas relações em um mundo que está sempre em construção é o dever da antropologia e, como discutido no primeiro capítulo deste trabalho dissertativo, o foco desta etnografia.

Concluir esta pesquisa tem sido uma das tarefas mais difíceis da minha vida acadêmica. Iniciei o mestrado quatro dias antes da confirmação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil e, enquanto o país 'parava' meus interlocutores se movimentavam em sentidos diversos. Cabe dizer aqui que eu, entendendo o "ficar em casa" como um espaço de proteção, permaneci amedrontada ao observar o movimento dessas pessoas. Certa vez enviei um e-mail para minha orientadora sobre meus bloqueios em escrever sobre a 'complexidade da vida dessas pessoas' e meu medo de forçar significados sobre acontecimentos que não representassem a vida dos meus amigos, ao que ela me respondeu que o texto é insuficiente e fictício, "feito porque as coisas e as pessoas têm complexidade, mas sempre menor que elas".

Talvez eu estivesse valorizando demais o que eu estava fazendo, disse minha orientadora: "quando fazemos isso o problema é nossa ilusão em dar conta das coisas". Em meio as palavras organizadas naquele e-mail como em uma grande aula, Martina me confortou dizendo que nosso trabalho não era sobre achar que tudo aciona ou carrega um significado, mas sim "sobre olhar as coisas com uma pausa (um respiro)". Por fim, ela sugeriu que eu me inspirasse em meus interlocutores e na forma como eles resolvem seus problemas. Não posso confirmar aos leitores que consegui me apropriar desses conselhos, foram muitos os e-mails, choros e advertências que sucederam esse momento. Encerrar este trabalho dissertativo, no entanto, é aceitar que não posso "dar conta" de tudo.

Se vale a inspiração na forma como meus interlocutores resolvem seus problemas, explico que, rodeada pelo medo da pandemia nos últimos anos, entendi que para meus amigos o "ficar em *casa*" e o "cuidar" não eram percebidos da mesma forma que para mim. Para aqueles que se autodenominam *moradores* do Centro Histórico de São Luís, estar em *casa* significa mais do que habitar um espaço entre quatro paredes, assim como "cuidar" demanda resolver problemas em conjunto, mesmo que em discordância. Mais do que um modo de viver,

os sentidos de *morar* e se relacionar nessa parte da cidade dispõem sobre reivindicar moradia numa política do cotidiano.

Nos últimos anos tenho observado uma diversidade de intervenções no Centro Histórico de São Luís. São reformas de praças e casarões, instalações de novos empreendimentos e articulações sobre a “revitalização” dessa parte da cidade que acompanham uma discussão sobre tornar o espaço mais atrativo e preencher um “vazio urbano”. Em paralelo a esse processo percebo pessoas se movimentando em casas diversas, resolvendo problemas de forma coletiva em meio a rua e reivindicando *moradia digna*, seja comparecendo a eventos políticos, *ocupando* casarões ou simplesmente se denominando *morador*. Nesse contexto presenciei amigos sendo obrigados a saírem de imóveis nos quais habitaram por anos, seja em razão de problemas estruturais ou do interesse de 'proprietários legais' de utilizarem o espaço.

Nessa parte da cidade, com três níveis de tombamento e quase cinco mil imóveis tombados, podemos encontrar a figura do Estado a cada esquina, seja através dos prédios universitários, as repartições públicas, tropas policiais, eventos, reformas (ou não) de praças e casarões, e boatos de novos projetos que estão por vir, como na recente notícia de implantação de um “Hotel cinco estrelas” no antigo prédio da Defensoria Pública do Estado, localizado ao lado da Praça Nauro Machado, sobre qual ninguém sabe nada, mas todo mundo tem medo. Ainda, o Estado opera na produção de documentos, de pesquisas que acusam um decréscimo na população residente e a partir da divisão de bairros e tombamentos que definem diferenças espaciais.

Na prática, as estatísticas e delimitações geográficas, no entanto, ainda que relevantes para identificação da área, não necessariamente interpretam a realidade prática dos meus amigos interlocutores, uma vez que as categorias *casa* e *morador* são mobilizadas de forma não condicionada à fixidez do espaço e à legalidade de seu uso, pois, como discutimos no decorrer deste trabalho, ser *morador* não significa obrigatoriamente ter casa nessa parte da cidade, mas está atrelado a relações de vicinalidade, formatos de reivindicação que permeiam modos coletivos de enfrentamento e práticas cotidianas que tornam a vida possível. Uma pessoa pode, por exemplo, ser *morador* e não ter casa ou habitar várias delas ao mesmo tempo.

Nessa realidade, a mobilidade constante que não prevê uma casa pronta com demarcações fechadas, não significa falta de apego aos espaços, como tentei demonstrar no segundo capítulo deste trabalho e, parafraseando meu amigo Denis, “cada casa é a identidade de seu morador”. Meus interlocutores têm lugares de segurança para os quais sempre voltam, como Dona Cecília que habita várias casas, com funções diferentes, retornando sempre para um prédio na Rua do Giz. Alguns *ocupam* casarões sobre os quais despendem grandes quantias

para reforma, mesmo sabendo que podem precisar sair dele a qualquer momento. Outros, como Dona Nilde, mudam as configurações de sua casa, utilizando móveis ou materiais retirados de outros imóveis, ou objetos ressignificados. Por fim, existem aqueles que deixaram de ter casa nessa parte da cidade, mas estão diariamente presentes nas ruas e são reconhecidos como *moradores*.

É relevante entender aqui que quando meu amigo Denis considera a *casa* como parte da identidade de seu *morador*, ele não fala sobre um lugar-extensão da pessoa ou habitante, mas de trajetórias relacionais. Aqui versamos mais uma vez sobre processos, a partir de prédios que carregam suas próprias biografias, que emergem a partir das relações com quem os habita. Nesse sentido, os casarões não são essências, mas mobilizações, pois não existem identidades fixas ou ontologias fechadas, mas consubstancialidades. Nesse sentido, objetos e casas estão em constante transformação, como as pessoas.

Na casa de Dona Nilde, por exemplo, existe uma mesa na cozinha utilizada para refeições que pertenceu ao seu tio, antigo dono da casa, um médico. Na época em que ele residia ali, o objeto fazia parte de seu consultório médico localizado no casarão, mais tarde pertenceu ao seu filho que era odontologista, sendo ressignificado por Dona Nilde anos depois. Andar pelas ruas do Centro Histórico nos permite transitar entre uma variedade de biografias conectadas nem sempre visíveis aos nossos olhos. Às vezes, um casarão de fachada estreita abriga um espaço extenso no qual habitam várias famílias, outras vezes um prédio em ruínas serve de morada para gatos e entidades somente percebidas por quem conhece o cotidiano dessa parte da cidade.

O Centro Histórico de São Luís é reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, mas meus interlocutores não tomam esse título como suficiente para representar a vida e o fluxo nessa parte da cidade. Eles propõem outra denominação, a de Patrimônio Vivo/Humano. Assim como os conceitos de *casa* e *morador* existem de formas distintas nesse contexto, como discutimos no terceiro capítulo deste trabalho, onde percebemos que os formatos e Habitação de Interesse Social diferem das formas de habitar de meus amigos, os sentidos de “Humano - humanidade” e “patrimônio” podem se alterar. Então, que patrimônio e que humanidade são essas? É possível que as incongruências, as mobilizações e os significados distintos digam mais sobre a prática de existência do que as dicotomias.

Para meus interlocutores os programas de revitalização tendem a se preocupar apenas com a preservação dos acervos arquitetônicos nessa área, eles consideram que essa forma de resguardar acaba paralisando os espaços. Reclamações sobre não poder modificar nada nos casarões e denúncias de prédios que estão por cair porque o “poder público não faz nada” são

frequentes. Para eles, se não existir a “política de olhar e cuidar das pessoas” o componente material não sobrevive, pois se ninguém cuida da *casa*, ela cai. Nesse contexto, as pessoas não congelam, nem os casarões, elas estão sempre se fazendo, se constituindo mutuamente.

Nas falas de políticos que promovem programas de revitalização no Centro Histórico é frequente ouvir, por um lado, em tom saudoso sobre o lugar de tempos áureos, menções a grandes figuras intelectuais, imputando à São Luís o título de Atenas Brasileira. Por outro lado, argumentam sobre a necessidade de repovoar ou reabitar essa área da cidade, apresentando estatísticas que diagnosticam um decréscimo no número de domicílios habitados. Esses discursos oficiais acabam por enfatizar uma ideia de perda, negligenciando as dinâmicas sociais e políticas implícitas nos processos de seleção e preservação do patrimônio, uma vez que as modalidades de *moradia* vividas pelos meus amigos não são levadas em consideração nessas interpretações. É válido questionar: que ideia de humanidade é concebida sob o título de Patrimônio Cultural da Humanidade?

Meus interlocutores mobilizam a noção de humanidade de formas diversas, ora excluem, ora admitem sujeitos. No decorrer deste trabalho expliquei as leitoras e leitores que a ideia de *morador* é maleável dependendo sobre em relação a quem se refere. Nesse sentido, algumas pessoas eram consideradas *moradores* mesmo não tendo casa nessa parte da cidade, em outros momentos o inverso poderia acontecer com a mesma figura. Eu, por vezes, sou percebida como *moradora* em certas ocasiões compartilhando de memórias, redes de ajuda e momentos cotidianos, e outras vezes sou vista apenas como pesquisadora. Também apresentei uma indicação diferente sobre espaços que são considerados *ocupações*, quando tomados como legítimos, e outras realidades com configurações parecidas não autorizadas, a denominação muda, sendo identificado como *invasão*.

Na prática, no entanto, o conceito de Patrimônio Vivo é menos uma tipologia do *morador* do Centro Histórico de São Luís e mais uma indicação de um Patrimônio da Humanidade fluído. Seu Riba, um *morador* antigo apresentado no decorrer desta pesquisa, costuma dizer que “daqui só não saiu presidente”, ressaltando que grandes personalidades se criaram nessa parte da cidade, como poetas, músicos e políticos. Dona Dijé reitera que aqui é abrigo para todo tipo de pessoa, “as putas, os drogados, os viados...”, sugerindo uma *comunidade* que acolhe todas aquelas que dela precisam.

Se um casarão que não é cuidado pode cair, ser “Patrimônio Vivo tombado, mas não caído”, como se intitula Dona Dijé, pode significar, antes de tudo, ser cuidado e movimentado. Ainda, como sugere minha amiga Regina, o “documento que anda e sente”, o Patrimônio Humano Vivo, se constitui de um emaranho de habitantes distintos que habitam o Centro

Histórico de São Luís. Esses sujeitos guardam memórias de um passado glorioso de uma cidade que não existe mais e sobre a qual passaram figuras nacionalmente conhecidas, mas também são parte de um universo que permanece se constituindo (andando) de forma relacional e não pronta. São pessoas, casas e coisas que compartilham um mesmo cotidiano, mas têm sentimentos, posicionamentos e biografias variadas.

No decorrer do processo de escrita deste trabalho muita coisa aconteceu, inclusive, como mencionei algumas vezes, uma pandemia. Precisei aprender a passar direto por casarões que antes costumava frequentar com regularidade para visitar meus amigos que outrora ali habitavam. Algumas ruas e portões movimentados deram lugar a fachadas misteriosas nas quais eu não podia mais adentrar, para além da minha imaginação. Alguns companheiros de rotina encerraram suas trajetórias nesse mundo e eu tive que seguir e aprender a conviver com essa falta. Iniciativas governamentais, programas e reformas trouxeram novos interesses para essa parte da cidade e eu temi as mudanças que esses novos olhares poderiam causar nesse cotidiano.

Todas essas mudanças afetaram bastante o desenvolvimento desta dissertação, pois tive medo de que o espaço no qual fui recebida e integrada deixasse de existir como ele é. Mas se vale me inspirar na forma como meus interlocutores resolvem seus problemas, encerrar este trabalho não significa torná-lo acabado. O que se torna fixo reduz possibilidades de criatividade e a forma que meus amigos reivindicam sua morada demonstra justamente o contrário, resistindo às dominações que anulam a vida e as formas de criatividade, não como forma reativa ou passiva, mas porque continuam “resolvendo problemas” enquanto habitam, se relacionam e tornam a vida possível. Esse é o caráter dinâmico da política na vida das pessoas.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Martina (Cord.). **Sentidos e Práticas do ‘Habitar’ no Centro Histórico de São Luís (Maranhão)**. Relatório (Não Publicado). São Luís: FAPEMA, 2017.

AHLERT, Martina. **Políticas da vida**: uma etnografia sobre cotidiano, pobreza e estratégias populares. Projeto de Pesquisa. São Luís, 2021.

AHLERT, Martina. Cidades, fluxos e desigualdades na era da globalização: uma análise crítica. *Civitas*, v. 22, n. 1, p. 88-104, 2022. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-6089220000100088&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-6089220000100088&lng=en&nrm=iso).

AHLERT, Martina; BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Casa e mobilidade em São Luís do Maranhão**: uma abordagem antropológica. In: 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2022, Evento Online. GT10: Antropologia das Mobilidades - Sessão 3, 2022.

ANDRÊS, Luiz Felipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do centro histórico de São Luís**: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL, sob o enfoque da conservação urbana integrada. 2006. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco.

BELISÁRIO, Gustavo. PATERNIANI, Stella. BORGES, Antonádia. **Habitação precária, gente promíscua**: a branquitude-heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro cortiço-quilombo. *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021*, p. 01-26.

BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Patrimônio vivo** - Narrativas do “habitar” no Centro Histórico de São Luís (Maranhão). Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia). Universidade Federal do Maranhão, 2018. 70 p.

BEZERRA, Nicole Pinheiro. **Federação dos lugares e planejamento territorial**: as ocupações urbanas no centro histórico de São Luís. Relatório (Não Publicado). São Luís: UEMA, 2020.

BORGES, Antonádia Monteiro. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 29, p. 23–42, 2009.

CAMARA SLZ, maio, 2018. **Honorato Fernandes realiza audiência e discute o direito à moradia**. Disponível em: < <https://www.camara.slz.br/honorato-fernandes-realiza-audiencia-e-discute-o-direito-a-moradia/> >. Acesso em 14 de abril de 2022.

CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA**. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. **About the house: Lévi-Strauss and beyond.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

CASTRO, Carlos Gomes de. **Hacer la vida: Inventos, negócios e trapas em um batey cubano.** Tese (doutorado). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

CHAVES, César Roberto Castro. **Educação Patrimonial no Bairro do Desterro: estudos sobre os projetos de patrimonialização no Centro Histórico de São Luís - MA.** 2012. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: A sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 201-231.

DAS, Veena. POOLE, Deborah. **El estado y sus márgenes: etnografías comparadas.** Revista Académica de Relaciones Internacionales, Madri, n. 8, jun. 2008.

FAPEMA. **Habitar para Preservar o Centro Histórico de São Luís,** 2018. Evento (Não Publicado). São Luís: FAPEMA, 2018.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro”?: construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís/** Márcia Milena Galdez Ferreira. – São Luís, 2005.

INGOLD, Tim. Building, dwelling, living: How animals and people make themselves at home in the world. In: INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skill.** London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2000. p. 172 – 188.

INGOLD, Tim. “Trazendo as Coisas de Volta à Vida: Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais”. In: **Revista Horizontes Antropológicos** 18 (37): 25-44, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/JRMDwSmzv4Cm9m9fTbLSBMs/?lang=pt>

INGOLD, Tim. (2016). **Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia.** *Educação*, 39(3), 404-411. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.3.21690>

LEACH, Edmund. **Os Sistemas Políticos da Alta Birmânia.** São Paulo. EdUSP. 1996.

MARANHÃO. Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís. **Termo de referência e proposta para aquisição e recuperação de imóveis.** Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Praia Grande). São Luís, 1985.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano20, n. 42, p. 377-391, julho/dezembro 2014.

PINA CABRAL, João de. GODOI, Emília Pietrafesa de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e Casas Partíveis. **Revista de Antropologia**, 57(2), p. 11-21, 2014. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2014.89105>



REIS, José de Ribamar Sousa dos. **ZBM: o reino encantado da boêmia**. São Luís: Lithograf, 2002.

SAMAIN, Etienne. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. In: SAMAIN, E. (org.). **Como pensam as imagens**. Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 2012, p 21-36.

SÃO LUIS, Prefeitura Municipal. **Desterro: um bairro além dos mapas**. São Luís: QG Editora, 2005.

SEMISPE. Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Prefeitura de São Luís, 2022. Disponível em: <<https://heyzine.com/flip-book/5becf4dad4.html#page/2>>.

SILVA, Creudecy Costa da. **Nos Labirintos do Patrimônio: Representações sobre o bairro do Desterro**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, Ivanilde. **Representações sobre o Patrimônio: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís- MA**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade, Universidade Federal do Maranhão.

SIQUEIRA, Paula., & FAVRET-SAADA, Jeanne. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. *Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)*, 13(13), 155-161. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac e Naify, 2014. p. 345-405.

**APÊNDICE A - Quadro de programas e políticas que versam sobre o Centro Histórico de São Luís entre 1927 e 2018**

ANO	EXECUTOR	NOME DO PROGRAMA OU POLÍTICA	LEIS E DECRETOS	SÍNTESE	PRINCIPAIS OBRAS	FONTES
1927	Estado/ Gov. Magalhães de Almeida	Lei orgânica dos municípios de 30 de março de 1927	Lei orgânica dos municípios de 30 de março de 1927	Dispõe sobre a responsabilidade dos municípios de preservar seus "monumentos"		SILVA, 2019
1940	Federal	Tombamento do Portal e Capela das Laranjeiras		"A quinta passou por vários proprietários, até que, em 1938, foi adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu aos irmãos Maristas, para a construção de um colégio. Hoje restam apenas a capela e o portão (...)ambos tombados pelo IPHAN."	Tombamento do portão e Capela das Laranjeiras.	SILVA, 2019, p. 61; site do IPHAN
1955	Federal	Primeiros Tombamentos do Núcleo Urbano de São Luís através do DPHAN			Praça Benedito Leite; Praça João Francisco Lisboa; Praça Gonçalves Dias; conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Desterro	SILVA, 2019. COSTA SILVA, 2009.
1961		Tombamento		"Foram inscritos os imóveis de número 199 a 205, localizados na Av. Pedro II, no livro de Belas Artes		COSTA SILVA, 2009
1962		Tombamento da Academia Maranhense de Letras				COSTA SILVA, 2009

1963		<b>Tombamento</b>		"Um novo processo de tombamento resultou na inscrição da Fonte do Ribeirão (12 de julho de 1963), no Livro das Belas-Artes."		COSTA SILVA, 2009
1973	Estado (Pedro Neiva de Santana) / Relatório Viana de Lima	<b>Visita do arquiteto Viana de Lima, a serviço da UNESCO, a pedido do governo Estadual para elaboração de um diagnóstico e plano de proposições de recuperação do C.H.</b>		Análise de saneamento, fiação elétrica, mobilidade no CH		ANDRÈS, 2006. Cap.5, páginas 92,93;
1974	Prefeitura	<b>Plano Diretor</b>			Preocupação com comprometimento físico de prédios	SILVA, 2019, p. 53
1974	Federal	<b>Tombamento - reconhecimento de 978 prédios como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís.</b>				SILVA, 2019, p. 63
1978	Estado/Secretaria de Planejamento de Estado/Proposta do Arquetet			Elaboração de projeto de reabilitação da área; Feitura de maquete; Título do projeto "Renovação Urbana da Praia Grande"		ANDRÉS, 2006. Cap. 5, páginas 95,96;

	o John Gisiger					
1979		1ª Convenção da Praia Grande/ Subprograma de promoção social e habitação	Renovação Urbana da Praia Grande” de John Gisiger; Prjeto Praia Grande; Precede a criação do Programa de Preservação e Revitalizaã o do Centro Histórico de São Luís	Discutiu-se a criação do Grupo de Trabalho e uma Comissão de Coordenação; o estabelecimento de políticas de preservação que pudessem nortear a implementação de um plano de revitalização da Praia Grande. Já havia preocupação com o problema da moradia. Projetos de habitação e questões comunitárias (renda) e desenvolvimento comunitário. Amenizar questões habitacionais, misto de casa, comércio e serviços públicos.	Projeto Praia Grande	SILVA, 2019. (p. 53 e 54)
1981 - 2006 PPRC HSL <sup>24</sup>	Fase 1: Governo estadual  João Castelo;  1987: Estado/ Epitácio Cafeteira/Roseana Sarney	Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís - PPRCHSL	Decreto Lei nº 7.345 de 16 de novembro de 1979		Fase 1 (1981-1982):  Obra da feira da Praia Grande;  Obra do albergue Voluntário de obras sociais;  Obra do Beco da Prensa  Projeto de microfilmagem e transcrição paleográfica dos Livros de Câmara de São Luís dos séculos XVII< XVIII e XIX;  Estacionamento periférico;  Escola de 1º grau da Praia Grande.	ANDRÉS, 2006. Cap. 5, páginas 103-107  SILVA, 2019, p. 84-86

<sup>24</sup> 1.Subprograma de promoção social e habitação 2. Subprograma de proteção do patrimônio artístico e arquitetônico; 3 Subprograma de recuperação da infraestrutura e serviços públicos; 4. Subprograma de prédios públicos no C.H; 5. Subprograma de incentivo as atividades culturais; 6. Subprograma de revitalização das atividades portuárias; 7. Subprograma de recuperação do patrimônio ambiental urbano; 8. Subprograma de recuperação da arquitetura industrial; 9. Subprograma de gerenciamento, planejamento e administração; 10. Subprograma de pesquisa e documentação.

					<p><b>Fase 2 (1983-87):</b></p> <p>Pesquisa socioeconômica;</p> <p>Projeto de Embarcações do Maranhão;</p> <p>Projeto Sítio do Físico;</p> <p>Projeto de restauração das fábricas;</p> <p>Projeto de restauração da praça do Comércio e da antiga casa de Câmara Municipal.</p> <p><b>Fase 3 (1987-1990)</b></p> <p>Recuperação integral da infraestrutura urbana como a renovação da rede de água, esgoto e drenagem;</p> <p>Construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefônica;</p> <p>Reconstrução da escadaria da Rua Humberto de Campos;</p> <p>Reforma do Convento das Mercês;</p> <p>Criação do Centro de Atividade Odylo Costa Filho;</p> <p>Criação do Centro de Comercialização de Artesanato e Cultura Popular CEPRAMA (Antiga fábrica Cânhamo);</p>	
--	--	--	--	--	--	--

					<p>Criação do Museu de Artes Visuais;</p> <p>Restaurante Escola do SENAC</p> <p><b>Fase 4 (1990-1994):</b></p> <p>Restauração do Teatro Arthur Azevedo;</p> <p>Criação do CINTRA (Rio Anil);</p> <p>Mercado do Peixe do Portinho;</p> <p>Projeto Piloto de habitação – Sobrado da Rua Vital Matos, 36. Beco da Pacotilha 10 aptos.</p> <p><b>Fase 5 (1994-2002)</b></p> <p>Projeto São Luís Patrimônio da Humanidade;</p> <p>PRODETUR</p> <p>Cais Praia Grande terminal hidroviário do CH</p> <p>Obras de infraestrutura do centro histórico: rede elétrica subterrânea, telefonia, sistema de abastecimento de água, calçamento da rua.</p> <p>Estação de tratamento de esgoto do Bacanga,</p> <p>Urbanização do canal do Portinho;</p> <p>Restauração de edificações: escola de arquitetura da UEMA; Escola de</p>	
--	--	--	--	--	--	--

					<p>música do Estado, CETEC;</p> <p>Projeto de instalação de centros culturais: Solar dos Vasconcelos; Centro de Pesquisa História Natural e Arqueologia do MA; Teatro João do Vale;</p> <p>Projetos de valorização da cultura popular: Projeto Casa do Maranhão, Projeto Casa de Nhozinho, Mercado das artes – Banco do Empreendedor;</p> <p>Projeto de Habitação do Centro Histórico de São Luís (Seis edificações reabilitadas para uso misto totalizando 40 aptos e 18 lojas), Projeto Morada das Artes.</p> <p>Projeto de restauração e serviços: Instituto Osvaldo Cruz, Viva Cidadão, Casa da Cidade, Projeto Delegacia Especial do CH e Batalhão do Turismo;</p> <p>Centro de Educação e Cidadania;</p> <p>Restauração da Igreja da Sé e do Palácio Episcopal;</p> <p>Restauração da Igreja do Desterro;</p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>Projeto de espaços de convivência comunitária: Praça Poeta Nauro Machado, Praça do Poeta Valdelino Cécio, Praça da Seresta, Praça dos Catraieiros, praça da Praia Grande, Praça do Pescador.</p> <p><b>Fase 6 (2002-2006)</b></p> <p>Centro Estadual de Educação Profissional de São Luís;</p> <p>Sede da Universidade Virtual do Maranhão;</p> <p>Escola de Enfermagem do SUS;</p> <p>Sede da Aliança Francesa do Maranhão;</p> <p>Projeto do Estaleiro Escola Sítio do Tamancão;</p> <p>Pousada do Largo do Comércio.</p>	
1986	Estadual	Tombamentos no entorno da área de proteção federal			Tombamento de 2500 imóveis do núcleo urbano do século XIX	SILVA, 2019, p. 61.
1992	Municipal	Zona de Preservação Histórica (ZPH)			Ações de preservação do conjunto arquitetônico do Centro Antigo e Anel Viário	SILVA, 2019, p. 61.
1997	UNESCO / Sob governo	São Luís Patrimônio			Tombamento	SILVA, 2019, p. 65.



	de Roseana Sarney	<b>Cultural Mundial</b>				
<b>2000</b>	Caixa Econômica	<b>Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH)</b>	Termo de cooperação técnica com a França em 2001	Objetivava reduzir déficits habitacionais a partir de fomento para reabilitação de imóveis nas áreas centrais, preservando o patrimônio cultural e estimulando o desenvolvimento econômico e social	Duas fases: Ateliês Shirchal; Estudos de Viabilidade de Recuperação de Imóveis de Uso Habitacional	SILVA, 2019, p. 79 - 80
<b>2003 a atual (Previsão Dezembro de 2018)</b>	Municipal/ Lançado sob o governo de Tadeu Palácio	<b>Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís - Programa de Habitação Municipal do Centro Histórico</b>	PAC Cidades Históricas	Ainda estão em processo de adaptação para HIS Rua do Giz, 445 e Rua da Palma, 195/205. Também fazem parte do plano a restauração da Praça Deodoro, Praça do Pantheon e requalificação da Rua Grande	Habitação de Interesse Social Rua Humberto de Campos, 107 (18 aptos); Casa do Tambor de Crioula; Casa do Bairro; Praça da Mãe D'água, outros)	SILVA, 2019, p. 89-99
<b>2005</b>	Municipal/FUMPH - parceria com Caixa e IPHAN		TAC entre MP, IPHAN, Prefeitura e União dos Moradores	Estabilização de 12 imóveis com risco de desabamento no CH por determinação do Ministério Público		SILVA, 2019, p. 87-89
<b>2005</b>	Municipal FUMPH - parceira governo francês, Ministério das Cidades, Caixa e IPHAN	<b>Plano de revitalização do Desterro</b>		Portinho, Praia Grande e Desterro		SILVA, 2019, p. 113

Dissertação: SILVA, Ivanilde. Representações sobre o Patrimônio: participação popular nas políticas habitacionais de interesse social no Centro Histórico de São Luís- MA

João Ricardo Costa Silva. O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SÃO LUÍS: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. 2009

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: revisão crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

## APÊNDICE B - Atualização de informações de uso e do registro fotográfico do Subprograma de Promoção Social e Habitação (SPSH) nas versões de 1985 e de 1993

**Instituição:** Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

**Projeto de pesquisa:** A habitação como estratégia de preservação do patrimônio cultural: um estudo sobre o direito à moradia no Centro Histórico de São Luís, Maranhão



**Ação:** Atualização de informações<sup>25</sup> de uso e do registro fotográfico do Subprograma de Promoção Social e Habitação (SPSH) nas versões de 1985 e de 1993



**Apoio:** Edital Cidades Nº 032/2018 – FAPEMA

**Autoria:** Cesar Chaves com colaboração de Nicole Pinheiro Bezerra

Projeto 1 - Rua da Estrela, nº 115	Projeto 2 - Rua da Estrela, nº 64
	
<p><b>Antes:</b> desabitado, à venda.  <b>Atualmente:</b> prédio abandonado. Aparenta ser uma ocupação unifamiliar de ambulantes do centro.</p>	<p><b>Antes:</b> Comércio de Artesanato no térreo. Demais pavimentos habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> desocupado. Arruinado.</p>

<sup>25</sup> As informações são oriundas de levantamento de campo e entrevistas realizadas de setembro a novembro de 2021 com moradores e lideranças comunitárias.

<b>Projeto 3 - Rua da Estela, nº 82</b>	<b>Projeto 4 - Rua da Estela, nº 327</b>
	
<p><b>Antes:</b> Gráfica e Comércio de Artesanato no térreo. Demais pavimentos habitação coletiva.</p> <p><b>Atualmente:</b> revitalizado. Museu da Gastronomia.</p>	<p><b>Antes:</b> Térreo desocupado. Demais pavimentos habitação coletiva.</p> <p><b>Atualmente:</b> revitalizado. Curso de História da UEMA.</p>

<b>Projeto 5 - Rua da Estela, nº 329</b>	<b>Projeto 6 - Rua da Manga, nº 162</b>
	
<p><b>Antes:</b> Habitação coletiva.</p> <p><b>Atualmente:</b> revitalizado. Curso de História da UEMA.</p>	<p><b>Antes:</b> Comércio no térreo e habitação coletiva no pavimento superior.</p> <p><b>Atualmente:</b> prédio arruinado. Abriga uma marcenaria no térreo.</p>



**Projeto 7 - Rua da Estrela, nº 535**

**Antes:** Habitação coletiva.

**Atualmente:** ocupação multifamiliar desde a década de 1980. 14 famílias vivem sob o risco de desapropriação.

**Projeto 8 - Rua da Estrela, nº 547**

**Antes:** Habitação coletiva.

**Atualmente:** ocupação multifamiliar. As famílias vivem com a permissão do proprietário até que se concretize a venda do imóvel.

**Projeto 9 - Rua da Estrela, nº 471**


**Antes:** bar, relojoeiro e barbeiro no térreo. Habitação coletiva no pavimento superior.

**Atualmente:** revitalizado. Desocupado / À venda.



**Projeto 10 - Rua do Giz, nº 295**



**Antes:** bar e barbeiro no térreo. Habitação coletiva nos pavimentos superiores.


**Atualmente:** ocupado. O prédio abriga atualmente a Pequena Companhia de Teatro.



<p><b>Projeto 11 - Beco da Alfândega, nº 173</b></p>	<p><b>Projeto 12 - Beco da Alfândega, nº 180</b></p>
	<p>De</p> 
<p><b>Antes:</b> habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> prédio em mau estado de conservação / Subdividido em vários cômodos nos três pavimentos. Nos pavimentos superiores, apesar do espaço, apenas uma família está morando devido a precariedade do espaço físico. No pavimento térreo existem três cômodos: dois bares e um depósito de ambulantes.</p>	<p><b>Antes:</b> bar e habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> prédio em estado razoável de conservação. Subdividido em vários cômodos unifamiliares (5 famílias no pavimento superior e 3 bares no térreo).</p>
<p><b>Projeto 13 - Rua da Saúde, nº 94</b></p>	<p><b>Projeto 14 - Beco da Pacotilha, nº 36</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> Comércio no térreo. Prostíbulo e habitação coletiva no pavimento superior.  <b>Atualmente:</b> prédio abandonado e completamente deteriorado, restando apenas as paredes.</p>	<p><b>Antes:</b> Ferreiro no térreo e habitação coletiva nos pavimentos superiores.  <b>Atualmente:</b> o prédio se encontra em obras Nosso Centro devido às precárias condições físicas e de habitabilidade. Projeto Piloto de Habitação inaugurado em 1993.</p>



<p><b>Projeto 15 - Rua 14 de Julho, nº 104</b></p>	<p><b>Projeto 16 - Rua de Nazaré, nº 16A</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> aparentemente desocupado. Há relatos de que o prédio é utilizado para o tráfico de drogas.</p>	<p><b>Antes:</b> comércio no térreo. Demais pavimentos habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> desocupado. Embora sua frente seja na rua de Nazaré, a fachada fica para a Rua Portugal. No prédio funcionou por muitos anos a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR).</p>

<p><b>Projeto 17 - Rua de Nazaré, nº 119</b></p>	<p><b>Projeto 18 - Rua de Nazaré, nº 135</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> bar no térreo. Habitação coletiva nos demais pavimentos.  <b>Atualmente:</b> revitalizado. Uso não identificado. Não consta placa de imóvel à venda.</p>	<p><b>Antes:</b> comércio no térreo. Habitação coletiva nos demais pavimentos.  <b>Atualmente:</b> prédio em mau estado de conservação. Aparentemente desocupado.</p>

Projeto 19 - Rua Jacinto Maia, nº 103	Projeto 20 - Rua Jacinto Maia, nº 233
	
<p><b>Antes:</b> habitação coletiva.</p> <p><b>Atualmente:</b> prédio em péssimas condições de conservação e salubridade. Situação análoga ao levantamento de 1985. Subdividido para aluguel cerca de 3 moradias precárias.</p>	<p><b>Antes:</b> escritório de advocacia e relojoeiro no térreo. Habitação coletiva no pavimento superior.</p> <p><b>Atualmente:</b> prédio de uso misto. Gráfica e restaurante no pavimento térreo. No pavimento superior são comercializados quartos para moradia.</p>

Projeto 21 - Travessa Feliz, nº 57	Projeto 22 - Travessa Feliz, nº 79
	
<p><b>Antes:</b> bar e fábrica de sorvete no térreo. Habitação coletiva no pavimento superior.</p> <p><b>Atualmente:</b> prédio completamente deteriorado, porém aparentemente usado para moradia.</p>	<p><b>Antes:</b> fábrica de gelo e residência coletiva.</p> <p><b>Atualmente:</b> (Vacaria) prédio de único pavimento ocupado na forma de cortiço. Deteriorado. Lugar de consumo e venda de drogas.</p>



<p><b>Projeto 23 - Travessa Feliz, nº 117</b></p>	<p><b>Projeto 24 - Rua do Giz, nº 393</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> prédio reformado. Se encontra fechado e com placa de venda.</p>	<p><b>Antes:</b> prostíbulo e habitação coletiva.  <b>Atualmente:</b> prédio abandonado em péssimo estado de conservação. Parte do muro da parte interna desabou sobre um cômodo autoconstruído um umas das famílias que habita o prédio ao lado. Fachada escorada para evitar o desabamento, porém a parte interna oferece risco para os prédios ao lado.</p>
<p><b>Projeto 25 - Rua do Giz, nº 405</b></p>	<p><b>Projeto 26 - Rua do Giz, nº 421</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> térreo desocupado. Habitação coletiva e parcialmente desocupado no pavimento superior.  <b>Atualmente:</b> prédio caído. Sobrou apenas uma pequena parte da fachada. Habitado por três famílias. Os ocupantes construíram um muro interno dividindo o terreno em dois terrenos que abrigam três construções de alvenaria com três famílias. Um dos cômodos sofreu desabamento do muro do prédio ao lado.</p>	<p><b>Antes:</b> prostíbulo, bar e armazém.  <b>Atualmente:</b> prédio conservado. Propriedade privada. Em obras para instalação de uma cafeteria, segundo relatos de moradores.</p>



**Projeto 27 - Rua do Giz, nº 436**

**Antes:** fechado. Sofreu desabamento.  
**Atualmente:** prédio dividido em dois cômodos. Ateliê de artes e Moradia unifamiliar de aluguel.

**Projeto 28 - Rua do Giz, nº 458**

**Antes:** prostíbulo e habitação coletiva.  
**Atualmente:** prédio reformado. Mudou o número para 450. Uso atual é pousada.

**Projeto 29 - Rua do Giz, nº 461**

**Antes:** prostíbulo, marcenaria e habitação coletiva.  
**Atualmente:** prédio reformado. Funciona como anexo da Escola de Música do Bom Menino.

**Projeto 30 - Rua do Giz, nº 483**

**Antes:** prostíbulo, marcenaria e habitação coletiva.  
**Atualmente:** prédio reformado. Abriga o projeto Escola de Música do Bom Menino.

<p><b>Projeto 31 - Rua do Giz, nº 445</b></p>	<p><b>Projeto 32 - Rua do Giz, nº 476</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> comércio no térreo. Habitação coletiva no segundo pavimento. Último pavimento desocupado.  <b>Atualmente:</b> prédio em fase final de obras para abrigar 8 unidades habitacionais de moradia de interesse social nos pavimentos superiores. Obra da Prefeitura de São Luís em convênio com o PAC 1. No térreo funciona uma secretaria municipal.</p>	<p><b>Antes:</b> desocupado.  <b>Atualmente:</b> prédio em obras pelo Programa Nosso Centro para abrigar a Secretaria de Governo da Igualdade Racial.</p>
<p><b>Projeto 33 - Rua do Giz, nº 486</b></p>	<p><b>Projeto 34 - Rua do Giz, nº 495</b></p>
	
<p><b>Antes:</b> terreno baldio.  <b>Atualmente:</b> prédio demolido e abandonado desde a década de 1980. Segundo relatos de moradores uma praça será construída no terreno</p>	<p><b>Antes:</b> serviço, comércio e habitação no térreo. Habitação coletiva no pavimento superior.  <b>Atualmente:</b> prédio em péssimo estado de conservação. Abriga um comércio no térreo. Por muito tempo abrigou moradias insalubres de aluguel no pavimento superior, mas todos os ex-moradores foram morar em ocupações devido ao preço caro e a insalubridade dos quartos de propriedade do seu Chiquinho. Foram feitas intervenções (laje e caixa d'água na tentativa de voltar a alugar os quartos, mas o IPHAN embargou a obra irregular.</p>



**Projeto 35 - Travessa Feliz, nº 123**

**Antes:** térreo desocupado. residência unifamiliar no pavimento superior.

**Atualmente:** fechado. Em ruína. Aparentemente só há as paredes. Portas de janelas vedadas.

**Projeto 36 - Travessa da Lapa, nº 45**

**Antes:** serviços de marcenaria no térreo. Residência coletiva no pavimento superior.

**Atualmente:** prédio em mau estado de conservação. Uso misto. Cachaçaria do Batista no pavimento térreo e moradia unifamiliar no pavimento superior. Propriedade privada pertencente ao seu Batista, dono da cachaçaria.

**Projeto 37 - Travessa da Lapa, nº 55**

**Antes:** habitação coletiva.

**Atualmente:** prédio em mau estado de conservação. Moradia unifamiliar.

**Projeto 38 - Rua Afonso Pena, nº 378**

**Antes:** comércio no térreo. Habitação coletiva no segundo pavimento e mirante.

**Atualmente:** prédio em razoável estado de conservação. Moradia. Condomínio privado financiado pela Caixa através do PRSH em 2003. O prédio abriga 16 unidades residenciais em 3 pavimentos.



**Projeto 39** -Rua Afonso Pena, nº 394

**Antes:** habitação.

**Atualmente:** moradia unifamiliar. Prédio em razoável estado de conservação.

**Projeto 40** - Rua Henrique Leal, nº 118

**Antes:** bar no térreo. segundo pavimento habitação coletiva. Terceiro pavimento desocupado.

**Atualmente:** prédio em bom estado de conservação. Aparentemente desocupado.

**Projeto 41** - Rua Henrique Leal, nº 232

**Antes:** habitação multifamiliar.

**Atualmente:** prédio revitalizado. Anexo do IFMA (biblioteca).

**Projeto 42** - Rua da Palma, nº 360

**Antes:** comércio, serviços e habitação no térreo. Habitação no pavimento superior.

**Atualmente:** prédio revitalizado. Abriga o IFMA Campus Centro Histórico.



**Projeto 43 - Rua da Palma, nº 475**

**Antes:** desocupado.

**Atualmente:** prédio em razoável estado de conservação. Pertencente à Academia Maranhense de Letras. Cedido o pavimento térreo para produção e comercialização de telas por parte de um artista plástico maranhense.

**Projeto 44 - Rua da Palma, nº 549**

**Antes:** habitação multifamiliar.

**Atualmente:** prédio em péssimo estado de conservação. Abandonado. Risco de desabamento. O proprietário não mora no Brasil (Padre Italiano). Segundo relatos de moradores, o mesmo tentou construir uma pousada, mas foi impedido pelo IPHAN devido o projeto não atender aos critérios técnicos e legais exigidos pela norma federal.

**Projeto 45 - Rua da Palma, nº 632**

**Antes:** residência unifamiliar (9 pessoas).

**Atualmente:** prédio de único pavimento. Revitalizado. Moradia unifamiliar.

**Projeto 46 - Rua da Palma, nº 638**

**Antes:** residência unifamiliar.

**Atualmente:** prédio revitalizado. Abriga uma subestação da Equatorial Energia.